



O Ideário Patrimonial

Homem-Artista
e Homem-Construtor
A Ideia e a Prática
em Movimento



O Ideário
Patrimonial

www.cph.ipt.pt

N. 3 // Dezembro 2014 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA

Ana Cruz, Centro de Pré-História

SUB-DIRETORA

Ana Graça, Centro de Pré-História

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO

Centro de Pré-História

SEDE DE REDACÇÃO

Centro de Pré-História



Os textos são da responsabilidade dos autores.

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183-1394

ANOTADA NA ERC

CONSELHO DE REDAÇÃO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora

Professor Doutor Luís Mota Figueira, Instituto Politécnico de Tomar

Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar, Diretora do ESTAJornal

Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Davide Delfino, Câmara Municipal de Abrantes – Projeto Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Mestre Raquel Botelho, Instituto Politécnico de Tomar, Diretora-adjunta do ESTAJornal



COMITÉ DE LEITURA / CONSELHO CIENTÍFICO-CONSULTIVO

Professor Doutor Alexandre Matos (Museu da Ciência da Universidade de Coimbra)

Professora Doutora Ana Lúcia Nascimento Oliveira (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Professor Doutor André Luis Ramos Soares (Universidade Federal de Santa Maria)

Professor Doutor Carlos Cupeto (Universidade de Évora)

Doutora Florbela Estêvão (Câmara Municipal de Loures)

Professor Doutor Guido Vannini (Universidade de Florença)

Professor Doutor Luis Jorge Gonçalves (Universidade de Lisboa)

Professor Doutor Luis Mota Figueira (Instituto Politécnico de Tomar)

Professor Doutor João Luis da Mota Fernandes (Universidade de Coimbra)

Professora Doutora Maria Inácia Rezola (Instituto Politécnico de Lisboa)

Professora Doutora Madalena Larcher (Instituto Politécnico de Tomar)

Professora Doutora Maria de Fátima Velez de Castro (Universidade de Coimbra)

Professora Doutora Maria de Jesus Machado (Instituto de Odivelas)

Professor Doutor Pedro Casaleiro (Universidade de Coimbra)

Professor Doutor Ricardo Pereira Triães (Instituto Politécnico de Tomar)

Professora Doutora Teresa Desterro (Instituto Politécnico de Tomar)

Índice

EDITORIAL	4
I. MUSEOLOGIA NO SÉCULO XXI	6
Mapping invisible communities: The Time Maps Project Dragoş Gheorghiu e Davide Delfino	7
O Patrimônio Arqueológico e a Atividade Turística na Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte de Pernambuco Vanessa Rodrigues da Silva e Cláudia Alves de Oliveira	27
II. A HUMANIZAÇÃO DOS PATRIMÓNIOS	36
À Descoberta de um Mosteiro Esquecido Iolanda Cristina Barreira Pereira e Liliana Querido Cardeira	37
Identidade Cultural e Território da Diáspora Portuguesa no Havai Sécs. XIX e XX Patrícia João Gomes Esteves	60
O Príncipe D. Luís Filipe e os escravos de São Tomé Miguel Ribeiro Pedras	72
Casas de Câmara e Cadeia: Trajetória da Roma Antiga ao Brasil Colonial Cecília Barthel C. Campello	87
Helvécia e a Colônia Leopoldina, Dissonantes Acordes Sócio-Culturais Valdir Nunes dos Santos	100

EDITORIAL

Editorial

Este número da “O Ideário Patrimonial” está focado em duas temáticas principais, que reflectem a Ideologia dominante dos sucessivos regimes políticos e, a conseqüente e condicionante formatação à qual os cidadãos foram e, ainda hoje o são, sujeitos.

De facto, o elo que une todos os artigos agora publicados está inexoravelmente patente nas características morais e éticas que nortearam e norteiam as populações, em momentos históricos específicos.

O primeiro agrupamento, “Museologia no Século XXI”, introduz diferentes abordagens relacionadas com a revitalização do Património, colocando as tecnologias informáticas ao serviço da sua divulgação: a Musealização da Paisagem, promovendo a dedicação ao Património através da criação de laços afectivos com os habitantes locais e, a necessidade de Preservação do Património Construído em ordem à sua Musealização através dos mecanismos turísticos.

O segundo agrupamento, “A Humanização dos Patrimónios”, desenvolve-se em perspectivas bastante personalizadas, que se centram em temas intimamente relacionados com as dinâmicas dos conceitos. As abordagens exemplificativas conduzem-nos numa viagem pela História com dois *apeadeiros*. Um dedicado à nossa História: a proposta de reencontrar, preservar e catalogar o Património perdido do Mosteiro de Odivelas, o contexto da emigração portuguesa no Havai, a dissimulada escravatura em São Tomé e Príncipe. Outro, que plasma influências ideológicas e culturais colonialistas no Brasil: a transposição de arquitecturas institucionais portuguesas. Um outro, que discute no plano teórico o património imaterial representado pela dança, preservado pelas comunidades negras.

Este conjunto de contributos identifica a natureza do Homem-Artista e do Homem-Construtor que existe em cada um de nós.

Museu Edifício-Museu Paisagem, Vandalização-Preservação, Catalogar-Emaranhar, Emigrar-Permanecer, Império-Colónia, Liberdade-Escravatura, Comércio-Tráfico, Material-Imaterial. Significados reveladores das tramas de sombras e de luz de um passado contraditório, mas instrumental, que nos ajuda a compreendermos a Natureza Humana e, em simultâneo, vinculativos de um presente pleno de incongruências que nos desafia a fazer a História no milissegundo que permanecemos na Terra.

Tomar, 12 de Dezembro de 2014

I. MUSEOLOGIA NO SÉCULO XXI

MAPPING INVISIBLE COMMUNITIES: THE TIME MAPS PROJECT

Dragoş Gheorghiu

National University of Arts (Bucharest)
and Instituto Terra e Memória (ITM-Mação)
gheorghiu_dragos@yahoo.com

Davide Delfino

Câmara Municipal de Abrantes (Projecto M.I.A.A.),
Instituto Terra e Memória (ITM-Mação) and Quaternary and Prehistory
Group of the Geosciences Centre of U.C.-CGeo
Instituto Terra e Memória, Largo Infante D. Henrique, 6120-750- Mação
davdelfino@gmail.com

Mapping invisible communities: The Time Maps Project

Dragoș Gheorghiu
Davide Delfino

Historial do artigo:

Recebido a 25 de julho de 2014

Revisto a 12 de novembro de 2014

Aceite a 19 de novembro de 2014

ABSTRACT

The present paper will discuss the project *Time Maps-Virtual Worlds-Real Communities-Experimented Pasts* (www.timemaps.net), whose purpose is to put into evidence “invisible” cultural sites and communities, by identifying, preserving, and transferring into the future their material and immaterial heritage, creating a cultural map of European heritage. Two study cases will be discussed, Vădastra village (Romania) and Mação Landscape and Hillforts (Portugal), showing the identities and differences between two approaches designed for two communities with specific cultural problems.

Key-words: Mapping Cultures, Material Heritage, Immaterial Heritage, Public Archaeology, Vadastra, Mação

RESUMO

O presente trabalho vai debater o projeto *Time Maps-Virtual Worlds-Real Communities-Experimented Pasts* (www.timemaps.net), cujo propósito é evidenciar o Património e as comunidades “invisíveis”, identificando, preservando e transferindo para o futuro o seu Património material e imaterial, criando um mapa europeu do Património Cultural. Serão apresentados dois casos de estudo, a vila de Vadastra (Roménia) e a paisagem e os povoados de altura pré-históricos de Mação (Portugal), mostrando as identidades e diversidades entre as duas abordagens, estruturadas para duas comunidades diferentes com problemáticas culturais específicas.

Palavras-chave: Mapas Culturais, Património Imaterial, Património Material, Arqueologia Pública, Vadastra, Mação

1. Introduction: The Time Maps Project

Today's world still contains numerous culturally "invisible" communities, persisting outside the contemporary communication flow, located on or near still unexplored archaeological remains. Many of these communities have deficient economies that could benefit from the use of their tangible and intangible heritage; an efficient use of resources that would help them gain visibility on the cultural map of 21st century Europe.

This paper will discuss the project Time Maps-Virtual Worlds-Real Communities-Experimented Pasts (PN II IDEI grant, Director Professor Dragoş Gheorghiu), whose purpose is to highlight these "invisible" cultural sites and communities, by identifying, preserving, and transferring into the future their tangible and intangible heritage. This method allows the creation of a map, not only of the material past, but also of cultural traits, such as, for example, ancient technologies, or the relation of inter-settlements power that are made visible and are localized temporally and spatially. Thus, besides having an educative role, such a map contributes to the storage and transmission of the intangible heritage into the future.

The Time Maps project was initiated by the National University of Arts in Bucharest, which invited some European institutions and independent experts to set up a network that would create a map of the tangible and intangible European heritage. An instrument of this cultural approach was the web site of the project (www.timemaps.net), which was structured to highlight for each site the most characteristic levels of dwelling in the past. These were reconstructed together with their architecture and technologies, creating a series of virtual museums (Gheorghiu, Ştefan, *in press*). The identified levels of each site were organized as overlapped planes, to give prominence to the stratigraphy and therefore producing a palimpsest-like map of the place.

Another specific characteristic of the project is the transmission of the ancient know-how as e-learning lessons, whose contents resulted from archaeological experiments and re-enactments (Gheorghiu, et al., 2013). Such an educational dimension of the project required the involvement of the local community, which was the first beneficiary of the results of the scientific research and the pedagogical dissemination.

Soon the website opened new pages on sites in Portugal, Holland and United Kingdom (Figure 1), and other countries expressed their intention to join the emerging network.



Figure 1. Time Maps principal page at present. Source: www.timemaps.net

The present paper will present two case studies, one from Romania and one from Portugal, employing diverse strategies to gain visibility on the cultural map.

The selection of an “invisible” site was done according to several criteria: a low profile presence of the site in the specialized literature, a high degree of risk of losing the archaeological and ethnographical information of the site, and the economic level of the perception of the contemporary communities living in that location.

Both case studies discuss archaeological sites partially destroyed by overlapped modern dwellings, or recycling of the material, and whose revitalization could be beneficial to the contemporary communities nearby.

2. Case Study 1: Vădastra (Romania)

In Romania the site selected is the Vădastra village (Olt County, near the Danube River), because here was discovered the Chalcolithic eponymous culture, and was the first site excavated beginning at the end of the 19th century (see Bolliac 1872; 1876).

2.1. Vădastra history

The site is situated in the Romanian Plain, between two tributaries of the Danube River, on a loess terrace. (Figure 2) Despite the initial archaeological excavations which lasted one century (see Mateescu, 1978), it did not achieve a high visibility in the archaeological literature nor in the life of the region. Today the modern village totally overlaps the prehistoric tell-settlement, and the intensive ploughing of the surrounding fields has completely destroyed the Roman *villa rustica* originally near the village (Figure 3).



Figure 2. The Vădastra village overlapping the Chalcolithic tell-settlement. **Source:** D. Gheorghiu



Figure 3. Roman tiles emerging after ploughing. Vădastra 2012. Source: D. Gheorghiu

A half-century of communist regime, as well as the chaotic modernist period that followed after 1989 succeeded in eradicating the traditional crafts and the identity of many Romanian rural communities, Vădastra village being an example of this process of transformation and loss of traditional culture. It is this cultural loss that led in 2000 a team of artists and researchers to become involved in the revitalization of the traditional and ancient technologies of the place (Gheorghiu, 2001), with the purpose of helping the local community to develop a small economy in conjunction with participatory tourism.

2.2. Vădastra virtual museum

To this end, a series of campaigns of experimental archaeology and re-enactments were carried out between 2000 and 2012, leading to the creation of a database of the technologies that existed in Vădastra since prehistory.

Within the Time Maps Project the database was designed under the form of an archaeological stratigraphy, thus creating a Virtual Museum, structured on the chronology of the most important dwelling levels of the site (Chalcolithic and Roman) (Gheorghiu, Ștefan, 2012; 2014) (Figure 4).

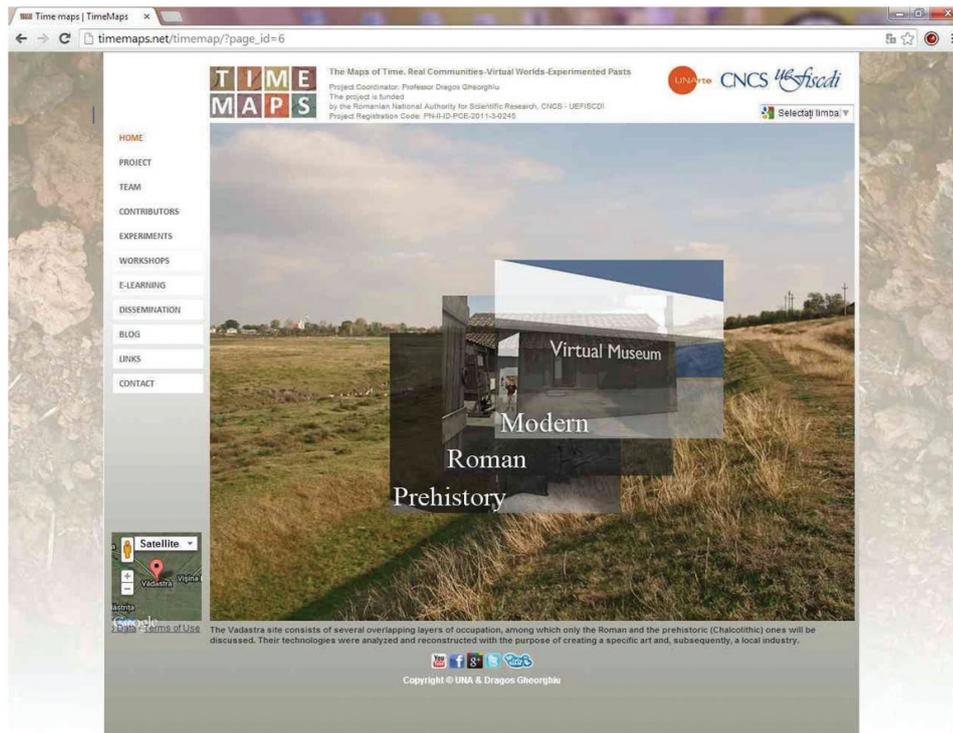


Figure 4. Vădastra Virtual Museum showing the most important levels of dwelling (Modern, Roman and Chalcolithic). **Source:** www.timemaps.net

The Virtual Museum currently hosts the virtual reconstructions of different specific objects belonging to the two dwelling levels mentioned, with a primary goal of educating the local young generation to understand the object manufacturing processes and to replicate some of them as a support to the development of participatory tourism. All the technologies recovered by the archaeological experiments or ethnographic research consists were transmitted to the wide public by means of e-learning lessons (Gheorghiu, et al., 2014) (Figure 5), and positioned on the Google map on the Vădastra coordinates. Thus it was possible to create the cartography of the intangible heritage of the site Vădastra, and make it visible world-wide.

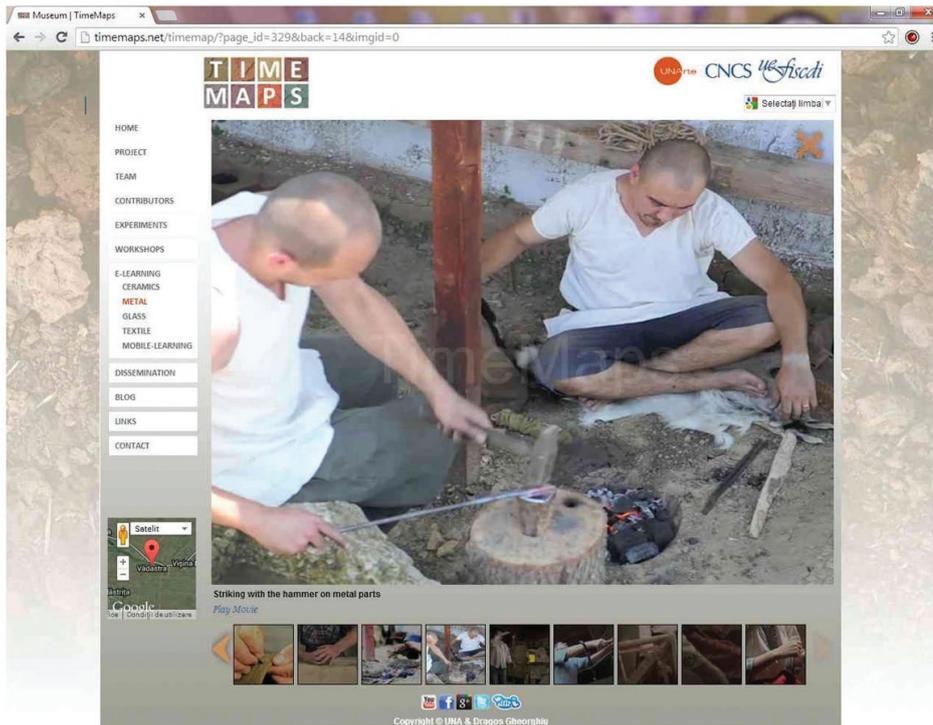


Figure 5. An e-learning lesson from the Time Maps website. Source: www.timemaps.net

2.3. The involvement of the local community

A current orientation of European archaeology is towards a greater involvement of the local population, leading to an enhanced awareness of their historical heritage, translating into their daily lives (Bonacchi, 2014; Oliver, 2013; Muñoz, Moreno, Lujan, 2012; Ruiz Zapatero, 2010). For more than a decade the local community interacted with the research teams that worked in the Vădastra village. As early as 2000 a series of summer courses on ceramic technologies were offered to the village children and the results were displayed in two large exhibitions at the National Museum of History (Figure 6) and the art gallery of the National University of Arts, both in Bucharest. With Time Maps the educational strategy became more sophisticated, the use of IT technologies for teaching leading to the introduction (in the local school) of some courses focused on teaching history and technologies in virtual environments (Gheorghiu, et al., 2014; Gheorghiu, Ștefan, *in press*), as well as the development of mobile phone applications functioning based on image recognition (Figure 7). This approach mirrors the evolution of digital technologies use, that in recent years have been used more frequently in order to make the results of archaeological research more accessible to the public at large (Remondino, Campana, 2014; Jiménez, et al., 2014; Bonacchi, 2012; Fernandez-Palácio, Rizzi, Nex, 2012) (DG).



Figure 6. Objects from the exhibition at the National Museum of History in Bucharest. The replicas of prehistoric and Roman vases were modelled by the village children.
Source: D. Gheorghiu



Figure 7. An application for mobile phones used for teaching local history (here displaying a reconstruction of a Roman villa rustica). **Source:** D. Gheorghiu

3. Case Study 2: Mação Landscape And Hillforts (Portugal)

A first approach, based on the philosophy of the Time Maps project, in Mação, was implemented in 2010 with the development of a Land Art installation on the walled Bronze Age site of Castelo Velho da Zimbreira (see Gheorghiu, 2012).

In 2013 the community and the tangible and intangible heritage of Mação have become part of the project.

Mação is a Council of the interior of Portugal, in the district of Santarém, which is midway between Alto Ribatejo and the Beira Interior region (Figure 8).

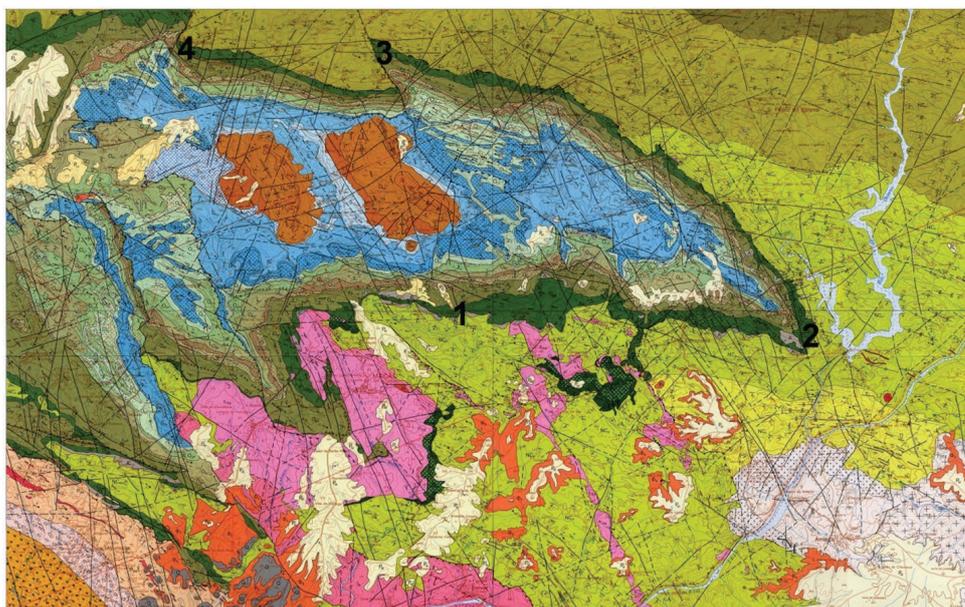


Figure 8. The Mação territory in geological and topographical map showing the hillfort “system”.

1: Castelo Velho do Caratão; 2: Castelo Velho da Zimbreira; 3: Castro do Santo; 4: Castro de Amêndoa.

Source: Carta Geológica de Portugal (1/50000), Instituto Geográfico de Portugal (Folha Nº 28-A - Mação)

The particularity of Mação is that it is a small town that is the center of a medium to large Municipality, with some problems of depopulation, isolation of many small villages and a low density of population (table 1); other problems are the high average age of the population and the low level of employment, despite the efforts made by the City in recent years.

	Inhabitants	Surface	Population density
Mação town	2228	67,26 km ²	33.1/km ²
Mação Council	7338	400 km ²	18.35/km ²

Table 1. Comparison in demography, extension and density of population between Mação town and Mação Council (data in 2011). **Source:** Wikipedia

The cultural heritage of Mação is represented by numerous archaeological monuments (ranging from Prehistory to the Modern Age), by ancient crafts related to forestry, fish farming in the Tagus and poultry farming, by crafts and culinary traditions. Today all these cultural resources are valued in the local Museum of Prehistoric Art “Dr. Calado Rodrigues”, by a network of “spaces of memory” spread out over the territory and coordinated with the museum, and by the Investigation Centre “Land and Memory Institute” (I.T.M.), founded by the Mação Municipality (<http://www.institutoterramemoria.org/>). Linked to the Museum and the I.T.M. there are two research main lines (Palaeoenvironment and Human behavior / Cultures and Territory), who through their academic connection with Erasmus Mundus Master in Prehistoric Archaeology and Rock Art (Polytechnic Institute of Tomar / Trás-os-Montes and Alto Douro University) end with the Doctorate in Quaternary: Materials and Cultures (Trás-os-Montes and Alto Douro University).

3.1. Mação Landscape

The Old Metamorphic Massif is the structural unit, representative of two-thirds of the territory; it consists of metamorphic, sedimentary and igneous rocks deformed by hercínic orogeny, including: schist, clay-schists and mica-schists, quartzites, amphibolites, granite gneisses, granitoids and carbonate rocks (Figure 9). These show some geomorphological striking elements, such as the presence of quartzite ridges and rift valleys (Ribeiro, et al., 1979). An interesting quartzite ridge starts between Mação and Penhascoso, continues in the west-east direction by touching the Serra de Alfejoeira, Envendos, Pego da Rainha and from there goes to the Northwest touching Aguas Quentes, the Serra Sant’Antonio and the Serra de Amêndoa, to conclude the area of the Council of Mação (Figure 9), near the river Zêzere, about ten kilometers to the west. The landscape that describes this ridge is characterized by rugged hill slopes, not very high (up to 425 m), with frequent splits in quartzite coincident with water sources, sometimes thermal. The area circumscribed by the quartz ridge is characterized by a rocky landscape rich in underground water, which gives rise to streams almost always active, even in summer: is it near these streams that the original flora, otherwise destroyed elsewhere in 2003 and 2005, still subsists. At the center of the area enclosed by the quartz ridge, stand two mountains known as “os Bandos”, one (the Bando do Santo) rising up to 643 m. and providing a distinctive look to the landscape.



Figure 9. An example of the landscape from the quartz belt. Source: D. Delfino

This landscape hides a tangible and intangible cultural heritage crisscrossing time: 1) territory occupation, use and demarcation strategies in the Neolithic and in the Bronze Age; 2) dynamics of occupation and use of rural land in the contemporary period; 3) tales and personal histories of the last craftsmen and peasants.

3.2. Ancient landscape. Mação in the Bronze Age: hill forts and landscape

The relationship between natural resources and the deployment strategy of settlements is key reading for understanding the management of territory in the Late Bronze Age (XIII-VI cent BC) in Mação (Cruz, et al., 2014: 31; Delfino, et al., 2014: 131-140): the relationship seems evident since at least four hilltop settlements are deployed along the quartz crest, which surrounds the northern area of the Municipality of Mação, rich in mineral resources and groundwater (Delfino, et al., 2013: 188-189; Delfino, et al., 2014: 160).

One of the hilltop settlements, Castelo Velho da Zimbreira (Figures 10 and 11) is composed of at least two lines of dry masonry, with a probable third outer circle yet to be identified. Lines seem to surround the hill top for at least two out of the four sides, leaving the remaining sides unprotected. This coincides with the more rugged, inaccessible slope, where objectively it would not be possible to construct a wall. The dimensions of the settlement are approximately 85 meters by 167 meters, measuring the width only from the second wall, with the third outermost wall (yet to be identified) possibly wider. Following the three excavations conducted during 2011-2013 and given the proximity of second wall line, it is possible to say that the wall might have been planned so as to present a horizontal, uniform plane parallel

to the elevation line. Furthermore, at the extremities of the wall, the collapse is so massive that it suggests the former presence of two platforms, placed on top of the two gorges that surround the Castelo Velho, at the north and the south, which allow access to the quartzite ridge (op. cit.: 137-138).



Figure 10. The wall of Castelo Velho da Zimbreira during the fieldwork. **Source:** D. Delfino



Figure 11. The wall Castelo Velho da Zimbreira from the landscape. **Source:** D. Delfino

Among the other three hilltop settlement, Castelo Velho do Caratão started being investigated only in 1983 and 1984. The investigations uncovered traces of material culture, represented by a bronze workshop and pottery with burnished decorations, indicating a very important role for this settlement (op. cit.: 132-134); Castro do Santo, identified in 2005 (Batata, 2006; Delfino, et al., 2014: 160), is a second hilltop settlement unfortunately much damaged by modern works and not yet investigated, even if vestiges of dry stone walls and prehistoric pottery appear on the surface; the last hilltop settlement is Castro de Amêndoa today located on a rocky hill within the confines of the modern village of Amêndoa.

Each of these hilltop settlements is part of an ancient landscape, between the second and first millennium BC, which has a strong symbolic meaning yet to be interpreted. We are talking about a natural landscape (quartz crest and water) modified through human activity (hilltop settlements surrounding the water supply). Understanding that not all were true perennial settlements (due to the unfavorable weather conditions and the wall protected areas being too small for the survival of autonomous communities), archeologists still struggle with many extant questions: 1) was each walled site created for the protection of a specific community situated on a lower elevation of the slope? 2) were all sites related to one large community that occupied the territory and exercised control through various small walled hilltop sites plus a main hilltop settlement which gathered around it the main strategic activities such as metallurgy (Castelo Velho do Caratão)? One thing is certain: the hilltop sites were made to observe the territory and be seen from the territory.

We are dealing therefore with a dynamic control of the landscape and a dynamic image of the sites in the landscape. This is why the Mação project on the Time Maps website is called “Hill forts and Landscape”.

3.3. Mação hill forts in Landscape: fireplaces and tales

The issue of the hill forts in the landscape has been the subject of works of Land Art in 2010 and in 2013, reflecting the former inhabitants’ semiotic-psychological goal of establishing ownership and projecting power over the territory, with the end result of deterring potential attackers.

The issue of the landscape hill forts that control the territory has been the subject of work in April 2014.

It was an experiment in intersite visibility, by observing the hill fort at night, which made use of fireplaces and involved the local population, thus turning it into an event for experimentation, dissemination, and valorization of hill forts.

The question was whether the three locations provided clear reciprocal visibility of the sites considered; in other words, whether an observer situated in either of the Castelo Velho do Caratão, Castelo Velho da Zimbreira or Castro do Santo (Figure 12) could see the other two. The question is not as easy to answer as it might seem, as currently, normal observations under daylight conditions do not provide a definitive answer (for example, in the case of the Castro do Santo viewed from the Castelo Velho da Zimbreira). For the purposes of the experiment we have chosen to ignore the Castro de Amêndoa for two reasons: it is clearly only visible from the Castro do Santo, and is situated in the middle of a village, whose artificial lights posed a problem to the conditions of the experiment.



Figure 12. Landscape between hill forts in the “Night of fireplaces and Legend”. **Source:** Gestart

The experiment was planned to start immediately after sunset, rallying the public around the hill fort and the highlighted ancient structures of the Castelo Velho da Zimbreira. Seven elders of rural villages near the hill forts were invited to participate, to recount for the audience legends and tales about the hill forts and the surroundings.

A team composed of students of the Master program in Prehistoric Archaeology and the Doctoral program in “Quaternary: Materials and Cultures”, as well as a Civil Protection group were deployed in each hill fort, to supervise the lighting of the fires and for observation (Figure 13). In addition, a 5 person photographer team from the Master in Photography program of I.P.T. was deployed in order to perform a photo shoot at all three fort locations. The City of Mação, the Civil Protection group and the Parish of Envendos have also provided invaluable support.



Figure 13. The team in Castro do Santo. **Source:** Gestart

3.4. Results in research, dissemination and valorization

The experiment's results show that reciprocal visibility existed between the Castelo Velho da Zimbreira and Castro do Santo, but not between these two and the Castelo Velho do Caratão (Figure 14). These findings strengthen the hypothesis that the Castelo Velho do Caratão was not directly linked to a network of hill forts with the function of controlling the landscape, but was the central settlement. It is also possible that other hill forts may exist along the quartzite belt, eventually to be identified by future surveys.



Figure 14. Fireplace in Castro do Santo. Source: Gestart

From a dissemination perspective, the experiment attracted 120 people of all age groups (children, adolescents, adults and the elderly) at the Castelo Velho da Zimbreira; these were inhabitants not only of the Council of Mação, but also of Coimbra, Tomar and Abrantes. The event made it possible for these people to become familiar with the territory of Mação in the Bronze Age and the sites that were managing it, as well as with the ongoing archaeological research at the Castelo Velho da Zimbreira and the “living memories” of the land: the elders and their tales.

From a valorization perspective, the results were of reviving the hill forts, abandoned for more than 2500 years, and to enhance the importance and prominence of the “living memories” of the territory. What the experiment made obvious was that the best way to preserve an archaeological site and its related ancient territory is to conscientiously enhance its presence: the first enemy of material heritage is physical destruction, but the second one is forgetfulness.

3.5. Time Maps in Mação: some conclusions

After just seven months from its local implementation, the impact of the Time Maps on the territory of Mação can be analyzed on various levels:

- Scientific level: it was possible to implement a more anthropological and cognitive vision of the territory, in the period when the hill forts were built (the Final Bronze Age), with the contribution of artistic approaches such as land art. Another result was to see how the walls of the hill forts were perceived from the territory, and the creation of a methodology and philosophy to see the natural elements of the landscape not for what they are now, but for what they could have meant between the thirteenth and the sixth century B.C. (the Final Bronze Age). With the re-enactment it was possible to experience certain conditions of intersite visibility between the hill forts at night, demonstrating a planned location of the hill forts in the territory.

- Community level: in a relatively large area with little population as Mação Council, there are many examples of cultural heritage, but there are few resources to bring them to the attention of people, or to bring people to the places with archaeological heritage. One reason is that most of the local inhabitants, especially those living in small villages, are old and have no means to move. With the occasion of the inter settlements visibility experiment it was possible to bring people on the site, not only from the nearby village of Zimbreira but many people from Mação and the Ribatejo region. On this occasion 120 people (Figure 15) discovered the excavated ruins of the hill fort, tried to see from the Castelo Velho Zimbreira hill the fires on the two other hill forts, and also discussed about the archaeological research already made or under way in all three hill forts. By creating a charming setting like a fire kindled in the night and hearing ancient legends told on ancient sites, it was possible to create a simple and economical tool of attractiveness of the archaeological monuments and territory.



Figure 15. Public in Castelo Velho da Zimbreira during fireplaces and legends activity. Source: Gestart

- Intangible heritage: the incentive to be on the very location of the memory of a place and tell and listen to its legends or personal history of old people has stimulated the participants. These precious living memories had a value in the eyes of the young people since the elders are the only ones who can pass on the local history linked to the territory and its people. On the other hand, to revive the ancient landscape, for one night, was a short recovery, for a few hours, of the immaterial landscape that was material in the Bronze Age, but that is now gone.

- Local authority: the City Council of Mação and the Parish of Envendos were enthusiastic about the inter settlement visibility experiment and helped with people and logistical support. The experiment was considered to be a viable solution to recover the heritage of the area, to stimulate tourism, and to preserve the local memory/intangible heritage.

- Academic training: the Museum of Mação involved students in the preparation and implementation of the Time Maps activities; this created the conditions for many students from Portugal, Ethiopia, Italy, Macedonia, Namibia and France to learn how a place with heritage could be put into light, and how the public's awareness could be directed on the local tangible and intangible heritage. (DD)

4. Time Maps: Some General Conclusions

The examples of the Vădastra village as well as those of the small communities around Mação have demonstrated that it is possible to produce maps of certain invisible, cultural traits, which can carry a high value for society. The current paper argues for the mapping not just of archaeological sites, but also of their intangible heritage as a step in the creation of a new and comprehensive cultural map of Europe.

As can be seen from the two approaches discussed, they present commonalities as well as differences due to the cultural and social problems specific to each community considered. They both however look to identify the local tangible and intangible heritage and make them visible to the present communities who can benefit as a result.

The involvement of the communities neighbouring the sites considered is a socially beneficial act, as it spreads and enhances the worldwide knowledge of the local history, the sense of identity of the sites' inhabitants and the opportunities of economic development related to the local heritage. The communities thus rendered more visible through their heritage contribute to the creation of a new European cultural picture.

The Time Maps project's goal is for this to become a European reality in the 21st century.

Acknowledgements

The authors wish to extend their thanks to authorities and communities of Vădastra and Mação for their involvement in the experiments and their generous support (the Mayor of Vădastra, - Museum of Prehistoric Art of Mação, Council of Mação, Parish Council of Envendos and Cardigos, Civil Protection of Mação). A special

thank to Professor Luiz Oosterbeek for being the initiator of this international cooperation. As well, thanks are due to the Romanian and Portuguese students for their enthusiastic help. Thanks also to the photographer Flávio Joaquim and the MA student of the Polytechnic Institute of Tomar who took the night images. Last, but not least, many thanks to Mr. Bogdan Capruciu for the review of the present text. Time Maps is financed by a PN II IDEI grant.

BIBLIOGRAPHY

BATATA, C. (2006) – A Idade do Ferro e a Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA, Vol. 46.

BOLLIAC, C. (1872) – Ceramica. *Trompeta Carpatilor*. [S.l.: s.n.], Vol. XII, nº 965, p. 1.

BOLLIAC, C. (1876) – Ceramica. *Trompeta Carpatilor*. [S.l.: s.n.], Vol. XIV, nº 1255, p. 1.

BONACCHI, C. (2012) – *Archaeology and digital communication*. London: Archetype Publications Ltd.

BONACCHI, C. (2014) – Understanding the public experience in archaeology in the UK and Italy: a call for “sociological movement” in Public Archaeology. *European Journal of post-Classical Archaeologies*. Mantova: SAP Società Archaeologica s.r.l., Vol. 4, p. 377-400.

CRUZ, A.; GRAÇA, A.; DELFINO, D.; OOSTERBEEK, L. (2014) – A integridade da paisagem antropizada no Alto Ribatejo. In CAMPOS, J. B.; ZOCHE, J.J.; CEREZER, J.F.; OOSTERBEEK, L. (eds) – *Arqueologia Ibero-Americana e Transatlantica; Arqueologia, Sociedade, Território*. Erechim: Habilis, p. 17-39.

DELFINO, D.; OOSTERBEEK, L.; COIMBRA, F.; BAPTISTA, J.C.; GOMES, H.; BELTRAME, M.; CURA, P. (2013) – A proto-história no Concelho de Mação: novas investigações, novas abordagens, novos dados. In CRUZ, A.; GRAÇA, A.; OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P. (eds) – *Iº Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo. Homenagem a José Gomes da Silva*. Tomar: C.E.I.P.H.A.R., Arkeos, Vol. 34, p. 181-194.

DELFINO, D.; CRUZ, A.; GRAÇA, A.; GASPAR, F.; BATISTA, A. (2014) – A problemática das continuidades e das descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo português. In CRUZ, A. (dir.) – *A Idade do Bronze em Portugal. Os dados e os problemas*. Tomar: Centro de Pré-História do I.P.T., Antrope, nº 1, série monográfica, p. 111-168.

FERNADEZ-PALÁCIO, B. J.; RIZZI, A.; NEX, F. (2012) – Augmented Reality for Archaeological Finds. In IOANNIDES, M., FRITSCH, D., LEISSNER, J.; DAVIES, R.; REMONDINO, F.; CAFFO, R. (eds) – *Progress in Cultural Heritage Preservation*. [S.l.]: Springer Berlin Heidelberg, proceedings of 4th International Conference, EuroMed 2012, (Limassol, Cyprus, October 29 – November 3, 2012), p. 181-190.

GHEORGHIU, D. (2001) – Le projet Vădastra. *Prehistorie Européenne*. Liège: Université Libre de Bruxelles, p. 16–17.

GHEORGHIU, D. (2012) – eARTh vision (Art-chaecology and digital mapping). *World Art*. Vol. 2, issue 2, p. 211–7.

GHEORGHIU, D.; ȘTEFAN, L. (2012) – Mobile Technologies and the Use of Augmented Reality for Saving the Immaterial Heritage. *VAST 2012*. Brighton, UK: Eurographics Association, The 13th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural Heritage, (19-21 November 2012, Brighton, UK). DOI: 10.2312/PE/VAST/VAST12S/021-024.

GHEORGHIU, D.; ȘTEFAN, L. (2014) – 3D Online Virtual Museum as e-Learning Tool - A Mixed Reality Experience. *Proceedings of the 6th International Conference on Computer Supported Education (CSEDU)*. [S.l.]: SCITEPRESS Digital Library, (Barcelona, Spain, 1-3 April 2014), Vol. 2, p. 379-388. DOI: 10.5220/0004839003790388.

GHEORGHIU, D.; ȘTEFAN, L. (in press) – Augmenting the Archaeological Record with ARt (The Time Maps Project). In GEROIMENKO, V. (ed) – *Augmented Reality Art*. [S.l.]: Springer.

GHEORGHIU, D.; ȘTEFAN, L.; HASNAȘ, A. (2013) – Visual performances as educational tools in mobile learning. *ARTSEDU 2013*. Bucharest: University of Architecture and Urbanism “Ion Mincu”, 2nd World Conference on Design, Arts And Education (DAE-2013), (9-11 May Bucharest).

GHEORGHIU, D.; ȘTEFAN, L.; RUSU, A. (2014) – E-Learning and the Process of Studying in Virtual Contexts. In IVANOVIC, M.; JAIN, L. (eds.) – *E-Learning Paradigms and Applications. Agent – based Approach*. Berlin Heidelberg: Springer, Studies in Computational Intelligence Series, Vol. 528, p. 65-95.

JIMÉNEZ FERNÁNDEZ-PALACIOS, B.; NEX, F.; RIZZI, A.; REMONDINO, F.; (2014) – ARCube - The Augmented Reality Cube for Archaeology. *Archaeometry*. [S.l.]: John Wiley & Sons, Ltd. DOI: 10.1111/arcm.12120

MATEESCU, C. (1978) – Contribution to the study of Neolithic dwellings in Romania. A dwelling of the second phase of the Vădastra culture. *Dacia NS*. Bucharest: Institute of Archaeology from Bucharest / cIMeC - The Institute for Cultural Memory, Vol. XXII, p. 65–71.

MUÑOZ, A.; MORENO, C.; LUJÁN, J.L. (2012) – Who is willing to pay for science? On the relationship between the public perception of science and the attitude to public funding of science. *Public understanding of science*. [S.l.]: SAGE Publications, Vol. 21, nº 2, p. 242-253. DOI: 10.1177/0963662510373813

OLIVER, H., (2013) – *El mito de Atapuerca. Orígenes, Ciencia, Divulgación*. Barcelona: Edicions Universitat Autònoma de Barcelona.

REMONDINO, F.; CAMPANA, S. (2014) – *3D Recording and Modelling in Archaeology and Cultural Heritage - Theory and Best Practices*. Oxford: Archaeopress, B.A.R. International Series 2598.

RIBEIRO, A.; ANTUNES, M.T.; FERREIRA, M.P.; ROCHA, R.; SOARES, A.; ZBYSZEWSKY, G., MOITINHO DE ALMEIDA, F.; CARVALHO, D.; MONTEIRO, J.H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, p. 3-114.

RUIZ ZAPATERO, G. (2010) – Arqueología e identidad; la proyección social del pasado. *Actas XIII Jornadas de Estudios sobre Fuerteventura y Lanzarote*. Puerto del Rosario: Cabildo de Fuerteventura, Vol. 2, p. 15-49.

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A ATIVIDADE TURÍSTICA NA SESMARIA JAGUARIBE, LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

Vanessa Rodrigues da Silva

Graduada em Turismo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
Universidade Federal de Pernambuco. UFPE
vanessrodrigues@hotmail.com

Cláudia Alves de Oliveira

Orientadora e Docente/pesquisadora do Dept.º de Arqueologia.
Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Universidade Federal de Pernambuco. UFPE
olivas@hotmail.com.br

O Patrimônio Arqueológico e a Atividade Turística na Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte de Pernambuco

Vanessa Rodrigues da Silva
Cláudia Alves de Oliveira

Historial do artigo:

Recebido a 09 de setembro de 2014

Revisto/recebido a 02 de outubro de 2014

Aceite a 25 de outubro de 2014

RESUMO

Este trabalho apresenta o diagnóstico do Patrimônio Arqueológico utilizado pela atividade turística na área da Sesmaria Jaguaribe, Abreu e Lima/PE. Nesta etapa foram avaliados os sítios arqueológicos São Bento e o Sítio Timbó, procurando, também, identificar se houveram ações de planejamento da atividade turística que está sendo desenvolvida na área. Foram propostas ações seguras e construtivas de melhorias para o uso do patrimônio arqueológico na atividade turística através do Turismo Arqueológico. A preservação do Patrimônio Arqueológico se trabalhada de forma planejada e adequada, torna-se uma ferramenta para proteção patrimonial dos sítios arqueológicos. Neste sentido considera-se necessário que o patrimônio tenha uma infraestrutura mínima para receber os visitantes e que não o descaracterize. Dessa forma, poderá transmitir conhecimento às demais gerações.

Palavras-chave: Sesmaria Jaguaribe; Turismo Cultural; Turismo Arqueológico.

ABSTRACT

This study presents a diagnosis of the Archaeological Heritage used by tourist activity in the area of Sesmaria Jaguaribe, Abreu e Lima/PE. At this stage the archaeological sites Sao Bento and Timbo were evaluated, searching either identify if there were actions in planning of tourism that is being developed. Safe and constructive actions for improvements were proposed to the use of the archaeological heritage in tourism through the Archaeological Tourism. The preservation of the Archaeological Heritage, if working in a planned manner, becomes a tool for asset protection of archaeological sites, therefore, it is necessary that the assets have minimal infrastructure for visitors so that they are not adulterated and continue to impart knowledge to other generations.

Key-words: Sesmaria Jaguaribe; Cultural Tourism, Archaeological Tourism.

1. Introdução

Os Sítios Arqueológicos estão despertando o interesse, não somente dos pesquisadores, mas, também, dos turistas e, conseqüentemente, do *trade* turístico - os empresários. Assim, surge o Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo, atividade turística em sítios arqueológicos onde tanto os turistas quanto a população local podem perceber a importância do passado histórico da cidade ou destino turístico (Silva, Oliveira, 2012). Na Carta de Lausanne (1990) os sítios arqueológicos são descritos como: *“A porção do patrimônio material para o qual os métodos de arqueologia fornecem conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados, de todo tipo, na superfície, no sub-solo ou sob as águas, assim como o material a eles associado”* (Carta de Lausanne, ICOMOS, 1990: 02).

O Turismo Arqueológico, segundo Beni (1998) é o “deslocamento de pessoas a sítios arqueológicos, escavações e cavernas com inscrições e pinturas rupestres”. Nessa perspectiva encontra-se também o conceito de F. Manzato que define essa atividade como o “[...] processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática.” (Manzato, 2007).

No Brasil verifica-se um grande potencial para este segmento no Nordeste, destacando-se o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí e o Bairro do Recife, em Pernambuco. Nessa área outros pontos estão surgindo, como é o caso da Sesmaria Jaguaribe, localizada no Litoral Norte de Pernambuco, que compreende atualmente os municípios de Igarassu, Paulista e Abreu e Lima.

Na Sesmaria Jaguaribe encontram-se as Ruínas da Capela de São Bento (Figuras 1 e 2) e o Forno de Cal (Figuras 3 e 4), patrimônio arqueológico foco desta pesquisa. Verifica-se que esse patrimônio encontra-se incluído em roteiros turísticos promovidos pelo poder municipal de Abreu e Lima, entretanto, está abandonado, cercado por lixo e mato. Dessa forma essa pesquisa teve por objetivo realizar o diagnóstico do Patrimônio Arqueológico nessa área, analisando a sua infraestrutura; a percepção dos moradores do entorno sobre a atividade turística e a preservação do patrimônio arqueológico; as ações de planejamento da atividade turística. Procura-se, portanto, propor ações de melhorias para o uso do patrimônio arqueológico para inserir essa área na atividade turística do Litoral Norte de Pernambuco.



Figuras 1 e 2. Ruínas da Igreja de São Bento. Fonte: Vanessa Rodrigues



Figuras 3 e 4. Ruínas do Forno de Cal. Fonte: Vanessa Rodrigues

2. Metodologia

Esta pesquisa possui um caráter exploratório, descritivo e qualitativo. De acordo com Almeida (2006: 27) “a pesquisa exploratória considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números”. Severino (2012) acrescenta que esse tipo de pesquisa “busca apenas levantar as informações sobre um determinado objeto, delimitando, assim, um campo de trabalho, mapeando condições de manifestação desse objeto.” (Severino, 2012: 123). Por outro lado, a pesquisa descritiva “possui quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente, e quantitativa pela quantidade representativa que será utilizada na análise da amostragem” (Freitas, et al., 2000: 38). Silva (2008: 23) ressalta que as pesquisas

descritivas são mais utilizadas pelo turismo e são recomendadas quando o objetivo da pesquisa “é a descrição sistemática, objetiva e precisa das características de uma determinada população ou área de interesse”.

Questionários foram aplicados com diferentes objetivos. Para identificar se houve planejamento na implantação da atividade turística na área da Sesmaria Jaguaribe, selecionou-se o Secretário de Turismo e Cultura de Abreu e Lima e a Arqueóloga do IPHAN. Para verificar a percepção dos moradores do entorno da área de pesquisa sobre a preservação do Patrimônio Arqueológico foram aplicados questionários *in loco*. Por fim, para diagnosticar a infraestrutura dos sítios arqueológicos, foi elaborado e preenchido um protocolo de observação do Patrimônio Arqueológico, onde foram registrados os pontos positivos e negativos do estado de conservação das ruínas do São Bento, antiga fazenda dos beneditinos de Olinda, datada do século XVII e o Forno de Cal. Esse protocolo foi adaptado da proposta realizada por Manzato (2007). Dessa forma foi possível avaliar e propor ações de melhorias não impactantes para a proteção patrimonial.

3. Resultados e Discussão

A Igreja de São Bento (Figuras 1 e 2) foi construída nos cercados da “Fazenda de São Bento de Jaguaribe, do século XVII” (Oliveira, Lima, 2003: 07), localizada no Sítio São Bento que pertencia à Ordem Beneditina de Olinda. Parte da igreja cedeu devido a ações antrópicas e naturais sendo possível notar uma torre e paredes laterais. E “próximo à igreja foram encontradas, por meio de escavações arqueológicas [...] o alicerce de outra edificação. Supõe-se ser a casa dos padres devido à sua estrutura e localização ao lado da igreja” (Oliveira, Lima, 2003: 08). A igreja “tem ainda a sua tipologia bem caracterizada nos restos de alvenaria existentes. Tudo indica, pelas condições nas quais as ruínas se apresentam, a possibilidade de sua reconstrução, por meio de um projeto arquitetônico a ser elaborado”. (Carréra, Surya, 2008: 11).

Já, o Forno de Cal (Figuras 3 e 4) está localizado às margens do Rio Timbó, e foi registrado no IPHAN com o nome de Sítio Timbó. É “caracterizado pelas ruínas de uma arquitetura industrial, possivelmente, dos séculos XVIII e XIX” (Oliveira, Lima, 2003: 07). A área onde está inserido este sítio apresenta indícios da produção de cal, um dos fatores que “contribuíram para o desenvolvimento econômico do povoado no período colonial, o qual deu origem ao município” (Oliveira, Lima, 2003: 07).

Para que esse patrimônio seja preservado e sofra menos impactos diante da atividade turística, ações devem ser tomadas para que o Patrimônio Arqueológico seja considerado apto para a atividade do turismo. Em relação à infraestrutura será necessário tomar as seguintes providências: 1) implantação de grades protetoras, 2) implantações de lixeiras, 3) limpeza da área (Figuras 5 e 6); 4) placas informativas e indicativas em dois idiomas; e, 5) monitores, preferencialmente pessoas da própria comunidade.



Figuras 5 e 6. Lixo no entorno da Ruína de Forno de Cal. **Fonte:** Vanessa Rodrigues

No início das pesquisas arqueológicas nessa área foi elaborada a proposta Programa Jaguaribe: Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe (2001). Algumas medidas para o desenvolvimento do turismo foram definidas, entre elas a instalação de museus. Considera-se que a criação desses museus, para exposição de achados arqueológicos, seria uma forma importante para a preservação, divulgação, sendo mais um ponto atrativo para o desenvolvimento do turismo local (Figuras 1, 2, 3, 4, 5, e 6).

Nos questionários do Secretário de Turismo de Abreu e Lima e da Arqueóloga do IPHAN, aplicados para identificar as ações que foram ou estão sendo realizadas para a preservação dos sítios arqueológicos e a sua utilização na atividade turística na Sesmaria Jaguaribe, verifica-se uma dicotomia nas respostas. O Secretário informa que houve planejamento turístico com foco na preservação do patrimônio e que havia comunicação direta com o órgão federal responsável pelo patrimônio, o IPHAN. Porém, a Arqueóloga do órgão informou não ter ciência das ações que estão sendo desenvolvidas na área, exceto daquelas citadas nos relatórios de intervenção arqueológica.

Para conhecer a percepção dos moradores sobre o Patrimônio Arqueológico e a sua preservação, na área do entorno dos sítios, trabalhou-se com uma amostra de 52 questionários válidos e foram realizadas, inicialmente perguntas no intuito de traçar o perfil dos entrevistados. Assim a maioria dos moradores entrevistados (31%) tem faixa etária entre 26 a 35 anos de idade, na maioria do gênero feminino (56%), com escolaridade fundamental incompleto (31%). Logo em seguida, foram aplicadas as perguntas voltadas à identificação da noção de patrimônio, preservação e turismo. Dessa forma, verificou-se que 75% dos moradores não têm conhecimento sobre as ações realizadas sobre preservação (Gráfico 1); 63% não sabem da importância da preservação do patrimônio (Gráfico 2); e 85% acreditam na importância do turismo para a área (Gráfico 3). Todos os entrevistados informaram que tinham interesse de saber das ações desenvolvidas na área, porém, não foram e não são informados.

Os moradores sabem se há ações de preservação na área?

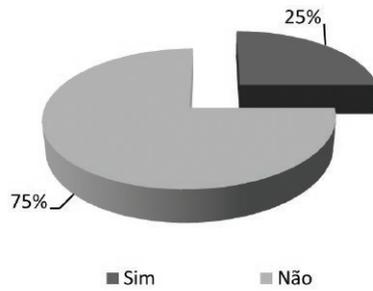


Gráfico 1. Percepção dos moradores sobre ações de preservação. Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Importância dos Sítios e Patrimônios Arqueológicos

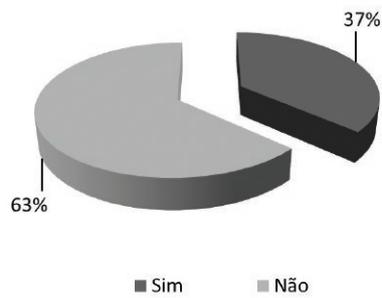


Gráfico 2. Importância do patrimônio. Fonte: Pesquisa de campo (2013).

A importância do turismo para área

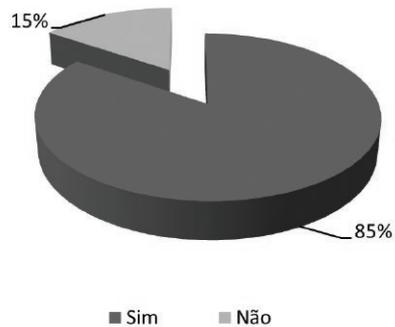


Gráfico 3. Importância do turismo para a área. Fonte: Pesquisa de campo (2013).

4. Considerações Finais

O turismo é uma atividade dinâmica que modifica de forma veloz os lugares e atrai desenvolvimento local e social. Para transformar um local em destino turístico, não basta ter atrativos turísticos, deve-se, acima de tudo, planejar para que o Patrimônio presente não sofra danos irreversíveis. Os órgãos públicos precisam planejar os lugares para dispor a atividade turística, de forma que estes sejam sustentavelmente desenvolvidos.

A Sesmaria Jaguaribe, que possui uma riqueza patrimonial representada pelas ruínas da antiga fazenda dos beneditinos de Olinda e as ruínas do Forno da Cal, inseridas na mata atlântica, ainda encontra-se desconhecida pela população local, que desconhece o seu valor.

O poder público apesar de ter conhecimento do valor desse Patrimônio Arqueológico e do abandono da área, não soluciona os problemas. A gestão deveria ser responsável por preparar, fiscalizar e conservar os bens patrimoniais.

As ruínas da Igreja de São Bento e o Forno de Cal são exemplos do Patrimônio Arqueológico. Encontram-se praticamente abandonados e apesar de serem citados em revistas de turismo e estarem inclusos no roteiro de trilhas ecológicas, não foi realizado o planejamento estratégico adequado e implantação de infraestrutura para inseri-los no contexto do turismo: a) não foram protegidos com cercas para não serem destruídos; b) não limpam o entorno que possui lixo; c) não foram implantadas placas informativas (placas que expliquem o contexto histórico do patrimônio); d) e nem houve estudo de capacidade de carga.

Não foram implantadas ações de inclusão do patrimônio arqueológico na atividade turística. Observa-se um desenvolvimento incipiente da atividade do turismo ecológico, mas as ruínas arqueológicas não estão de forma adequada no cenário, pois a infraestrutura é mínima.

A atividade turística para ser bem desenvolvida deve ter a aceitação dos moradores locais e para conseguir a adesão da maioria é necessário informá-los sobre a importância da preservação patrimonial e dos benefícios que podem ter com a prática do turismo. Além disso, é importante pensar em curso de capacitação para que os moradores tornem-se agentes preservadores e sejam inclusos na atividade turística de forma que obtenham uma renda extra através dessa atividade.

BIBLIOGRAFIA

- BENI, M. C. (1998) – *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC, 6ª ed.
- OLIVEIRA, C; LIMA, M. L. (2003) – Novas perspectivas para o turismo no Litoral Norte de Pernambuco. *Anais do VII ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz.
- SEVERINO, A. J. (2012) – *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, SP: Editora Cortez, 23 ed. rev. e atual.

SILVA, V. R; OLIVEIRA, C. A. (2012) – Atividade turística na cidade do Recife: Levantamento e Diagnóstico de Sítios Arqueológicos. *Anais de Iniciação Científica (IC) XX CONIC / IV CONITI / VIII JOIC*. Recife, Pernambuco: UFPE.

SILVA, L. B. A. (2008) – *Turismo Histórico-Cultural em Recife-PE: um olhar sobre o Mercado de São José*. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ALMEIDA, M. B. (2006) – *Noções Básicas sobre Metodologia de Pesquisa Científica*. Belo Horizonte, MG: DTGI-ECI/UFMG. [Consultado em 14 Junho 2012]. Disponível na www: <URL: <http://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>>.

CARRÉRA, M; SURYA, L. (2008) – *A Organização Espacial de uma Fazenda Colonial Beneditina: Reflexo da Estruturação Social Vigente*. Caicó, RN: UFRN. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades, Vol. 9, nº 24, Set/Out. Disponível na www: <URL: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. ISSN 1518-3394.

FONSECA, J. J. S. (2002) – *Metodologia da Pesquisa Científica*. Ceará: UECE. [Consultado em 13 Junho 2012]. Disponível na www: <URL: <http://www.dqi.ufms.br/~lp4/apostilaMetodologia.pdf>>.

FREITAS, H; OLIVEIRA, M; SACCOL, A. Z. (2000) – O método de pesquisa survey. *Revista de administração*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Vol. 35, p. 105-112. [Consultado em 10 Agosto 2013]. Disponível na www: <URL: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf>.

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. (1990) – *Carta de Lausanne*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Consultado em 25 Março 2012]. Disponível na www: <URL: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>.

MANZATO, F. (2007) – Turismo Arqueológico: Diagnóstico e Análise do Produto Arqueoturístico. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Espanha: Universidad de La Laguna, Vol. 5, nº 1, p. 99-109. [Consultado em 15 Outubro 2009]. Disponível na www: <URL: <http://redaly.uaemex.mx/pdf/881/88150108.pdf>>.

RODRIGUES, W. C. (2007) – *Metodologia Científica*. Paracambi: FAETEC/IST. [Consultado em 14 Junho 2012]. Disponível na www: <URL: http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>.

II. A HUMANIZAÇÃO DOS PATRIMÓNIOS

À DESCOBERTA DE UM MOSTEIRO ESQUECIDO

Iolanda Cristina Barreira Pereira

Pós-Graduada em Arte, Património e Teoria do Restauro,
Universidade de Lisboa
iolandapereira91@gmail.com

Liliana Querido Cardeira

Mestre em Ciências da Conservação, Restauro e Produção de Arte
Contemporânea, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

À Descoberta de um Mosteiro Esquecido

Iolanda Cristina Barreira Pereira
Liliana Querido Cardeira

Historial do artigo:

Recebido a 29 de setembro de 2014

Revisto/recebido a 19 de Novembro de 2014

Aceite a 26 de novembro de 2014

RESUMO

O presente artigo contextualiza o Mosteiro de Odivelas como um símbolo nacional do seu tempo revelando características históricas, gastronómicas, culturais, entre outras. Pretende dar a conhecer aos leitores este tão afamado Mosteiro, que outrora, nos tempos dos reis e rainhas foi um dos pólos mais importantes a nível nacional das diferentes classes sociais. Infelizmente, ao longo do tempo tem vindo a ser esquecido e, daí a importância de realçar este património extinto junto da comunidade científica. Este Monumento é um Panteão Real que merece tanta atenção quanto os restantes monumentos e, por isso, é uma prioridade dado o esquecimento a que foi vetado, por parte das entidades tutelares, após a extinção das ordens religiosas. É um espaço que alberga em si imensos testemunhos da sua História porém, carece de atenção para que tais testemunhos sejam protegidos evitando assim, uma tragédia semelhante à de 1834, em que os espólios das diversas casas foram totalmente dispersos.

Palavras-chave: Mosteiro de Odivelas, Conservação e Restauro, Espólio, Património Cultural Material e Imaterial

ABSTRACT

This present paper tends to show the Monastery of Odivelas (Mosteiro de Odivelas) as national symbol of its time revealing historical, cooking, cultural characteristics among many others. It pretends to show this famous complex that once, in the times of kings and queens was one of the most important centres nationwide of the different social classes. Unfortunately, over time has been forgotten and hence the importance of enhancing this heritage extinct among the scientific community. This monument is a Royal Pantheon, which deserves as much attention as the other monuments, and therefore is a priority given the oblivion that was vetoed by the guardianship authorities after the extinction of the religious orders. It is a space that houses itself immense testimonies of its history but lacks attention so such witnesses are protected and safeguarded avoiding a tragedy similar to the 1834 one, when the spoils of several houses were totally dispersed.

Key-words: Odivelas Monastery, Conservation and Restoration, Assets, Material and Intangible Cultural Heritage

1. Breve Contextualização Histórica

1.1. O Mosteiro de Odivelas

O Mosteiro de Odivelas (Figura 1), inicialmente apelidado de Mosteiro de S. Dinis, foi mandado edificar pelo rei homónimo do santo. Reza a lenda que andava el-rei D. Dinis a caçar, para os lados de Beja, quando foi derrubado do seu cavalo por um urso feroz; em ato de desespero, pediu aos céus a sua salvação, clamando por S. Dinis e por S. Luís, Bispo de Tolosa. Nesse momento prometeu que, caso se conseguisse salvar, mandaria erguer um Mosteiro, promessa que terá cumprido em Odivelas.



Figura 1. Ilustração do que seria possivelmente o Mosteiro de Odivelas no século XIX.

Fonte: Desenho de Liliana Carneira, ilustração de Andreia Braz.

D. Dinis foi um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento nacional nos mais diversos domínios: na economia, na sociedade, na política e na cultura. A ele se deveu, entre tantas outras ações na área da cultura, a criação da primeira Universidade Portuguesa, a construção e a requalificação de vários edifícios de cariz militar, civil e religioso. A implementação e a difusão da língua portuguesa como língua oficial de Portugal, a criação da Marinha, que de certa forma impulsionou e lançou as bases instigadoras dos Descobrimientos, entre tantos outros atos que fizeram de D. Dinis um dos pais fundadores de Portugal, da sua identidade e cultura. No tempo de D. Dinis Portugal não vivia em crise, muito pelo contrário, uma vez que estava completamente à altura de qualquer outro reino da Europa do seu tempo. O Mosteiro de S. Dinis foi uma das suas grandes obras e, foi também a escolhida para o receber no *post mortem*.

O local escolhido pelo rei para a construção do Mosteiro foi a Quinta das Flores, terras que pertenciam ao monarca, onde existia já um dos palácios de veraneio do rei e da sua corte. Esta construção, juntamente com as suas dependências, passaram a

ser jurisdição e parte integrante do complexo Mosteiro. Estas eram terras bastante férteis, sendo irrigadas por uma linha de água adjacente ao perímetro em redor do complexo. Para além disso, a paisagem era sóbria e de grande beleza, proporcionando o ambiente propício à vida austera e profundamente religiosa das monjas (Tomé, 2000).

O Mosteiro foi assim fundado por D. Dinis em 1295, tendo as obras de construção durado cerca de dez anos, executadas sob a direção de Antão e Afonso Martins, segundo Borges Figueiredo¹ (Figueiredo: 1889: 149-150). No entanto, existem registos de que no dia 1 de março de 1296, já se iniciavam os serviços religiosos, sendo também nesse ano que o Mosteiro começou a ser habitado por oitenta freiras bernardas. Logo no início da fundação, estas instalaram-se no edifício da quinta real enquanto as obras de construção prosseguiam e até que houvesse condições que permitissem a sua instalação nos novos edifícios. Contudo, não há consenso quanto à data de conclusão das obras de construção, havendo muitas divergências entre os diferentes autores.

O Mosteiro de S. Dinis, consagrado a S. Bento¹, S. Bernardo e S. Dinis², encontrava-se ao cuidado de freiras bernardas, da Ordem de Cister. As residentes eram filhas da nobreza, que não casavam por não disporem de um dote. Isto porque na altura, o filho varão era o único herdeiro dos bens da família (Tomé, 2000). Esta prática, chamada Lei dos Morgadios, só terminou em 1863 por deliberação régia, através de uma Carta de Lei, promulgada por D. Luís I a 19 de maio desse ano. As meninas, mesmo que mais velhas que os rapazes, não estando prometidas em casamento a algum nobre, recolhiam à sombra protetora dos Mosteiros, enriquecidos com as doações dos reis e dos nobres, para aí levarem uma vida estável. Muitas delas, obviamente, acabavam por vestir o hábito, as que não o faziam viviam aqui recolhidas, tendo moradias privadas, cuja tipologia variava consoante a sua posição social, dentro da cerca do Mosteiro (Saraiva, 1978). Era-lhes permitido ali permanecer durante o dia, devendo, porém, recolher ao dormitório às 10 horas da noite. O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, dada a sua proximidade com Lisboa, acolhia muitas jovens nestas condições.

Logo no início da sua fundação, o Mosteiro foi contemplado, pelo rei seu fundador, com elevadas doações de dinheiro, terras com habitações, hortas, moinhos, vinhas, lagares e fornos, abarcando vastos territórios, não só em Odivelas, como também em Xabregas, Loures, Alenquer e Sintra. A 23 de março de 1295, foram concedidos os direitos dos padroados das Igrejas de S. João Batista do Lumiar e S. João de Frielas. Graças a tantas doações e benefícios concedidos, viria a ser um dos mais ricos e grandiosos Mosteiros femininos cistercienses em Portugal. Mais tarde, em consequência das avultadas doações que eram feitas ao Mosteiro, este passou a ter propriedades localizadas de Norte a Sul de Portugal. Além de que teve o privilégio que só a casa-mãe, o Mosteiro de Alcobaça, teve, o de poder aceitar e herdar os bens das monjas que faleciam e cujo desejo era o de legarem os seus pertences ao Mosteiro de Odivelas. Esta era uma exceção à lei vigente decretada por alvará régio, por este meio assegurava um aumento progressivo do património do Mosteiro (Figueiredo, 1889).

Tanta riqueza e ostentação viriam mais tarde a ter consequências negativas na vida clausural e na observância das regras monásticas. A simplicidade e austeridade iam desaparecendo e a reputação das religiosas viria a ficar abalada. Por exemplo,

na primeira metade do século XVIII, o ambiente cultural de D. João V esteve bem presente em Odivelas, tendo o Mosteiro organizado grandes festas, recebendo grande número de convidados e albergando um elevado número de freiras - cerca de 300. Estes acontecimentos vêm a pôr em causa a austeridade da Ordem Cisterciense.

O terramoto de 1755 quase destruiu o Mosteiro, o que levou as freiras a habitar em barracas de madeira durante muito tempo, da sua traça original pouco restou e desde desse momento, a reconstrução do complexo foi lenta estimando-se que, quando ao encerramento do Mosteiro ainda as monjas procediam a pequenos trabalhos de construção. Atualmente, ainda que um pouco descaracterizados por trabalhos de restauro contemporâneos ao Estado Novo, são ainda visíveis as reminiscências legadas da sua traça gótica original.

As Ordens religiosas foram extintas em 30 de maio de 1834, num período de radicalismo liberal, a ver: *“O Mosteiro passa a património dos chamados Bens Nacionais e, por um lado a pilhagem organizada dos funcionários estatais e por outro a pobreza em que as freiras ficavam depois de privadas dos bens que mantinham no cenóbio, marcam a derrocada final daquele que fora um tão imponente Mosteiro.”*⁴ (Tomé, 2000: 12).

Mesmo na extinção das ordens religiosas houve diferenças entre as ordens masculinas e femininas. Os primeiros foram obrigados a deixar de imediato os Mosteiros que então ocupavam, este facto levou à perda de milhares de bens então presentes nestes Mosteiros/Conventos masculinos. Às ordens femininas foi permitido permanecerem nos Mosteiros/Conventos até à data da morte da última monja. Isto fez com que, com o passar do tempo, diversos complexos se vissem apenas habitados por três, quatro ou cinco monjas, originando dessa forma a fusão de Mosteiros, em que as monjas de uma passavam para outra casa afeta à mesma ordem. Um destes casos ocorreu em Odivelas quando, em 1850 o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, localizado na zona da Estrela, em Lisboa, se fundiu com o Mosteiro de Odivelas, conforme expressam os documentos originais relativos à extinção deste convento conservados actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Consta que, em 1875, ainda habitavam oito freiras no edifício. Em 1886 morreu a última abadessa de Odivelas, D. Bernarda da Encarnação Correia que era também a última freira professa em Odivelas. A 16 de abril de 1909, faleceu D. Carolina Augusta de Castro e Silva, oriunda de Nossa Sr.^a do Mocambo e ali residente desde 1850. Por isso é considerada última freira de Odivelas, embora já não habitasse o Mosteiro à data da sua morte. Saiu do Mosteiro após a morte da abadessa.

1.2. Personalidades Relevantes da História do Mosteiro

Ao longo da sua história, o Mosteiro albergou muitas pessoas de elevado estatuto social e, foi também alvo das atenções e preferências de outras tantas personagens de relevo nacional. Eis alguns exemplos:

1.2.1. **D. Maria Afonso**³, filha de D. Dinis, sepultada na igreja (Figura 2).



Figura 2. Tampa da arca tumular que Borges Figueiredo atribuiu como sendo o túmulo da Infanta Maria Afonso. **Fonte:** Fotografia de Liliana Cardeira.

1.2.2. **D. Afonso IV**, filho de D. Dinis, visita habitual no Mosteiro de Odivelas e que deixou sinal da sua passagem por ter despoletado o ciúme entre duas das freiras que se confrontaram em versos “amorosos”;

1.2.3. A esposa do rei D. João I, **D. Filipa de Lencastre**, que aqui acabou por falecer em 1415 (Figura 3) depois de se ter despedido de seus filhos mais velhos que iam partir para a conquista de Ceuta;



Figura 3. Lápide Tumular de D. Filipa de Lencastre, sacristia, Mosteiro de Odivelas. **Fonte:** Fotografia de Liliana Cardeira.

1.2.4. **D. Pedro**, filho de D. Filipa de Lencastre e D. João I. Em homenagem da sua mãe mandou que ali se construísse uma capela onde também se recolheu sua filha, D. Filipa. Este filho da Ínclita Geração fez diversas doações ao Mosteiro;

1.2.5. A **Princesa Santa Joana**, filha do rei D. Afonso V;

1.2.6. **D. Filipa**, neta de D. Filipa de Lencastre e de D. João I e filha do Infante D. Pedro e da Infanta D. Isabel de Aragão. Pessoa de grande cultura, escritora e poetisa, após a morte de seu pai, asilou-se no Mosteiro onde residiu até à sua morte, em 1493.

1.2.7. **D. Violante Cabral**, irmã de Pedro Álvares Cabral que, entre 1516 e 1536 foi abadessa desta casa;

1.2.8. **D. João V** (1689-1750) que tomou por amante a tão célebre **Madre Paula** (1701-1768) (Paula Teresa da Silva e Almeida), à qual montou uma sumptuosa casa onde residia a freira e a sua irmã, Maria Michaela da Luz;

1.2.9. A **princesa Catarina de Bragança**, do século XVII, cuja visita ficou pautada com a construção de um pequeno monumento em sua homenagem, o Jardim da Princesa, dando assim nome ao jardim da Cerca (Figura 4);



Figura 4. Monumento em honra de D. Catarina de Bragança. Quinta do Mosteiro de Odivelas.
Fonte: Fotografia de Liliana Cardeira.

Entre outros tantos de afamado renome, que passaram para a posteridade, como **Almeida Garrett** e **Gil Vicente** que participaram nos famosos Outeiros de Odivelas.

1.3. As Festividades

O Mosteiro de Odivelas é amplamente conhecido por ter sido um palco de luxúria, sumptuosidade e festas magnânimas, nos séculos XVI a XVIII que nada tinham a ver com a vida religiosa e monástica que as freiras deviam levar. Como já aqui foi mencionado o Mosteiro ao longo dos tempos foi sendo abençoado por vários dotes quer fossem monetários, quer em forma de terras agrícolas. Como consequência, era um Mosteiro riquíssimo (Figura 5) e que produzia bens alimentícios em excesso. Para que estes não se estragassem as freiras organizavam esses grandes banquetes onde personalidades cultas e letradas eram convidadas, e assim, surgiam as festas do Mosteiro (Branco, 1886). A par destas festas pagãs aconteciam também as festas religiosas. Para além das festas regulares como é o caso da Páscoa, Corpo de Cristo, dias de Nossa Senhora, o Natal, outras eram realizadas. O dia de S. Bernardo, patrono da ordem de Cister era celebrado, assim como o dia de S. Dinis onomástico do rei fundador e assim se homenageava o rei e o santo. O dia de S. Bento e o de S. Brás eram também celebrados tal como o dia de S. Simão e o dia de S. Judas Tadeu. Neste dia procedia-se à bênção dos coentros que, depois de benzidos, eram guardados na crença que protegeriam das maleitas mais perigosas e contagiosas.

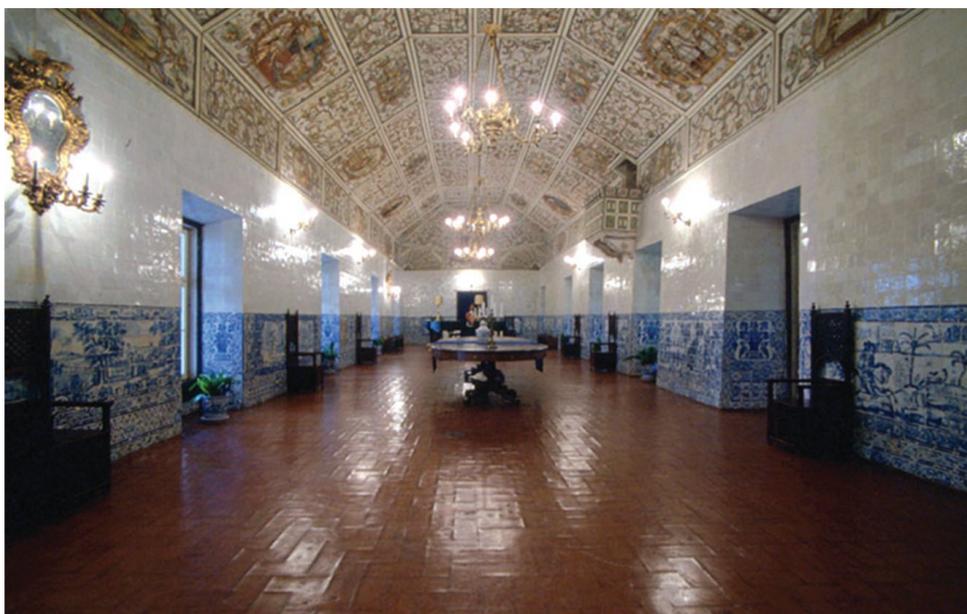


Figura 5. Refeitório das Monjas. Fonte: Fotografia de Joana Terenas com colaboração de Liliana Cardeira.

Finalmente, os dias em que as freiras professavam ou nos dias de eleição de nova abadessa a festa tornava a ser o mote do Mosteiro. Também aqui se davam aparatosos banquetes e se abriam as portas às gentes letradas. Nestes dias os gastos eram de tal ordem que a 5 de abril de 1728, em Alcobaça, na casa-mãe dos Mosteiros cistercienses portugueses, assinou-se um decreto que promulgava que nos dias de abadessado a pessoa eleita não poderia fazer despesa alguma (Branco, 1886).

Apesar de muitos condenarem estas festas, o certo é que nestas ocasiões as freiras mostravam os seus dotes culinários. E é claro que não poderiam faltar os célebres doces conventuais. Cada Mosteiro tinha as suas especialidades, outros tornaram-se comuns a todos os Mosteiros e, Odivelas não era exceção. De Odivelas saíram doces como a célebre Marmelada Branca ou os Esquecidos de Odivelas. O último outeiro⁴ aconteceu no ano de 1852.

Este Mosteiro também desempenhou uma função cultural significativa. A título de exemplo, podemos referir que, no reinado de D. João III, foi aqui representada a peça “*Auto da Cananeia*”, escrita por Gil Vicente, a pedido da irmã de D. Pedro Álvares Cabral, Dona Violante Cabral, figura bastante ativa na vida monástica que efetuou grandes reformas neste complexo religioso. Também por aqui passou Almeida Garrett e, possivelmente outros famosos, cujos registos se perderam.

1.4. A Doçaria

O Mosteiro de Odivelas, seguindo as tradições conventuais em que as monjas se dedicavam à confeção de iguarias, foi um dos principais inventores e produtores da tão afamada doçaria conventual. Os doces confeccionados no Mosteiro eram vendidos, através da roda (Figura 6), ainda hoje existente, a quem os quisesse comprar. Infelizmente talvez se tenham perdido muitas destas iguarias mas, graças à última freira do Mosteiro, algumas delas chegaram até nós. Sabe-se que os grandes trunfos deste Mosteiro eram os suspiros, as raivas, os tabefes, os esquecidos, os fartens, os cuvilhetes de abóbora, os mimos, os pastéis de nata e a celebre marmelada branca de Odivelas ainda hoje muito conhecida e apreciada.



Figura 6. A roda. Mosteiro de Odivelas. Fonte: Fotografia de Liliana Cardeira.

Quando se deu o fecho do Mosteiro sempre se pensou que esta tradição doceira havia também morrido e, assim, se permaneceu até 1986. Nesta altura foi realizada uma exposição na Biblioteca Nacional, altura em que a historiadora

Maria Máxima Vaz se deparou com uma pequena brochura intitulada “*Doces Lembranças de Odivelas*” a qual pensou conter as célebres receitas confeccionadas no Mosteiro. Todavia a esperança revelou-se falsa, porém a dita brochura deixava uma pista: a existência de um caderno, em três volumes, pertencentes à última freira do Mosteiro (D. Carolina) que continha as tão desejadas receitas. Depois de muita investigação, o famoso caderno veio a revelar-se na pose de uma descendente desta freira. A sua publicação veio a acontecer apenas no ano 2000 sob o desígnio: “*O Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas*”.

No entanto, ainda antes desta publicação e deste achado terem acontecido, há memórias das populações locais de que alguns destes doces eram confeccionados pelas ‘pastelarias’ locais. Na década de 1940, por exemplo, na Casa dos Bolos do Peixoto, instalada nas imediações do Mosteiro produziam-se os Esquecidos (Pereira, 2014). Teriam as receitas saído do Mosteiro após a extinção do mesmo? É provável, porém esta é mais uma vertente de investigação que deve ser aprofundada.

1.5. O Nascimento de uma Escola

Muito se tem escrito acerca da fundação do Instituto de Odivelas contudo o que de seguida se apresenta é baseado numa investigação recente relativamente à vida e obra da Rainha D. Maria Pia (1847-1911). Como será do conhecimento geral a Rainha D. Maria Pia era conhecida por ser uma verdadeira filantropa que se dedicava à ajuda dos menos favorecidos. É neste contexto que no final do século XIX a rainha procede à inauguração de duas grandes obras: o Sanatório de D. Luís, fundado em 1896 em colaboração com o médico militar Garcia de Morais e, o Instituto de Odivelas.

O objetivo que moveu Maria Pia e, um pequeno núcleo de oficiais das forças militares, era o de ajudar na educação das filhas órfãs de militares do exército, da armada e dos quadros ultramarinos. Posteriormente, esta instituição foi colocada sob o patrocínio do Infante D. Afonso, o presidente da instituição. Contudo, sabe-se, através de documentação que hoje dispomos, nos arquivos da casa real, que era D. Maria quem “*porém, nos assuntos da instrução e da educação das internadas [...] superintendia a generosa rainha D. Maria Pia, que foi também desvelada protetora do simpático estabelecimento.*” (Lopes, 2013: 355). Cartas provenientes da diretora de instrução, Maria do Carmo de Sousa, para a rainha comprovam este facto (Lopes, 2013).

Após o encerramento do Mosteiro ao culto, aqui nasceu a Escola, isto é, o Instituto de Odivelas. De facto, em 1898 foi formada uma comissão, dirigida pelo Infante D. Afonso, irmão do Rei D. Carlos, para a fundação de um colégio destinado à educação de órfãs de oficiais do Exército e da Armada e, em Decreto-Lei, é criado o Instituto Infante D. Afonso, a 9 de março de 1899. Este Instituto foi inaugurado a 14 de janeiro de 1900, ainda antes da conclusão das obras de adaptação às novas funções. Segundo o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Saraiva, 1978).

“Em 6 de agosto de 1902, lavrou-se o auto de entrega do suprimido Mosteiro, no qual foram incluídas a propriedade rústica “Valle das Flores”, a Igreja e as construções que estiveram na posse provisória da administração do Hospital de S. José até julho de 1902”⁸. (Arquivo Histórico do Ministério das Finanças - Institutos religiosos, freiras - Ofício de 16 de novembro de 1912).

Na inauguração estiveram presentes o rei D. Carlos (1863-1908), a rainha D. Amélia (1885-1951) e a Rainha-Mãe D. Maria Pia assim como, o infante D. Afonso, irmão do rei e os infantes D. Luiz Filipe (1887-1908) e D. Manuel (1889-1932). Em 1903, com as obras a terminar, já residem na nova escola cerca de 57 alunas em regime de internato.

Em termos do reconhecimento do património do Mosteiro, há que referir que a 16 de junho de 1910, por Decreto-lei, o edifício foi classificado como Monumento Nacional. A 26 de janeiro 1957 é fixada a “Zona de proteção do Mosteiro de Odivelas” e, em 1962, é definida a “Nova zona de proteção do Instituto de Odivelas” (Tomé, 2000).

A 6 de novembro de 1910, na sequência da implantação da República ocorrida a 5 de Outubro, o Instituto Infante D. Afonso passa a designar-se “Instituto Torre e Espada” e, a 25 de maio de 1911, “Instituto Feminino de Educação Trabalho”, designações que refletem bem o contexto político e ideológico da época em que se enquadram.

Em 1942, surge uma nova designação, “Instituto de Odivelas”, que permanece até aos dias de hoje, embora em 1988 passe a designar-se oficialmente Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), tendo assim recuperado o nome do seu fundador.

2. As Campanhas de Construção e Reconstrução

Relativamente ao património arquitetónico do Mosteiro, ainda não foi possível reconstruir fielmente o seu traçado primitivo, atendendo ao desaparecimento da maior parte das construções e à escassez de documentos históricos, escritos ou iconográficos que nos auxiliem na tarefa.

Sabemos, no entanto, que o primeiro edifício a ser construído foi a igreja (Figura 7), orientada no sentido nascente/poente, com o claustro a norte (Figura 8), o que constituiu a área fundamental no desenvolvimento de todo o plano cisterciense. Ao seu redor cresceram todas as outras dependências monásticas, a casa do Capítulo a nascente, a cozinha e o refeitório a norte e os dormitórios a poente (Tomé, 2000).



Figura 7. Igreja do Mosteiro de Odivelas. Fonte: Fotografia de Liliana Cardeira.

Com o passar dos anos, o Mosteiro foi sofrendo diversas ampliações e alterações, obras que partiam da iniciativa de membros da família real e membros conventuais (abadessas ou recolhidas). Estas construções de altares, capelas, ou simples melhoramentos decorativos tinham como objetivo perpetuar a memória dos benfeitores, mas transformaram o Mosteiro num repositório das diferentes épocas que atravessou ao longo da sua vasta história de mais de 700 anos. Apesar da escassez de documentação, temos conhecimento de algumas obras.



Figura 8. Claustro Novo. Fonte: Fotografia de Liliana Cardeira.

No século XVII, com o rei D. João IV, o Mosteiro foi submetido a obras de reconstrução. De acordo com a Dra. Maria Tomé, os cronistas da época afirmam que estas obras fizeram perder o corpo da igreja e a sua harmonia arquitetónica, tendo sido executadas sob a direção do monge beneditino, docente de matemática e arquiteto, Frei João Torreano.

Do reinado de D. João V sobressaem preocupações quanto à imagem de ostentação do Mosteiro. Assim, foi ampliado e particularmente ornamentado à imagem e semelhança da corte do rei, isto é, a sua vida faustosa foi transportada para o Mosteiro, assunto muito referenciado pelos cronistas da época. O monarca manifesta a sua riqueza no Mosteiro, com particular incidência nos aposentos de Madre Paula Teresa da Silva, com quem mantinha uma relação amorosa. Estes aposentos eram conhecidos por “*Torre da Madre Paula*” (Figura 9).

O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas ficou bastante danificado com o terramoto do dia 1 de novembro de 1755, permanecendo apenas a cabeceira da igreja, o pórtico e duas alas do claustro. E são justamente estes elementos que constituem, ainda hoje, o património que herdámos do tempo do antigo traçado monástico. Das obras que se seguiram ao terramoto pouco sabemos; temos apenas conhecimento da reconstrução das duas alas do Claustro Novo, da Sala do capítulo e da Igreja.



Figura 9. Torre Madre Paula.

Fonte: Fotografia de Liliana Cardeira.

Já no século XX, depois de instalado o Instituto de Odivelas no espaço do Mosteiro de S. Dinis, temos conhecimento de várias obras; por exemplo, na primavera de 1922 foi derrubado o remanescente da denominada *Casa do Rei*. Todavia a colunata desse antigo complexo foi aproveitada, e atualmente ornamentam o segundo andar do claustro da Moura, tal como a pedra de armas de D. Dinis, com as Cinco quinas cercadas pelos vinte e dois castelos, que foi aplicado na fachada do edifício, na ala norte do mesmo claustro. Permanece ainda, no Claustro Novo, aquela que se acredita ser a pedra iconográfica representativa da Ordem de S. Bento.

Só após os anos 40 é que se encontram registos fotográficos. Assim, sabemos que entre 1944 e 1950 o Instituto de Odivelas foi alvo de grandes remodelações, sendo as novas instalações inauguradas a 14 de outubro de 1950 (Cardeira, 2012). No que diz respeito ao que restava do antigo Mosteiro, estas obras de beneficiação incidiram particularmente na Igreja e no Claustro Novo. Da Igreja foram retirados os quadros e os altares de talha dourada, bem como as janelas que foram modificadas consoante o que se achava que correspondia ao estilo primitivo. Esta campanha levou sempre em conta a *Política de Espírito* difundida e defendida pelo Estado Novo, que consistiria em despojar o Mosteiro dos bens que não representassem o estilo coevo da fundação, ou seja, traduziu-se no desapossar da igreja de qualquer decoração que não correspondesse ao estilo gótico. Infelizmente, após algum trabalho de investigação, ainda não foi possível descobrir para onde foi transferido o espólio removido do complexo que, não sendo gótico e não correspondendo à fundação do Mosteiro, constituía, ainda assim, património de outras épocas igualmente importantes da História de Portugal.

As obras do Claustro Novo passaram essencialmente pela destruição da casa da Madre Paula e pela remodelação da torre. No entanto, todos os azulejos e a talha dos tetos foram arrancados em meados de 1945; e assim, perderam-se muitos erários de arte. Atualmente, sabemos onde está algum deste espólio: os móveis foram vendidos em hasta pública, havendo registo do nome dos seus possuidores; alguns dos azulejos podem ser encontrados em edifícios do Instituto de Odivelas, por exemplo, na sala de Recreio das alunas mais velhas, ou na escadaria do ginásio. Relativamente a outros grandes painéis, perdeu-se-lhes o rasto.

Também foram recuperados os azulejos pertencentes ao denominado “*dormitório da Corte Real*”, como o painel que representa “*Neptuno e Amphitrite passeando sobre as águas no seu carro-concha puxado por cavalos-marinhos*”, ou outro, representando a “*Ninfa Égle, num carro sumptuoso*”. Estes painéis encontram-se no Museu do Azulejo.

A igreja, após a grande “*limpeza estatal*”, tem sido alvo de pequenas intervenções na cobertura, janelas e portas, entre outras. Também sofreu pequenas modificações, desde quadros a acrescentos escultóricos.

2.1. A Torre de Madre Paula

Segundo muitos historiadores, possuía uma riqueza incalculável que contrariava a austeridade que os membros religiosos deviam ter. A casa era bastante ornamentada, tendo móveis vindos do estrangeiro, as janelas eram adornadas com cristal da Boémia, e por toda a parte havia revestimentos de azulejaria. A talha dourada estava presente por todo o lado e até há quem fale numa sumptuosa banheira de prata, ou não fosse D. João V o rei mais rico da Europa do seu tempo, beneficiando do ouro e de outras riquezas que lhe iam chegando do Brasil.

Da casa da Madre Paula possuímos uma bela descrição tecida por Manuel Bernardes Branco. Esta descrição é uma janela assombrosa daquilo que foi a imponente casa da amante de D. João V. Ela não só nos permite ter um vislumbre

do edifício e da sua decoração como também, e mais importante ainda, dá conta da descrição dos bens móveis que nela estavam patentes. Ainda que sumárias, as descrições dos mobiliários, bem como a informação acrescida sobre potenciais proprietários e paradeiros das mesmas fornecem pistas importantíssimas para prosseguir na peugada dos mesmos.

Outra informação sobre os bens móveis executados propositadamente para Madre Paula aparece numa edição da Burlington Magazine de 1997, num artigo intitulado *Paul Crispin's Silver-Gilt Bath for the King of Portugal*. Neste artigo são mencionados diversos presentes que D. João V mandou executar em Inglaterra a este artífice que se destinavam explicitamente à amada Paula. Entre os ditos presentes mencionados surge por exemplo uma secretária de madeira lacada e dourada com o nome, ou as iniciais, dos amantes, inscritos na parte interior das portadas. Outro dos presentes destacados é a célebre banheira de prata destinada à freira. O artigo informa-nos ainda que estes presentes eram encomendas efetuadas em nome do rei de Portugal através do seu embaixador em Londres, António Galvão de Castelo Branco, enviado extraordinário a Londres entre 1721 e 1730.

2.2. Os Restauros

Os restauros que se foram fazendo tiveram, em nossa opinião, aspetos bastante negativos porque alguns não respeitaram o traçado original, apagando e mesmo deturpando, por vezes, a história do Mosteiro. De facto, estes atropelos aconteciam porque a teoria do restauro não era ainda uma ciência difundida e as práticas laboratoriais de diagnóstico não existiam; de igual modo também não se conheciam os processos de restauro de que hoje dispomos. Apesar de tudo, temos que pensar que a mentalidade, o tempo e os conhecimentos eram outros e que, se não fossem realizadas essas obras, o Mosteiro poderia não ter chegado aos nossos dias (Cardeira, 2012).

O património legado pelo Mosteiro, como já foi referido, sofreu muitas alterações, foi bastante expurgado e mutilado, mas o pouco que nos chegou até hoje ainda nos permite perceber a riqueza que ostentava. É com muito pesar que vemos algum do património a desvanecer face à degradação que tem vindo a ser alvo.

O restauro do túmulo do rei D. Dinis, foi uma das obras do Mosteiro que mais pedidos de intervenção teve, para não falar das sucessivas mudanças de lugar a que esteve sujeito, com os inerentes perigos para a sua integridade (Figura 10).



Figura 10. Túmulo do Rei D. Dinis. Fonte: Fotografia de Lílíana Cardeira.

O terramoto de 1755 faz cair sobre ele a abóbada; desapareceu, praticamente, a imagem de S. Luís de Tolosa e de S. Dinis, como afirma Vilhena Barbosa, sobejando a estátua jacente, mutilada na cara e nas mãos. Alguns autores afirmam que os restauros do túmulo não foram bem sucedidos e, por consequência, vieram a degradá-lo ainda mais, pois não houve compatibilidade dos materiais empregues. Com efeito, ao observarmos o túmulo, denotamos que na reconstrução da tampa da arca foi usada argamassa e, como elemento estruturante, introduziram ferro. Ora o ferro com a humidade oxida. O óxido de ferro larga patinas que deterioram tudo o que o rodeia; como consequência, toda a matéria se vai desagregando. E é este o resultado que se pode observar atualmente no túmulo que, nem assim se encontra protegido das mãos dos visitantes que tocam, e circulam livremente, em torno do mesmo (Cardeira, 2012).

As pinturas são outros dos bens que se encontram à espera de serem salvas face às intempéries de um tempo que tende a esquecê-las.

3. A Importância do Inventário

Todas as obras de valor histórico ou artístico estão sujeitas à passagem do tempo, ainda mais aquelas cujas funções estão afetas ao culto e que por isso estão expostas a diversos perigos no que respeita à sua conservação e salvaguarda, uma vez que são um utensílio com uma determinada finalidade dentro da encenação religiosa. Por isso, deve-se investigar a origem, a materialidade, a autoria, os proprietários, a função e é assim que cada obra ganha uma certa individualidade. Ao desconhecermos a identidade da peça aplicando-lhe uma intervenção pouco adequada estamos a contribuir para a deterioração da mesma. É o caso deste túmulo do rei fundador do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. O desconhecimento também pode originar acelerações no processo de degradação, como é o caso da utilização de produtos tóxicos na fase de limpeza, como acontece com o uso da lixívia.

Contudo, não só a ação humana é culpada de certos atos; igualmente o meio ambiente proporciona condições de degradação. O que pode o Homem fazer contra a Natureza? Evitar o processo de degradação, conhecê-lo e pará-lo a tempo.

*“O Património Cultural é um dos bens mais importantes de um País, sendo a sua proteção e valorização uma das tarefas fundamentais do Estado. Conservação e Restauro são atividades que muito contribuem para estas finalidades, minimizando os efeitos que promovem a degradação do nosso património, permitindo que o mesmo possa ser convenientemente usufruído no presente e transmitido às gerações futuras.”*⁹ (Disponível em URL: «<https://fenix.estt.ipt.pt/cursos/9380>»).

Um tratamento de Conservação e Restauro não tem como objetivo restituir a aparência inicial de uma peça, mas sim restituir a estabilidade química e física e a harmonia estética estritamente necessária para uma correta interpretação e leitura da composição artística.

Ao observarmos o património legado pelo Mosteiro, nomeadamente o vasto espaço que ocupou, devemos imaginá-lo como algo enigmático, que ainda nos pode trazer muitas surpresas. A Quinta, parte da antiga Cerca, é um dos locais que foi pouco estudado, contudo sabemos que aí se situavam muitos edifícios e que os terrenos, que eram cultivados, ainda nos podem desvendar muitos mistérios. Nesta área uma intervenção de cariz arqueológico poderia revelar imenso sobre a vivência e até, sobre a construção original deste complexo monástico a qual é, ainda hoje, completamente desconhecida. Os próprios bens espalhados pelo Mosteiro e pelo Instituto de Odivelas necessitam de investigação para que se possa fazer uma reconstituição histórica do que foi um grande testemunho das vidas femininas que por lá passaram.

4. O Espólio de Bens Culturais do Mosteiro de Odivelas

Considerando que este foi em tempos, um cuja riqueza era enorme e, considerando todos os benfeitores de prestígio⁵ que por este espaço deram ar de sua graça, é de espantar o estado de nudez em que o Mosteiro hoje se encontra, tendo, ao longo dos tempos, sido sucessivamente despojado dos seus bens, aqueles que eram os afetos ao culto e os bens de uso comum.

Tendo estas monjas privilégios que mais nenhuma outra casa possuía, estas podiam pôr e dispor dos bens e, por isso, não será de estranhar que as próprias tenham alienado alguns desses bens, quando estes já não lhes interessavam. Porém, após a extinção das ordens religiosas, em 1834, as monjas viram-se privadas dos direitos de administração e propriedade do grosso das suas terras, mesmas as imediatas ao Mosteiro. Apenas parte delas, puderam ainda ficar, durante algum tempo, sob a sua administração, situação que, se manteve por pouco tempo, tornando a situação, a determinada altura, insustentável. Posto isto, as monjas viram-se obrigadas à alienação forçada de património para se sustentarem.

Todavia existem evidências de que, em determinadas épocas, algumas abadessas tinham um afeto especial para com o dinheiro e, por isso mesmo, muito património foi vendido com vista apenas ao lucro. Entre o rol de peças vendidas

supõe-se que se encontravam quatro painéis da autoria de Grão Vasco cujo destino ainda hoje é desconhecido (Figueiredo, 1889). Os inventários ainda existentes do Mosteiro de Odivelas são a chave para determinar que tipo de bens existiam no Mosteiro, os que foram alienados e, a possível data de supressão dos mesmos no Mosteiro. Seguindo as informações legadas por esta documentação conseguimos traçar uma imagem do que era este Mosteiro há pouco mais de 200 anos atrás, um período que parece imenso mas que na verdade não o é.

Sabemos ainda que as pilhagens levadas a cabo neste espaço não terminaram com o encerramento do mesmo ao culto nem com a instituição da Escola neste complexo. Pelo contrário e, como supracitado, os saques continuaram a ocorrer durante o princípio do século XX e, com mais incidência nas décadas entre 1930-1950, aquando a concretização da afamada campanha de obras preconizada pelo Estado Novo. Muitos bens foram retirados do Mosteiro, principalmente da Igreja, não se sabendo para onde foram transferidos. Existem ainda relatos de antigas alunas que assistiam à noite, pelas janelas dos dormitórios, à chegada de carroças que eram carregadas de bens e que depois partiam rumo a destino desconhecido. Esta é uma problemática que merece toda a nossa atenção pois trata-se da delapidação completa de um espaço sagrado e, acima de tudo, de um sítio que perpetua as memórias de um determinado tempo, espaço, vivências e experiências de gerações e gerações de comunidades civis, religiosas, militares, régias, cultas e outras que marcaram não apenas a cidade de Odivelas mas sim, Portugal. Pessoas sem as quais Portugal não seria o que foi e, naquilo em que se tornou nesta nossa contemporaneidade em que a memória é a âncora que nos transporta em direção ao futuro.

4.1. Os Bens do Mosteiro

Através das investigações levadas a cabo conseguiu-se descobrir o paradeiro de alguns dos bens que anteriormente fizeram parte do recheio do espaço sagrado do Mosteiro, a Igreja. São eles o Cálice de D. Pedro datado, possivelmente, do século XVI e, uma imagem de Santa Clara, do século XVI. É preciso porém, a continuidade e dedicação à investigação para que se possa continuar a traçar o caminho e atual paradeiro de outras peças relevantes que integraram o espólio deste antigo Mosteiro. Estes bens permitir-nos-ão registar uma imagem cada vez mais fidedigna da sumptuosidade que imperava em Odivelas, e que durante séculos alimentou o imaginário das classes letradas que sobre esta magnitude escreveram. Mas também dos populares que até hoje passam oralmente as memórias que aqui se alojavam.

4.2. Os Bens da Madre Paula

Ao longo da pesquisa deparamo-nos igualmente com a descoberta dos bens que foram pertença da Madre Paula. Bens estes que espelham a sumptuosidade e a magnificência do que foram estes aposentos completamente destruídos há cerca de 70-75 anos atrás. É curioso notar o quanto estas peças fazem furor ainda hoje

junto dos colecionadores estrangeiros. Primeiro porque são peças de extraordinária qualidade, depois porque são bens do mundo - encomendados pelo rei de Portugal D. João V, senhor de um vasto império aquém e além-mar, pagos com ouro do Brasil e outras colónias igualmente ricas e, executados nas maiores e melhores oficinas artesãs da Europa. Outro fantástico fator que eleva consideravelmente o valor destes bens é a história que os acompanha e, a história do rei que se enamorou por uma freira que tudo fazia para a agradar, ainda hoje, capta a atenção dos colecionadores quando tais peças surgem no mercado de arte. Há até quem diga que, este tórrido romance, cuja fama se perpetuou ao longo dos séculos foi um dos motivos para a derrocada da casa da Madre Paula, pois muitas pessoas acorriam ao Instituto para ver a casa⁶ da famosa amante. Ora, num colégio feminino estes valores morais não eram muito bem vistos e, se a casa não correspondia à época de fundação porque não apagá-la da história?

Até agora identificaram-se seis peças que outrora integraram os luxuosos aposentos de Madre Paula, um oratório, dois pares de papeleiras ricamente adornadas, um cravo e, um painel de azulejos, representando Lisboa antes do terramoto, comprados, ou oferecidos, ao rei D. Fernando II e hoje presentes no Palácio da Pena da Sintra (Pereira, 2014).

CONCLUSÃO

Apesar da secularidade desta casa é incrível como ainda tão pouco se sabe a seu respeito. Muito se tem dito e teorizado acerca do Mosteiro no entanto, é incrível como até hoje nunca foi constituída uma equipa multidisciplinar capaz de investigar a fundo todas as vertentes que daqui poderão surgir desde a arquitetura, as intervenções que sofreu ao longo dos séculos, a doçaria, a vida monástica, o seu espólio, a sua extinção, a formação do Instituto de Odivelas e a sua continuidade como uma das instituições de ensino mais antigas de Portugal, entre tantas outras vertentes que se deverão explorar para que não se percam as memórias deste espaço. Posto isto, é necessário que se estude com rigor científico aquele que foi em tempos um dos Mosteiros mais ricos da Europa e, quiçá, o mais rico de Portugal. Passados seis séculos da sua fundação e mais um século sobre a fundação do Instituto de Odivelas será tempo de reunir as memórias e as vivências que ocorreram até hoje para que mais não se percam e, para que outras nasçam.

A História do Mosteiro de Odivelas ficou com uma grande lacuna a nível dos registos, gráficos, bibliográficos, móveis ou imóveis. Este complexo já viveu por diversas vezes uma situação de depredação semelhante com a extinção das ordens religiosas, viu-se despojado de todos os seus bens e registos dispersos sem que tivessem sido devidamente catalogados e inventariados; porquê então permitir que tal situação ocorra de novo? Porque é que se continua a negligenciar o património sabendo que este é um dos pontos fulcrais que nos define enquanto indivíduos afetos a determinada comunidade e a determinado país? É necessário educar a população para a existência e auxílio na preservação de monumentos como este para que juntos se faça a diferença.

Embora este artigo tenha tido em foco a história e as memórias do Mosteiro enquanto espaço religioso e afeto ao culto, a verdade é que durante, mais ou menos, seis séculos essa foi a sua função e a sua identidade. Desde há pouco mais de um século é que se regista a permanência do Instituto de Odivelas. Este porém, apesar de ser ainda tão recente, em comparação com a existência do Mosteiro, já está enraizado na comunidade e na cidade de Odivelas. O IO já ganhou estatuto e identidade própria, paralela à identidade do Mosteiro de S. Bernardo, já edificou as suas vivências, as suas histórias e as suas memórias.

A própria escola, também a par do Mosteiro já construiu o seu legado que abraça cem anos de ensino que são refletidos no seu próprio espólio. Este espaço é o espelho do ensino em Portugal havendo aqui testemunhos desde o início do século, passando pelos anos afetos ao Estado Novo, em que o ensino tomou uma direção muito específica no que respeita às mulheres. Dentro destas portas encontramos museus científicos típicos dos antigos liceus entre outros testemunhos da passagem do tempo e da importância desta instituição para o ensino, para os que ali laboraram, para os que convivem de perto com o Instituto de Odivelas desde que nasceram e, de uma forma geral, para todos os Odivelenses que não vêm Odivelas sem as suas meninas, o seu Mosteiro, o seu rei e, a sua história.

Deixámos em aberto diversas temáticas invocando para a multidisciplinaridade que um trabalho como este requer. E acima de tudo apelamos a que todos lutem por preservar o que resta deste Mosteiro em que cada pedra e cada lugar, nos conta uma história, a sua história, que é a nossa história e que devemos imortalizar, para que os nossos filhos, netos, bisnetos, continuem a desfrutar deste e de outros locais que ainda têm muitas histórias para nos contar. E o futuro? É a simples consequência do que fazemos com um presente que nos é dado.

NOTAS

¹ A “ordem-mãe” que regia a ordem de Cister era a Ordem de S. Bento que, por diversas vezes, devido ao relaxamento dos monges para com a disciplina monástica característica de S. Bento, foi alvo de reformas. A segunda reforma preconizada na ordem de S. Bento foi levada a cabo pela, então designada, ordem de Cister, que adotou esse nome em consonância com o local onde foi erguido o primeiro mosteiro que preconizou os primeiros passos desta reforma.

² O Mosteiro de Odivelas foi igualmente consagrado a S. Dinis, padroeiro onomástico do rei fundador e, segundo a lenda, um dos santos a quem este tinha pedido auxílio no momento de aflição durante a caçada em Beja.

³ Mais recentemente a historiadora Giulia Rossi Vairo, que se dedica ao estudo da Rainha Santa, esposa de D. Dinis, defende que a arca tumular não é de D. Maria Afonso mas sim de um filho, D. Dinis, o primogénito homónimo de D. Dinis e D. Isabel que terá morrido após o primeiro ano de vida. À época este Mosteiro era o Panteão Real e ali deveria ser sepultada toda a família real porém, devido à rutura que se verificou com a revolta de D. Afonso IV contra D. Dinis e, o facto de D. Isabel ter tomado o partido do filho, essa visão de Panteão Real permanente caiu por terra ficando lá apenas D. Dinis pai e D. Dinis filho. (Cf. VARIO, 2010: 6).

⁴ Outeiros; era o nome das festas que se celebravam no mosteiro.

⁵ Reis, rainhas, príncipes e princesas entre outros, alguns dos quais já mencionados neste artigo.

⁶ Na década de 1940 a casa da Madre Paula encontrava-se ainda intacta, embora já despida dos bens móveis que outrora albergou, à época possuía ainda íntegros os elementos decorativos estruturais tais como, os tetos pintados, o chão ainda forrado a mosaicos, as paredes revestidas a azulejos de época, os vidros de Bohemia nas janelas, entre outros elementos.

BIBLIOGRAFIA

1. Pesquisa Arquivística

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS - Institutos religiosos, freiras - Ofício de 16 de novembro de 1912.

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – Proc. Br.-17, Cx.1, 22.11.1941- 11.6.1943.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Ministério das Finanças, caixas: 1988, 1989, 1990, 1991;

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Ministério das Obras Públicas, mç. 511;

2. Fontes Impressas

AAVV. (2011) – *D. Dinis – Atas dos Encontros Sobre D. Dinis em Odivelas*. Lisboa: Edições Colibri / Município de Odivelas.

AAVV. (1961) – *Dom Dinis e o Mosteiro de Odivelas*. Odivelas: Instituto de Odivelas.

AAVV. (1905) – *Vente d'objets d'art et de mobilier ancien: catalogue collection J. Arroyo*. Lisboa: Empresa Liquidadora.

BARBOSA, I. de V. (s.d.) – *Mosteiro de Odivelas*. [S.l.]: Ocidente, Vol. IX.

BRANCO, C. C. (1875) – *A Caveira da Martyr*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.^a.

BRANCO, M. B. (1886) – *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*. Lisboa: Typographia Castro e Irmão.

CARDEIRA, L. (2012) – Mosteiro de Odivelas, um legado de D. Dinis. *Jornal do IO*. Odivelas: Instituto de Odivelas, nº 14.

DIAS, C. M. (1905a) – *Cartas de Lisboa 1ª Série (1904)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

DIAS, C. M. (1905b) – *Cartas de Lisboa 2ª Série (1905)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

FIGUEIREDO, A. B. de (1889) – *Casos de Reis e Memórias de Freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira.

FIGUEIREDO, A. B. de (1889) – *O Mosteiro de Odivelas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

GUIMARÃES, J. R. (1872) – Summario de Varia Historia - Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras. Lisboa: Rolland & Semiond, Vol.2.

LOPES, M. A. (2013) – *Rainhas Que o Povo Amou - Estefânia de Hohenzollern | Maria Pia de Saboia*. Lisboa: Temas e Debates.

MONCADA, M. de B. C. de (2012) – *Ciência e Consciência do Património* [Documento policopiado]. Lisboa.

PEREIRA, I. (2014) – *O Mosteiro de São Dionísio de Odivelas - Investigação sobre os Paradeiros dos Bens do Convento* [Documento policopiado]. Lisboa.

PEREIRA, I. (2014) – *O Mosteiro de São Dionísio de Odivelas Proposta para uma Requalificação do Complexo* [Documento policopiado]. Lisboa.

PIMENTEL, A. (1892) – *As Amantes de Dom João V - Estudos Históricos*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

PIZARRO, J. A. S. M. (2012) – *D. Dinis - Coleção Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.

SARAIVA, C. A. (1978) – *O Instituto de Odivelas, Breve Notícia Histórica*. Odivelas: Instituto de Odivelas.

TOMÉ, M. M. J. (2000) – *Um Mosteiro Cisterciense Iniciado no Século XIII*. Odivelas: Município de Odivelas.

VAZ, M. M. (2001) – *O Coreto - Coleção Património Hoje e Amanhã*. Odivelas: Município de Odivelas.

VAZ, M. M. (2003) – *Odivelas- Uma Viagem ao Passado*. Odivelas: Município de Odivelas.

VAZ, M. M. (2001) – *O Real Mosteiro de S. Dinis - Coleção Património Hoje e Amanhã*. Odivelas: Município de Odivelas.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

1. Artigo Eletrónico

VARIO, G. R. (Em linha, 2010) – O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Panteão Régio (1318-1322). *1ª Encontro CITCEM*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Família Espaço e Património, 26 e 27 novembro 2010 [Consultado em 3 de março de 2014]. Disponível na www: <URL: [http://www.ghp.ics.uminho.pt/1%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Familia,%20espaço%20e%20patrimonio%20fontes%20e%20representações%20\(09h00-10h30\)/Giulia%20Rossi%20Vairo/Giulia%20Rossi%20Vairo_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/1%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Familia,%20espaço%20e%20patrimonio%20fontes%20e%20representações%20(09h00-10h30)/Giulia%20Rossi%20Vairo/Giulia%20Rossi%20Vairo_TEXTO.pdf)>.

2. Webgrafia

MINISTÉRIO DA CULTURA - *Matriznet*. [Em linha]. Lisboa: DGPC. [Consultado em 3 de março de 2014]. Disponível na www: <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/>>.

BLOG *Pensar Odivelas*. [Consultado em 19 de março de 2014]. Disponível na www: <URL: <http://pensarodivelas.blogspot.pt/2011/03/o-oratorio-da-madre-paula-uma-prenda.html>>.

IDENTIDADE CULTURAL E TERRITÓRIO DA DIÁSPORA PORTUGUESA NO HAVAI SÉCS. XIX e XX

Patrícia João Gomes Esteves

Doutoranda em Geografia Humana na Universidade de Coimbra

patriciaesteves@uc.pt

Identidade Cultural e Território da Diáspora Portuguesa no Havai Sécs. XIX e XX

Patrícia João Gomes Esteves

Historial do artigo:

Recebido a 02 de maio de 2014

Revisto/recebido a 03 de novembro de 2014

Aceite a 10 de novembro de 2014

RESUMO

A partir de 1878, o Rei do Havai negociou com Portugal o envio de mão-de-obra para as plantações de açúcar destas ilhas do Pacífico.

A migração portuguesa para o Havai foi veículo de difusão de vários elementos culturais materiais e imateriais, como a religião, a arquitetura, a gastronomia e a música, sendo o *ukulele* o símbolo mais emblemático.

Como qualquer diáspora, teve de passar pelos processos de desterritorialização e de reterritorialização.

Palavras-chave: Diáspora, aculturação, Havai.

ABSTRACT

Since 1878, Portugal negotiated with the King of Hawaii to send Portuguese workers to Hawaii's sugar plantations.

The Portuguese migration to Hawaii was a vehicle for the diffusion of various tangible and intangible cultural elements, such as religion, architecture, cuisine and music, being the ukulele the most emblematic symbol.

Like any other diaspora, it had to go through the processes of deterritorialization and reterritorialization.

Key-words: Diaspora, acculturation, Hawaii.

1. Introdução

A mobilidade espacial traz consigo novos contactos, trocas e coexistências, sendo um excelente mecanismo de difusão de elementos culturais. As diásporas, como agentes de mobilidade, deslocam importantes valores culturais consigo. A circulação destes elementos culturais leva à modelação das paisagens culturais. Pode ocorrer a deslocalização do pré-existente (religião, arquitetura, música, gastronomia, técnicas agrícolas) ou a miscigenação, inovação e hibridismo, criando-se novas expressões culturais (Fernandes, 2009).

Com esta mobilidade e com a reterritorialização dos imigrantes ocorre o processo de encenação do centro, no qual são reproduzidos os elementos culturais ligados ao “centro difusor” (por exemplo, as sinagogas em Portugal), ou o hibridismo do centro, em que o migrante reconstrói elementos identificadores dos vértices no local de partida (a abertura de restaurantes ligados a França, como por exemplo, o “Restaurante Luso-Francês”).

O presente estudo tem como objetivo explorar de que forma se manifestou a diáspora portuguesa no Havai nos finais do século XIX e inícios do século XX, percebendo que marcas deixou no território e que elementos da sua identidade cultural foram difundidos pelos nossos migrantes.

2. Conceito de Diáspora

A palavra diáspora tem origem em duas palavras gregas: *dia* (através de) e *speiró* (dispersão ou disseminar). O conceito de diáspora tem sido amplamente estudado, sendo entendido como uma estrutura migratória organizada através da qual circulam pessoas e diferentes formas de capital, assim como elementos culturais de identificação, tais como a língua, a religião, a gastronomia, a música e outros fatores de filiação (Appadurai, 2004; Fernandes, 2009). Entre outros aspectos, as diásporas caracterizam-se por possuir um centro difusor, a origem de onde divergem as correntes migratórias, e pelos vértices de acolhimento, que recebem os fluxos migratórios (Fernandes, 2009).

A expressão diáspora tem tido diversas significações com o passar dos tempos, tendo sido, durante muito tempo, associada à dispersão forçada da comunidade judaica, por todo o mundo, devido às perseguições. Tinha então uma conotação de valor negativo, ligada à segregação e vitimização e ao profundo desejo de regressar ao local de origem, sendo também usada para abordar algumas comunidades de populações africanas ou dos arménios, por exemplo. Com o passar do tempo, o conceito de diáspora perdeu o seu carácter negativo para significar as deslocações de comunidades para outros países, as quais mantêm os seus laços afectivos e culturais com o centro difusor. Estas deslocações manifestam-se sob a forma de emigração ou de trabalho voluntário, podendo ser por própria iniciativa ou por outros fatores – económicos, políticos, catástrofes naturais ou guerras.

Os movimentos migratórios resultam da relação entre estruturas macro (considerando-se domínios como a economia mundial, as políticas migratórias ou as relações entre Estados) e estruturas micro (redes sociais, culturas migratórias, oportunidades laborais, entre outras) (Fonseca, 2005; Castells, Miller, 1998, cit. por Velez de Castro, 2012). A questão económica apresenta-se como um fator de motivação para os movimentos migratórios e o mercado de trabalho é encarado como um estímulo de saída/entrada nos destinos (Velez de Castro, 2012).

3. As Dinâmicas de Desterritorialização/ Reterritorialização

A territorialidade compreende práticas espaciais materiais e ideias que permitem a apropriação social do espaço. A mudança social pode ser representada sob a forma de uma dinâmica territorial, de um movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (Haesbaert, 2004). A desterritorialização é a perda de vínculos, de identidade, da língua, da territorialidade pessoal ou coletiva, criando-se um sentimento de não-pertença. Sempre que ocorre o processo de desterritorialização ocorre a necessidade de se adaptar ao novo território, à nova cultura e às novas circunstâncias, ou seja, dá-se o fenómeno de reterritorialização. Este processo caracteriza-se pela criação de novos vínculos de forma a substituir os perdidos, tornando-se o migrante num agente ativo no local de chegada (Haesbaert, ob. cit.).

A reterritorialização depende de fatores como a idade, nível de escolaridade, resiliência, entre outros, e processa-se através das seguintes vias: da absorção ou diluição no país de chegada, ou do confinamento ou encerramento, através da coexistência ou do conflito.

A adaptação das diásporas aos locais de chegada vai moldar e adaptar as paisagens culturais (Fernandes, 2009), no entanto, em muitas diásporas a reterritorialização ocorre sem aculturação, através do encerramento identitário, criando-se uma ilha cultural sem contacto com o exterior.

A deslocalização dos elementos culturais (arquitetura, igrejas, templos, restaurantes) pretende facilitar o processo de reterritorialização dos migrantes. Segundo Fernandes (ob. cit.), a *Chinatown* de São Francisco, é um exemplo do processo de encenação do centro, no qual a comunidade chinesa criou uma autêntica cidade – com lojas, restaurantes, habitações, escolas – dentro da cidade de São Francisco, tendo sido esta uma forma de se defender da exclusão por parte da população local e uma forma de conseguir a coesão social. Portugal é também palco de várias encenações do centro – as mesquitas, as sinagogas, os templos hindus, os restaurantes indianos ou chineses –, as quais enriquecem a sua paisagem cultural.

4. A Expressão Territorial dos Portugueses no Havai

“(...) They are a cleanly looking, well-behaved set, with the old-fashioned polite manners of the Portuguese and Spanish races. The more we have of this sort of immigration the better. They are, as a race – as we have frequently had occasion to remark before – temperate, painstaking, thrifty and law abiding people.” (Felix, Senecal, 1978: 27 cit. por Dias, 1981).

Após a grande corrente migratória portuguesa para o Brasil, durante os séculos XVII e XVIII, inicia-se no final do século XIX um novo movimento migratório para um destino desconhecido para os portugueses – o Havai.

O desenvolvimento da indústria do açúcar no Havai dependia da contratação de mão-de-obra barata. Começaram primeiro por receber emigrantes chineses (por volta de 1852), contudo, com receio de uma certa orientalização da população,

começaram a procurar uma outra solução. Pensaram, então, em atrair a emigração europeia, mas os baixos salários oferecidos (10 dólares mensais) acabariam por atrair somente os portugueses. Os contratos que foram então assinados correspondiam a 10 dólares mensais, em ouro ou prata, durante 36 meses, 10 horas por dia, para os homens e inferior para as mulheres e crianças. Ser-lhes-iam também concedidos gratuitamente a habitação, terreno para horta, alimentação diária e assistência médica (Dias, 1981).

Depois de assinado o tratado entre Portugal e o Havai, partiram do Funchal, a bordo da barca *Priscilla*, 63 homens, 16 mulheres e 35 crianças. Grupo este que chegou a Honolulu a 29 de Setembro de 1878, sendo esta data o início da emigração sistematizada de trabalhadores com origem portuguesa para o Havai.

A primeira tentativa de emigração foi coroada, relativamente, de êxito. Os portugueses eram honestos e souberam adaptar-se bem. Embora analfabetos, após o término dos contratos conseguiram ter acesso a atividades melhor remuneradas como a de mecânico, de condutor de carros de tração animal e de capataz. A comunidade portuguesa foi sempre melhor aceite pela população do que a dos emigrantes orientais, conseguindo receber remunerações mais elevadas e melhores alojamentos.

Entre 1878 e 1899, a Agência de Imigração do Havai patrocinou a chegada de 12.780 portugueses. No entanto, devido ao seu elevado custo, a partir de 1890 voltou a dar preferência aos chineses ou japoneses.

O trabalho braçal nas plantações de açúcar (Figura 1) era para os portugueses um trabalho transitório. Uma vez terminado o contrato tentavam arranjar um trabalho melhor ou uma atividade independente na agricultura ou na agropecuária. A cafeicultura passou então a atrair os portugueses, embora representasse um investimento elevado, de 50 dólares por acre mais a limpeza da terra. A principal região cafeeira é a de *Kona*, na “ilha grande” do Havai, onde ainda nos nossos dias existem vários produtores de ascendência portuguesa. Por esta altura, os portugueses aproveitaram um decreto do Ministério do Interior havaiano que punha à venda terrenos do Estado, os quais foram utilizados para a cultura da cana e a criação de gado leiteiro (atividade que foi posteriormente abandonada devido à concorrência das grandes companhias).



Figura 1. Trabalhadores portugueses nas plantações de açúcar.
Fonte: Reprodução da Ilustração Portuguesa, II série, nº 415, 2-11-1914.

Segundo Dias (1981), aos poucos, os portugueses começaram a abandonar o trabalho rural para procurar emprego na capital (Honolulu), como pedreiros, mecânicos, serralheiros, camionistas, tipógrafos, canalizadores, carpinteiros e, ainda, nos serviços administrativos ou profissões liberais. Em 1884, apenas 6,3% dos portugueses habitava Honolulu, onde existiam 18 lojas portuguesas em oposição às 281 chinesas e 55 japonesas. Uma vez na capital, os portugueses fixaram-se nas vertentes do *Punchbowl* (a cratera dum vulcão extinto) e mais tarde, em 1920, no bairro chinês.

Em 1910, viviam em *Oahu* 3394 portugueses (Figura 2), 1777 em *Hawaii*, 1337 em *Maui*, 1071 em *Kauai* e 6 em *Molokai* (Dias, ob. cit.) e constituíam 8,1% dos estrangeiros a residir no território.

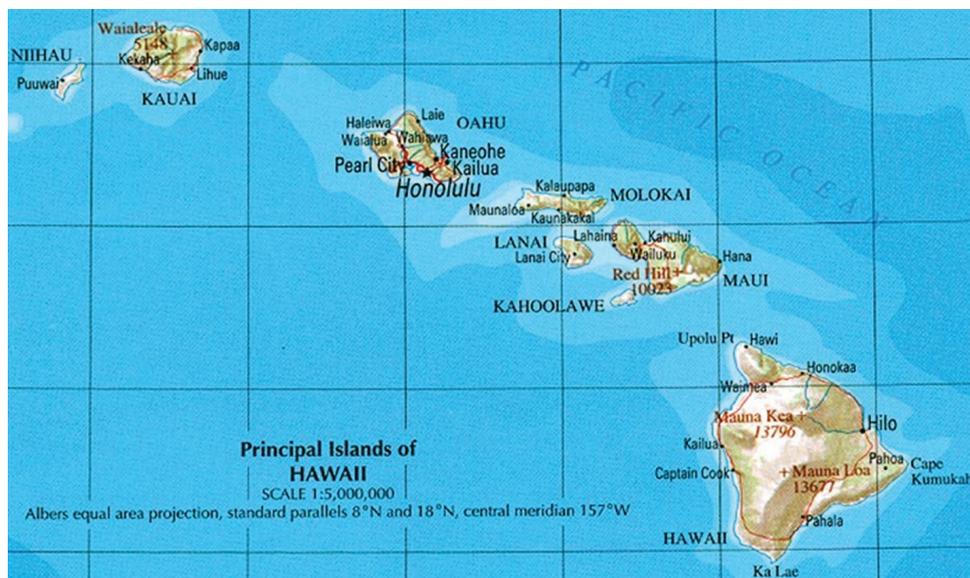


Figura 2. Principais ilhas do Havai. Fonte: Biblioteca online da Universidade do Texas.

Os portugueses não se dedicaram às atividades piscatórias no Havai, que eram dominadas pelos japoneses.

O Havai não terá correspondido às expectativas dos portugueses, o que é visível pelo curto período de permanência nas ilhas. Calcula-se que, entre 1890 e 1914, metade abandonou o território em direção à Califórnia. Acredita-se que a razão deste êxodo seja a diminuição dos salários nas plantações pela importação de mão-de-obra oriental.

4.1. Difusão e preservação de elementos culturais

Os portugueses deixaram variadas marcas no estilo de vida das ilhas, tendo alguns dos seus valores culturais sido assimilados pelos outros grupos étnicos. O caso mais conhecido é a introdução do *ukulele* (adaptado do cavaquinho português), o instrumento mais típico do folclore havaiano, trazido por um passageiro do veleiro

Ravenscrag, em 1879, que o terá emprestado a João Fernandes, que se celebrou por ter tocado para o rei Kalakaua e para as rainhas Emma e Liliuokalani. Posteriormente, formou-se um grupo de cavaquinhos que atuou em festas reais. Este instrumento tornou-se tão famoso que Manuel Nunes (Figura 3), um fabricante de móveis em Honolulu, passou a dedicar-se exclusivamente à produção de *ukuleles* (Figura 4), que eram vendidos a 5 dólares cada um. O nome *ukulele* significa “pulga saltitante” devido ao modo como os dedos saltam de corda em corda.



Figuras 3 e 4. Manuel Nunes, um dos primeiros fabricantes de ukuleles (à esquerda); Cavaquinho fabricado por Manuel Nunes, 1910 (à direita). **Fonte:** SILVA (1996: 114, 115).

Os portugueses construíram fornos nos seus quintais, onde faziam pão duas a três vezes por semana. Os fornos tinham cerca de 1,80 metros, eram construídos em pedra e cimento, com o chão de pedras lisas ou de tijolo. Neles coziavam 12 a 24 pães de uma só vez (Figura 5), com fermento de batata ralada. Durante a Páscoa e o Espírito Santo coziavam massa sovada. As “*malasadas*” como são conhecidas hoje em dia no Havai, termo que corresponde a filhós nos Açores, eram feitas na Quarta-Feira de Cinzas. Na Páscoa, acrescentavam-lhe ovos com casca e davam-lhe então o nome de folar. O fabrico caseiro de pão diminuiu quando os portugueses começaram a abrir padarias no *Punchbowl* (Honolulu), a partir de onde entregavam os seus pães ao domicílio, incluindo nos dias de festa. Na culinária, o popular *Hawaiian sweet bread* é a massa sovada açoriana.



Figura 5. Crianças e mulher portuguesa a carregar pão de um forno familiar — Kauai.
Fonte: State Archives of Hawaii (1900).

Outros dois produtos apreciados ainda hoje são a “*Portuguese bean soup*” e a linguiça de tipo açoriano ou “*Portuguese sausage*”, que aparecem nas ementas dos restaurantes do Havai.

Nas encostas do vulcão de *Haleakala* (ilha de *Maui*) os madeirenses plantaram videiras e com as suas uvas faziam um vinho como o da Madeira ao qual adicionavam “*okolehao*” (um tipo de whisky havaiano).

A diáspora portuguesa deixou também marcas na arquitetura das ilhas. Os portugueses construíram casas, pontes e igrejas. Foram também os pedreiros portugueses que estimularam a construção com blocos de rocha vulcânica. As suas habitações eram cercadas por um muro e eram caracterizadas pela abundância de flores.

A encenação do centro fez-se sentir também através da preservação de tradições católicas como a das *lapinhas*, os presépios e o culto do Espírito Santo. Em 1895, fundaram a Igreja do Espírito Santo, em *Waiakoa* (ilha de *Maui*). Em Honolulu, a festa do Espírito Santo tinha lugar na Igreja de Nossa Senhora do Monte.

Foram criadas várias sociedades portuguesas no Havai como “*A Pátria*”, a “*Portuguese Union*”, “*Kahili Holy Ghost*”, etc., que tinham objetivos bastante diversos, como socorros mútuos, difusão da língua portuguesa, a defesa dos interesses da colónia portuguesa e ainda a preservação do folclore português. A nível da imprensa, são exemplos de jornais semanais em português: “*O Luso Hawaiiiano*”, “*Aurora Hawaiiiana*”, “*A União Lusitana Hawaiiiana*”, “*A Sentinela*”, “*O Luso*”, “*O Facho*”, entre outros. A queda da imprensa em língua portuguesa, na década de 1920, coincide com a redução dos emigrantes portugueses.

4.2. A aculturação

Algo que contribuiu para a aculturação dos descendentes dos portugueses foi o casamento ou união com outros grupos étnicos. As diferenças socioeconómicas,

religiosas, culturais e linguísticas dificultaram os contactos entre a comunidade portuguesa e os *haoles* com ascendência anglo-saxónica. Os portugueses procuravam casar no seio da sua comunidade, poucos casavam com havaianas e o mesmo se passava com as portuguesas. Aos poucos, à medida que os casamentos inter-culturais foram começando a ser vistos com melhores olhos, começou a aumentar o seu número (Tabelas 1 e 2).

	1912-16	1920-24	1924-28	1930-34
Havaianas	38	60	62	34
Ascendência mista europeia e havaiana	28	69	96	86
Ascendência mista asiática e havaiana	12	7	27	41
Portuguesas	877	801	726	716
Porto-riquenhas	2	20	30	23
Espanholas	14	11	21	10
Outras ascendências europeias	15	14	22	55
Chinesas	-	5	4	10
Japonesas	-	3	7	13
Coreanas	-	-	-	1
Filipinas	1	-	-	3
Outras	13	10	5	8

Tabela 1. Número de noivas por etnias em cada 1000 casamentos com portugueses. **Fonte:** Dias (1981, p.27).

	1912-16	1920-24	1924-28	1930-34
Havaianos	20	13	23	16
Ascendência mista europeia e havaiana	14	33	38	53
Ascendência mista asiática e havaiana	6	10	11	24
Portugueses	690	590	541	539
Porto-riquenhos	28	18	31	15
Espanhóis	13	9	11	9
Outras ascendências europeias	154	231	269	257
Chineses	9	6	8	8
Japoneses	5	4	8	11
Coreanos	6	4	-	2
Filipinos	42	57	42	59
Outros	13	25	18	7

Tabela 2. Número de noivos por etnias em cada 1000 casamentos com portuguesas. **Fonte:** Dias (1981, p.27).

A II Guerra Mundial contribuiu para o aumento de casamentos de portuguesas fora do seu grupo étnico. A guerra trouxe ao Havai muitos militares *haoles*, que não conheciam a diferenciação social que existia no arquipélago entre os grupos *haole* e o português. As portuguesas aproveitaram-se desta situação, uma vez que fisicamente eram indistinguíveis das *haole*, e casaram-se fora da sua comunidade.

Com a anexação aos Estados Unidos, em 1898, muitos dos emigrantes portugueses optaram pela cidadania americana. Entre 1920 e 1930, os emigrantes naturalizados passaram de 57% para 77%.

A nível político, sabe-se que em 1890 esteve em exercício um deputado de origem portuguesa – Tomas R. Lucas. Entre 1903 e 1978, houve 25 senadores portugueses e 47 membros da Câmara de Representantes. A lista de funcionários públicos em 1908 incluía apenas 5 nomes identificáveis como portugueses.

Num inquérito realizado em 1910 (Felix, Senecal, 1978: 113, cit. por Dias, 1981), os portugueses eram de todos os grupos étnicos os que destinavam menor parte dos rendimentos à educação escolar dos filhos. No entanto, é curioso o facto de entre 1907 e 1911, um terço das crianças portuguesas frequentarem escolas particulares, possivelmente por razões de prestígio social, por preferência dum ensino religioso ou uma maior confiança no método de ensino.

A diáspora portuguesa adaptou-se relativamente bem ao inglês, o que constitui um significativo indício de aculturação. Aliás, a percentagem de indivíduos com mais de 10 anos que falavam inglês era superior à média dos outros grupos.

A adaptação dos portugueses fez-se sentir também na deturpação dos nomes; sendo assim, as dificuldades fonéticas foram sendo eliminadas com o tempo, Manuel passou a *Manny*, José a *Joe*, João a *John* ou *Johnny*, Francisco a *Frank*, etc. A deturpação dos apelidos e a translação para inglês também ocorreram, como por exemplo, *Corey* em vez de *Correia*, *Gonsalves* em vez de *Gonçalves* ou *Brass* em vez de *Brás*.

Como exposto anteriormente, a diáspora portuguesa foi um importante difusor de elementos da cultura portuguesa, tendo desenvolvido a sua própria forma de reterritorialização, através da encenação do centro (dos elementos religiosos, gastronómicos e até arquitetónicos), primeiro, nas zonas rurais das plantações e, posteriormente, com o êxodo para a capital do Havai.

5. Considerações Finais

Num mundo com poderes cada vez mais difusos, as diásporas possuem grande relevância global, devido ao seu valor social, político e económico.

Esta diáspora portuguesa foi responsável pela difusão de vários elementos culturais materiais e imateriais, como a religião, a arquitetura, a gastronomia ou a música. Os portugueses construíram igrejas (p. ex., a Igreja de Kula da “Irmandade do Espírito Santo” de 1894), habitações e fornos para cozer o pão, abriram padarias, ensinaram a receita dos folares, as “*malasadas*”, levaram o cavaquinho que se tornaria no “*ukulele*”, criaram plantações de café, marcando e moldando assim as paisagens culturais e a história do Havai.

Os baixos níveis de escolaridade dificultaram e continuam a dificultar a reterritorialização dos portugueses no Havai, que não conseguem aceder a quadros superiores na vida deste arquipélago, o que levou até, em alguns casos, nas décadas de 70 e 80, a alguma marginalidade e à participação no crime organizado – tráfico de droga, roubos e até assassinatos. Segundo Dias (1981: 71), “*Os ‘portugueses’ situaram-se, portanto, sempre entre duas águas, quase europeus, quase classe média alta, mas em geral sem a preparação, predisposição ou dinamismo para verdadeiramente romperem todas as barreiras, integrarem-se em absoluto e participarem no processo de direção. Dentro e fora das plantações, ficaram quase sempre lunas [capatazes], igualmente distanciados dos sectores mais alto e baixo da sociedade havaiana*”.

Não existe muita bibliografia sobre o tema da emigração dos portugueses para o Havai, e a existente não é muito recente; sendo assim, seria interessante realizarem-se novos estudos sobre este importante canal difusor da cultura portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, A. (2004) — *Dimensões culturais da globalização: a modernização sem peias*. Lisboa: Teorema.

DIAS, E. (1981) — *A Presença Portuguesa no Havai*. Lisboa: Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa.

FERNANDES, J. L. J. (1999) — Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo. *A Identidade Portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas, Série História e Geografia, nº1.

FERNANDES, J. L. J. (2009) — Cityscapes – Símbolos, dinâmicas e apropriações da Paisagem Cultural Urbana. *Máthesis*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, nº 18, p. 195-214.

HAESBAERT, R. (2004) — *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MEDEIROS, C. A. (Coord.) (2007) — *Geografia de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MERRY, S. (2000) — *Colonizing Hawaii: the cultural power of law*. Princeton: Princeton University Press.

RODRIGUES, J. N.; DEVEZAS, T. (2007) — *Portugal. O pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.

SILVA, J. (1996) — *Portugueses no Havai – Sécs. XIX e XX (Da imigração à Aculturação)*. Açores: Gabinete de Emigração e Apoio as Comunidades Açorianas.

VELEZ DE CASTRO, M. de F. G. (2012) — *Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades. Territórios de fronteira no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha)*. Coimbra: [s.n.].

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CANCIAN, J. (2007) — *O contexto da diáspora na construção da identidade cultural: a experiência do personagem José Viana, do romance Sem Nome, de Helder Macedo*. [Consultado a 20 de março de 2014]. Disponível na www: <URL:<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cancian-juliana-contexto-da-diaspora.pdf>>.

TRINDADE, M. B. (1988) — *Espaços de herança cultural portuguesa — gentes, factos, políticas — Uma Divisão de Espaços da Emigração Portuguesa*. [Consultado a 20 de março de 2014]. Disponível na www: <URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029690Q0qVY3ok7Pi09MZ4.pdf>>.

O PRÍNCIPE D. LUÍS FILIPE E OS ESCRAVOS DE SÃO TOMÉ

Miguel Ribeiro Pedras

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
migpedras@gmail.com

O Príncipe D. Luís Filipe e os escravos de São Tomé

Miguel Ribeiro Pedras

Historial do artigo:

Recebido a 08 de setembro de 2014

Revisto/recebido a 22 de outubro de 2014

Aceite a 29 de outubro de 2014

RESUMO

Em 1907, associações humanitárias inglesas acusavam Portugal de praticar escravatura em S. Tomé e Príncipe denegrindo, aos olhos dos portugueses, o seu império. Foi neste ano de ditadura, forte agitação social e pressão internacional que o príncipe Real D. Luís Filipe viajou até às colónias, numa derradeira tentativa de salvar a imagem da monarquia.

O presente artigo procura assim analisar e compreender o uso de escravatura em São Tomé e Príncipe, bem como observar a real influência da visita de D. Luís Filipe perante o problema da escravatura e a pressão internacional que procurava dar-lhe cobro.

Palavras-chave: príncipe D. Luís Filipe, São Tomé e Príncipe, escravos, Cadbury, anti-escravatura

ABSTRACT

In 1907, British humanitarian organizations were blaming Portugal for performing slavery in São Tomé and Príncipe, what was seen as defamation by the Portuguese people. During this year of dictatorship, social turmoil and international pressure, Royal Prince D. Luís Filipe travels to the colonies in an ultimate attempt to restore monarchy's reputation.

This essay intends to analyze and comprehend the practice of slavery in São Tomé and Príncipe, as well as to observe the actual influence of D. Luís Filipe's journey on this topic and on the raising international pressure to stop it.

Key-words: prince D. Luís Filipe, São Tomé and Príncipe, slaves, Cadbury, anti-slavery

1. Introdução

Numa manhã de Junho de 1907, com o objetivo de compreender o que se passava em África, o marquês de Soveral, embaixador de Portugal em Londres, almoçou com o ministro da Marinha e do Ultramar, Aires de Ornelas (Ornelas,

1928: 6). A conversa que decorreu no Hotel Bragança, em Lisboa, seria registada pelo ministro. Ao que parece «queria o eminente diplomata estar bem a par da momentosa questão da mão-de-obra para São Tomé, a que davam especial importância para nós as diversas campanhas pseudo-anti-esclavagistas que os chocolateiros moviam.» (Ornelas, 1928: 6). Aires de Ornelas confienciava a Luís de Soveral que planeava visitar São Tomé e Luanda com o intuito de apaziguar a contestação europeia e observar de perto o que de facto se passava. O marquês, na qualidade de amigo bastante próximo da família real portuguesa, não hesitou em sugerir que Ornelas se fizesse acompanhar na viagem às colónias pelo príncipe herdeiro, D. Luís Filipe. Nunca antes um membro da família real visitara de forma oficial os territórios do ultramar. Contudo a ideia não era totalmente original. A rainha D. Amélia, ainda princesa, recém-casada com D. Carlos, desejou realizar a mesma viagem que seu filho faria anos mais tarde. A ideia, porém, nunca se concretizou por falta de apoio do Governo (Vicente, Vicente, 1998: 51).

A viagem, que inicialmente tinha apenas o propósito de permitir ao ministro do Ultramar fiscalizar o sistema de serviços em Luanda e São Tomé, tomou uma visibilidade bem mais vasta com a presença do príncipe. O presente artigo procurará assim, não só analisar o uso de escravatura em São Tomé e Príncipe, mas também compreender a real influência da visita de D. Luís Filipe perante o problema da escravatura e a pressão internacional que procurava dar-lhe cobro.

2. Os Escravos do Cacau

Mesmo que em Portugal tivesse sido abolida no século anterior, a escravatura persistia, nos princípios do século XX, nas colónias portuguesas em África. A questão chamava a atenção da imprensa e da opinião pública internacional, pressionando o país e pondo em causa o seu império. Seria esta questão, de contornos humanitários, a desencadear a viagem do príncipe D. Luís Filipe ao continente africano.

Num império frágil e carenciado, as ilhas de S. Tomé e Príncipe constituíam a excepção económica. Ali, a plantação de cacau singrou, colocando o arquipélago no mapa como um dos maiores produtores mundiais de cacau, exportando para os Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Suíça (Cadbury, 1910: 1). Augusto Chevalier, que visitou a ilha em 1905 a fim de estudar a sua produção agrícola, diria num relatório que «como todos os países ricos, a província de S. Tomé produz muito mais do que consome: as exportações são o triplo das importações» (Chevalier, 1906: 22). Segundo o historiador Augusto Nascimento, se em finais de Oitocentos o arquipélago foi «apodado de pérola colonial», no virar do século, a palavra cacau tornou-se «sinónimo de palácios e de dinheiro» (Nascimento, 2002: 19).

Porém, a riqueza produzida em S. Tomé necessitava de bastante mão-de-obra, impossível de encontrar na ilha. No seu testemunho, Chevalier refere que a colónia enfrentava à época dois graves problemas. Um deles, era a baixa do preço do cacau enquanto o outro, dizia respeito ao recrutamento de mão-de-obra, «um grave problema que está longe de ser resolvido. Os trabalhadores são alistados na costa de Angola, Benguela, Novo Redondo e Luanda, por um processo que tem sido objecto de vivos ataques nestes últimos tempos» (Chevalier, 1906: 22)¹.

De facto, homens, mulheres e crianças eram, sob um processo de escravatura camuflado, recolhidos em Angola e levados para as roças santomenses onde os esperava um trabalho intensivo de sol a sol. A própria designação do processo constituía um eufemismo, já que em vez de um mercado escravo, existia antes um sistema de serviçais, cuja génese se relacionava com o fim da escravatura. A prová-lo, está a documentação datada dos anos 1870 com mapas de movimentações de trabalhadores com procedência de Angola que eram encaminhados para S. Tomé a fim de servir como cultivadores². Praticamente mensal, esta remessa de trabalhadores, era portanto um hábito instituído para colmatar, como já vimos, as necessidades laborais da ilha, e ultrapassar a carência de mão-de-obra. Neste ponto, Oliveira Marques chama a atenção para os números: «*Ao passo que em 1882 eram cerca de 8000, em 1900 os serviçais já seriam 19211. Esse grupo cresceu vertiginosamente na primeira década do presente século – eram 30326 em 1908 -, ao passo que os naturais só teriam crescido de 3000 para 9000 entre 1878 e 1893, sendo, segundo Cadbury, 8000 no final da primeira década deste século*» (Marques, 2001: 215). Importa realçar que, ainda que os serviçais ultrapassassem em número a população nativa, este facto, não se devia a uma elevada taxa de natalidade mas sim à continuada remessa de trabalhadores vindos de Angola. Além do mais, a taxa de mortalidade em S. Tomé e Príncipe era bastante alta, havia uma necessidade de reposição de mão-de-obra. Segundo Gervase Clarence-Smith esta elevada mortalidade não se devia a maus tratos: «*As grandes plantações tinham hospitais, escolas e creches, e as rações pareciam ser suficientes, ainda que pouco variadas. A vida social dos escravos era severamente controlada, mas não havia a intenção deliberada de os fazer trabalhar até morrer. As elevadas taxas de mortalidade eram sobretudo devidas a doenças epidémicas, que a ciência médica daquele tempo não conseguia controlar.*» (Clarence-Smith, 1990: 114-115).

No jornal *Diário Ilustrado* de Outubro de 1907 dava-se lugar a vozes estrangeiras que corroboravam a opinião de Clarence-Smith: «*O sr. Harry Johnston, antigo cônsul inglês chamava a S. Tomé o paraíso dos pretos e o Dr. Strunk, Director do Jardim Botânico dos Camarões, ao examinar a alimentação dos indígenas, diz ter adquirido a convicção de que na Alemanha o sustento dos trabalhadores nas grandes propriedades rurais não pode ser melhor*»³.

Todavia, Douglas Wheeler e René Pélissier, na sua *História de Angola*, discordam desta ideia, considerando que os serviçais eram tratados de forma desumana, as suas vidas estavam condicionadas pelos desejos de lucro dos roceiros e que a sua exploração estava patente na lei: «*Os serviçais eram tratados como animais e os surtos de crescimento económico, como o da borracha entre 1880 e 1905, acabavam por agravar ainda mais a situação. Com efeito, o trabalho forçado tinha sido instituído no Regulamento de 1878 e saído mais reforçado ainda no Regulamento de 1899, que, de acordo com Duffy, terá sido o código de trabalho mais completo em Angola até 1928. O código de 1899 centrava-se na ‘obrigação moral e legal’ de trabalhar.*» (Pélissier, Wheeler, 2009: 168)

Apesar de proibida a escravatura, o Estado português fechava os olhos a estes acontecimentos permitindo o seu costumeiro funcionamento e, para as associações humanitárias, o conseqüente abuso dos nativos angolanos. Estas associações, maioritariamente inglesas, como a Sociedade Antiesclavagista (*Anti-Slavery Society*),

protestavam e pressionavam o Estado português para que pusesse cobro aos trabalhos forçados (Almeida, 1978: 124).

Dando ouvidos às crescentes acusações, na primavera de 1903 William Cadbury, proprietário da empresa britânica de chocolates Cadbury Brothers, visitava Lisboa com o intuito de se inteirar acerca das formas de trabalho nas ilhas de São Tomé e Príncipe (Cadbury, 1910: 2). Cadbury recordaria a sua estadia de 1903 em Portugal num relatório por si escrito em 1908, aquando de uma visita que fizera a S. Tomé, que apenas veio a público em 1910. Nessa primavera, o britânico reuniu-se com a Associação de Agricultores portugueses que lhe negou liminarmente quaisquer actos de escravatura. Também do Ministério do Ultramar nada conseguiu obter. O ministro, à época Gorjão Henriques, pouco interesse demonstrou pela questão. Este ter-lhe-á dito que «*os abusos eram triviais e inevitáveis, e os que ainda existissem desapareceriam com a nova lei, o decreto do Trabalho, publicado em 29 de Janeiro de 1903*» (Cadbury, 1910: 2).

Outra pessoa com quem contactou foi o então embaixador inglês em Portugal, Sir Martin Gosselin, tido por William Cadbury como um sábio conselheiro «*em todos os assuntos relacionados com a escravatura africana*» (Cadbury, 1910: 2). Este recomendou que se esperasse um ano sem nada fazer, «*na esperança de ouvirmos, durante esse tempo, que se tinham posto em prática as prometidas reformas*» (Cadbury, 1910: 2).

Ainda que o conselho tenha sido acatado, a esperança que nele residia esmoreceu com a confirmação de que o sistema de serviços se mantinha inalterado. A ineficácia das leis e o marasmo das autoridades portuguesas perante aquela situação levou Cadbury a contactar «*alguns dos maiores industriais de cacau da Inglaterra, América e Alemanha*» (Cadbury, 1910: 3) para que se unissem à sua causa e participassem nas investigações. Tal gesto acabaria por resultar num relatório, feito no Verão de 1907, que ajudaria a inflamar a opinião pública. Pela iniciativa de companhias de chocolate inglesas, como a Cadbury, a Fry e a Rowntree, e da alemã Stollwerck, é enviado a São Tomé um agente de William Cadbury, Joseph Burt, para estudar o caso e formular um relatório.

Nas conclusões, Burt dizia estar «*convencido que sob o sistema de serviços tal como existe presentemente, milhares de negros e negras são, contra a sua vontade e muitas vezes em circunstâncias de grande crueldade, arrancados todos os anos das suas casas e transportados através do mar para trabalhar nas ilhas insalubres, donde nunca mais voltam*». Não lhe restavam quaisquer dúvidas: «*Se isto não é escravidão, não conheço outro termo que mais correctamente o descreva*» (Cadbury, 1910: 104).

Para além de William Cadbury cada vez mais vozes se faziam ouvir quanto a este tema que agitava o império português. «*As campanhas internacionais contra esta 'escravatura moderna' atingiram um crescendo na década de 1900. Missionários e jornalistas publicavam histórias tenebrosas sobre o tráfico de escravos em Angola*» (Clarence-Smith, 1990: 115). O professor americano James Duffy, que dedicou especial atenção à África portuguesa⁴ sublinha esta ideia, referindo na obra *A Question of Slavery*, que: «*The Anti-Slavery Society received many communications from travellers, missionaries, and commercial men, who made the journey from Benguela up the coast on ships carrying services. One traveller, a missionary, had*

spent several days in Benguela looking into the serviçal system while he waited for his ship. Much of the commerce of the port, he wrote, had to do with the migration system; business men spoke openly of the market in people, of how many labourers they bought and sold during the year. Throughout Angola slavery was carried on." (Duffy, 1967: 174).

Duffy acrescenta que, na sua maioria as informações fornecidas por missionários eram anónimas uma vez que estes temiam represálias contra as suas missões (Duffy, 1967: 174). Havia contudo, como aliás já vimos, quem aderisse abertamente à causa. Foi o caso do repórter Henry Nevinson que, ao publicar em 1906 *Modern Slavery*, viria chamar mais atenção da opinião pública para os escravos de Angola. No seu livro, Nevinson não trazia grandes novidades sobre o sistema de serviçais. Porém, o facto de ser um jornalista bastante conhecido fez com que houvesse um público mais receptivo. Na opinião do professor Duffy, Nevinson seria mesmo o correspondente mais famoso do seu tempo, e a sua obra apontava o dedo aos verdadeiros culpados, sem quaisquer complexos. A culpa seria, de acordo com este, do chefe tribal que vendeu o seu povo, do brutal contratante, do cruel feitor, e dos homens egoístas das plantações das ilhas (Duffy, 1962: 135). Mas o repórter não se ficaria pelo livro. Em Inglaterra, Henry Nevinson incitava as firmas de chocolate a boicotarem o cacau português e a controvérsia ganhava proporções cada vez mais amplas através de uma série de artigos e palestras que o jornalista dava sobre o tema (Duffy, 1962: 135). Os seus artigos acabariam por chegar aos Estados Unidos (Santos, 2004: 968), principais compradores do cacau de S. Tomé, situação que se tornava perigosa para Portugal, pois como refere o Embaixador português em Washington em 1910, «*a exclusão do cacau português deste seu principal mercado importaria, dada a actual situação do comércio deste género, a ruína de S. Tomé*».⁵

Até então, o Governo inglês manteve-se silencioso em relação a estes acontecimentos. A este facto não é alheio a enorme necessidade de trabalhadores nas minas do Transvaal. A Inglaterra estava demasiado dependente da mão-de-obra moçambicana pelo que seria inconveniente participar na contestação contra a escravatura. Assim, o Governo britânico permaneceu indiferente à maioria das queixas e relatórios, o importante era não «*irritar os portugueses*» (Almeida, 1978: 125).

Contudo, em 1905 o Governo Inglês, quebrando o silêncio, resolve actuar, enviando o cônsul Nightingale, que já estivera colocado em Luanda, para uma estadia em S. Tomé de 24 de Novembro a 9 de Fevereiro de 1906 (Santos, 2004: 968). Permanecendo esquecido durante alguns meses, apenas em Julho de 1906 o Governo pediu urgência a Nightingale para o envio do relatório. Segundo o professor Maciel Morais Santos, «*as questões parlamentares colocadas pelo lobby abolicionista voltaram a colocar o governo liberal na necessidade de se justificar*» (Santos, 2004: 968).

Perante a perspectiva de uma causa internacional que se movia contra o império português, o ministro do Ultramar, Aires de Ornelas, decide agir.

Quando João Franco, ao constituir Governo em 1906, escolhe para o Ministério da Marinha e Ultramar Aires de Ornelas e Vasconcelos, fá-lo com a consciência de que este era um homem que conhecia bem as colónias e tinha uma visão para o seu desenvolvimento. Não esqueçamos que Aires de Ornelas foi um dos militares nas campanhas de 1895 contra Gungunhana, em Moçambique. Essa noção da realidade

colonial aliada a um espírito prático fizeram com que em 1907, o ministro decidisse visitar o centro dos acontecimentos, Angola e S. Tomé e Príncipe.

Como observámos na introdução, por sugestão do marquês de Soveral, o ministro seria acompanhado nesta viagem a África pelo príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

A 1 de Julho, e sob grande vigilância policial, o príncipe embarcava em Lisboa, despedindo-se da família Real e da Corte portuguesa que ali o fora saudar.

3. S. Tomé e o Príncipe

A velocidade dos vapores modernos permitia fazer a travessia do Atlântico até à linha do equador em menos de duas semanas. No navio África, que aportaria em São Tomé a 12 de Julho, a viagem até à ilha decorrera com tranquilidade. Esta era, pelo menos, a impressão de Aires de Ornelas, na correspondência que, durante os meses de viagem, manteria com sua mulher. Numa delas, elogiando o vapor que era «*muito estável; há ocasiões em que não se percebe movimento algum*» (Ornelas, 1928: 23), traça um retrato do quotidiano a bordo do navio: «*às dez almoço, às duas lunch e janto às sete e meia com o Príncipe*». Este tinha, «*todos os dias ao almoço e jantar [...] duas pessoas convidadas*» embora «*a gente que vai a bordo não tem interesse especial*». Ao jantar, os homens deveriam apresentar-se de smoking, quebrando-se a regra apenas num dia de calor tal que obrigou ao uso da jaqueta branca (Ornelas, 1928: 24). Ainda a propósito das refeições a bordo, Lavradio deixaria algumas linhas nas suas memórias. «*O Príncipe tinha os seus alojamentos separados, mas passeava na I classe, dando-se com todos os passageiros e convidando todos os dias um para almoçar e outro para jantar, sem se importar com as ideias políticas. Vinham mesmo três republicanos de Luanda, que almoçavam ou jantavam com Sua Alteza*» (Lavradio, 1947: 65-66).

A educação de Luís Filipe, que tanta tinta fazia correr na imprensa, estava a cargo do ministro do Ultramar e, como se verá, parecia bastante completa, conforme descreve Aires de Ornelas: «*Durante esta travessia dei largas lições ao Príncipe, sobre coisas coloniais. Calculava que teria que conversar com ele, está claro, mas não vinha preparado para um curso, que é afinal o que tenho feito. Comecei pela história das nossas relações com a África do Sul desde a viagem do Vasco da Gama até às nossas campanhas de África. Depois a história da nossa administração colonial; o que tinha sido a nossa política colonial desde o Infante D. Henrique, Afonso de Albuquerque, passando pelo marquês de Pombal até aos nossos dias. Peguei depois nos ingleses desde o seu desembarque no Cabo, a origem e a formação das colónias do Cabo e do Natal, a sua história, a formação da Rodésia, Cecil Rhodes e a sua política. Seguiu-se naturalmente a história do Transvaal, o raid do Jameson até à guerra inclusive. Depois e finalmente as relações do Transvaal conosco, a política imperialista, a questão indígena, as tarifas ferroviárias, os fretes marítimos, a indústria do oiro e a sua influência na política.*» (Ornelas, 1928: 24-25)

As sessões, entre Lisboa e São Tomé, variavam entre uma hora e meia ou duas horas, durante as quais o militar falava incessante, «*sem apontamentos*», acompanhado sempre com interesse pelo príncipe (Ornelas, 1928: 25). Já Luís Filipe

enviava por carta ao seu irmão, futuro rei D. Manuel II, uma sintética descrição dos dias a bordo do navio:

“Querido Irmão.

Escrevo-lhe quase do equador e num dia em que ainda não vimos o Sol! Diga lá, faço por lá muita falta ou não?

Vimos no dia 6 um tubarão muito grande, eu mandei-lhe logo dois bilhetes de visita e ele ficou tão atropalhado que... morreu.

Estou certo que havia de gostar muito de ver os peixes voadores aos centos: quando lhes dá o sol são uma coisa linda. Tivemos 2 dias e sobretudo 2 noites dum calor medonho e uma trovoadas bastante boa na célebre Serra Leoa. No Domingo quando íamos para a missa, veio uma baleia, saiu mesmo junto a nós e passou-nos por baixo. Estivemos em Tenerife e em Dakar fazendo sinais, mas nenhuma dessas terras é bonita.

Dê muitos recados meus ao Asseca e ao Kerausch. Um grande abraço ao seu irmão muito amigo.

Luís. A bordo do África”⁶

O desembarque no porto da cidade de São Tomé seria um momento de festa que deixaria toda a comitiva estupefacta. «*Não se imagina e dificilmente se descreve o que foi a recepção em São Tomé. Desde que o Príncipe pôs o pé em terra até que o África largou o ferro, parece que se pode dizer que se viveu em triunfo*» (Ornelas, 1928: 26). Na manhã da chegada acorreram ao cais os habitantes e as autoridades da ilha para saudarem o príncipe real, recebido pelo Governador Pedro Berquó. Entre as girândolas, foguetes, bandeiras, vivas e aclamações tocou-se o hino nacional que antecedeu o *Te Deum*, proferido na Sé da ilha, seguindo-se a recepção oficial na Câmara Municipal e mais tarde no Palácio do Governador⁷.

É interessante notar que, poucos dias antes da chegada de Luís Filipe ao arquipélago santomense, uma revolta de 500 serviçais teve lugar na ilha do Príncipe. O seu intento seria verem-se livres do domínio europeu, procurando assassinar todos os «*brancos*» na ilha. Esta sublevação acabaria por terminar e a ilha voltaria à paz anterior, mas talvez o mais interessante é o facto de na imprensa este acontecimento ter sido abafado. Seria para proteger a imagem de Portugal? A publicação de tal revolta faria, certamente surgirem variadas questões, nomeadamente quanto ao tratamento dos serviçais revoltosos.

A visita à ilha era, sem dúvida, um dos pontos fundamentais da viagem. Com a colónia, centro das intrigas da política internacional, a ser acusada de recorrer à escravatura na produção do cacau, impunha-se mostrar ao mundo que tudo não passava de uma fantasia sem fundamento. Esta preocupação era bem visível no roteiro seguido pelo príncipe em S. Tomé, marcado essencialmente pela visita a três roças: a do Rio do Ouro, com 30 km de extensão, pertencente ao conde de Vale-Flor; a da Boa-Entrada, de Henrique de Mendonça e, por fim, a roça de Água-Izé, propriedade da Companhia da ilha do Príncipe.

Quer Vale-Flor quer Henrique de Mendonça tinham chegado à ilha na qualidade de meros funcionários, tendo depois, ao longo dos anos, escalado na

hierarquia insular. Vale-Flor, que se estreira como empregado do comércio, viria a tornar-se no homem mais rico do arquipélago. Henrique de Mendonça, inicialmente um funcionário da alfândega, desposara entretanto a proprietária da Boa-Entrada. Mendonça, por oposição a Vale-Flor que, apesar de afável teria pouca educação, impressionara positivamente o sexto marquês de Lavradio. Este considerava-o «*mais civilizado e mais instruído*», capaz de gerir com inteligência a roça de sua mulher. «*Foi o primeiro roceiro de S. Tomé que pensou em realizar uma obra social para os pretos. (...) Lembro-me de que se notava que os pretos da sua roça pareciam mais alegres do que os de todas as outras*» (Lavradio, 1947: 66).

Apesar das diferenças entre os proprietários, ambas foram consideradas magníficas pela imprensa da época. Servidas por hospitais e creches para os trabalhadores, que tinham também direito a habitações de tijolo cobertas com telhas, em vez das antigas sanzalas, os jornais não duvidavam que os serviçais eram bem tratados e viviam felizes⁸. A revista *Occidente*, que seguiu de perto a viagem de Luís Filipe, noticiava, relativamente à roça de Rio do Ouro, que «*ali se emprega pretos que vem do interior da província de Angola*»⁹, acrescentando ainda que «*esta roça é uma verdadeira colónia onde nada falta para bem trabalhar e bem viver, pois é bom o tratamento dos serviçais, como não há melhor em nenhuma outra parte nem melhor remunerado.*»¹⁰ Segundo a revista, chegando «*selvagens*» a São Tomé, os serviçais em pouco tempo tornavam-se mais civilizados, «*criando amor ao trabalho e formando família, para o que cada um escolhe sua mulher, de que lhe não resulta grandes encargos, porque, independentemente de seus salários, o proprietário da roça protege-lhes os filhos sustentando-os e cuidando deles, para o que há creches onde são carinhosamente tratados por mulheres*».¹¹

A propriedade de Henrique de Mendonça merecia também, por parte da imprensa portuguesa, os mais variados elogios. Era uma fazenda modelar onde se apostava nos aperfeiçoamentos do progresso tecnológico, mas não só. No que tocava à mão-de-obra, também a roça da Boa Entrada se mostrava exemplar. Mais uma vez era salientada a forma esmerada de tratamento e alimentação fornecidos aos trabalhadores, bem como o excelente serviço de assistência médica: «*Há um hospital geral, obedecendo a todos os preceitos da moderna higiene hospitalar e ainda outro mais pequeno destinado aos doentes atacados de males contagiosos. ‘Muitas cidades da Europa e inumeráveis cidades das colónias’, diz um viajante estrangeiro, ‘não possuem hospitais tão bem delineados e sustentados’*».¹²

A última roça a ser visitada pelo príncipe é a de Água-Izé. Nesta, pouco se revela sobre o tratamento dos serviçais, sendo antes salientado que a propriedade possuía canalizações de água, vias férreas e variada maquinaria que auxiliava o trabalho agrícola.

Quanto à questão que ali levava o príncipe, o uso de escravatura, era entendida como um insulto calunioso à governação portuguesa no arquipélago. Mais, o jornal *Portugal em África* afiançava que seria uma campanha de difamação, preparada pelas chocolateiras inglesas, que viam com maus olhos a concorrência «*que lhes faz o cacau português manipulado na Alemanha*» (Vicente, Vicente, 1998: 80). Sendo assim, boicotar o cacau português, seria um rude golpe para as chocolateiras alemãs, que competiam com as inglesas. Mas não fora apenas o jornal *Portugal em África* que abordara, sem complexos, as críticas anti-esclavagistas. Aquando da visita de

D. Luís Filipe à roça de Água-Izé, o Conselheiro General Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro discursou, perante o príncipe e o ministro da Marinha e Ultramar, em nome da Companhia da Ilha do Príncipe, proprietária daquela fazenda. Nesse discurso é abordado sem preconceitos a questão da mão-de-obra e feita uma defesa inequívoca da posição de Portugal e dos roceiros perante os homens e mulheres que vinham do interior de Angola para trabalhar em São Tomé. Bem pensado e estruturado, este discurso percorre as diferentes partes do problema. Desde a origem dos serviçais, passando pelo seu bem-estar nas ilhas de São Tomé e Príncipe e finalizando com a difícil questão da sua repatriação. Observemos: o Conselheiro General Sousa e Faro, inicialmente, parece defender o papel de Portugal na salvação destes serviçais, como se de uma missão civilizadora se tratasse, arrancando-os das mãos dos seus tiranos chefes tribais¹³.

“verdade se diga que esses colonos, na sua quase totalidade, procedem não da nossa província de Angola, propriamente dita, mas sim do sertão ainda não avassalado do imenso continente africano, onde, sujeitos a todos os ultrajes da mais feroz selvageria, gemem indefesos sob o férreo domínio de grandes potentados cafreais, que são ainda, como se sabe, senhores possuidores de vastíssimas regiões (...) dispendo sobre os seus escravos do direito de vida e morte”.¹⁴

Por oposição a esta situação deplorável, o Conselheiro continua, proferindo que ali, em São Tomé, esses mesmos homens, outrora escravos de um chefe vil, tinham direito a *«todas as atenções e cuidados dos agricultores, seus patrões, que, por seu próprio interesse, se não poupam a sacrifícios para lhes fornecer alimentação abundante e sadia, alojamento nas melhores condições higiénicas, vestuário (...) e o pagamento religioso do seu trabalho»*.¹⁵ Para atestar a veracidade destes factos, no seu discurso, recorre a depoimentos de viajantes estrangeiros que, chegados àquela colónia portuguesa ao verem as regalias *«dos nossos colonos, como as não têm iguais os trabalhadores dos centros mais civilizados da Europa, não duvidaram, com inteira justiça, designar S. Tomé como o paraíso do preto»*.¹⁶

Após a defesa das condições de trabalho na ilha o Conselheiro Sousa e Faro questiona se haverá pertinência em repatriar os serviçais, levando-os de volta para os maus-tratos de onde tinham sido retirados. Pois, se não fossem eles de novo para a sua tribo, faria sentido simplesmente deixá-los em Luanda, ou qualquer outra parte de Angola, que lhes era desconhecida por lá nunca terem estado anteriormente? Não, na sua opinião, seria impensável retirá-los do local onde formaram família, eram felizes e pagos pelo seu trabalho.

*“A Vossa Alteza Real e ao nobre Ministro podemos asseverar, com verdade que lhes é devida, que de entre os nossos colonos angolas, dos que têm família constituída, e são-no quase todos, não há um só que se preste de vontade a abandonar a pátria que adotaram, pela simples razão de que se lhes faculta aqui tudo quando podem ambicionar, e é doutrina corrente que onde se está feliz, aí é a pátria”*¹⁷

Entre jantares, missas, festejos e discursos, estava finalizada a visita a S. Tomé e Príncipe, que duraria apenas três dias. Como era usual os roceiros foram premiados pela hospitalidade dada ao Príncipe Real e pelo mérito das suas roças. Se ao conde de Vale-Flor foi concedido o título de marquês, a Henrique de Mendonça foi proposto o título de conde da Boa-Entrada. Considerando-o demasiado ridículo, viria a recusá-lo, acabando por ser agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Após Luís Filipe visitar «*minuciosamente*» as roças a revista *Occidente* assegurava que estas deixaram uma boa impressão no espírito do príncipe¹⁸. Quanto aos juízos do herdeiro do trono de Portugal relativamente aos serviços nada foi encontrado que testemunhe a veracidade desta opinião. Podemos apenas conjecturar que pelo que viu e ouviu – e que chegou até nós –, a sua opinião seria muito provavelmente de descrença relativamente à existência de qualquer tipo de escravatura naquela colónia e favorável ao uso de mão-de-obra angolana nas plantações de cacau.

É também importante salientar que a pobreza era, sem dúvida, o maior flagelo que havia a combater na África portuguesa. Sem atrativos como ouro ou cobre, as colónias pouco dinheiro traziam para os cofres do Estado, que também não parecia ter qualquer intenção de nelas investir, uma vez que quando o fazia não via qualquer retorno. No início do século XX, grande parte dos territórios «*não estavam mapeados, não tinham redes de estradas ou caminhos-de-ferro, nem um sistema de administração unificado, e as comunicações com a Metrópole eram esporádicas e dependentes da navegação inglesa*» (Ramos, 2009: 562).

Como foi anteriormente mencionado, o arquipélago de S. Tomé e Príncipe constituía um desvio à regra, já que não dava prejuízo. Porém, serve esta colónia como claro exemplo do desinteresse estatal em construir infra estruturas e apostar em melhoramentos. Segundo Augusto Chevalier: “*Acrescente-se que o Estado propriamente dito não gasta senão uma parte mínima dos rendimentos dos impostos em melhoramentos. Não existem obras públicas. A construção de uma via de penetração no interior da ilha não passa do estado de projeto. Os plantadores construíram, à sua custa, estradas, mais de 100 quilómetros de via Decauville, e instalaram uma rede telefónica ligando as principais plantações; três roças têm locomotivas a vapor que circulam em carris para o transporte do cacau. Todas estas transformações se devem à iniciativa de particulares.*” (Chevalier, 1906: 22).

Não nos esqueçamos que foram maioritariamente essas obras de iniciativa particular que D. Luís Filipe conheceu na sua jornada, contribuindo talvez para uma visão deturpada de África, por nem sempre ter contactado com a realidade quotidiana dos colonos.

4. Conclusão

A questão da escravatura em São Tomé e Príncipe não merece ao longo dos três meses da viagem uma única palavra na imprensa portuguesa, tomando Luís Filipe e a «dictadura», que se vivia em Portugal, todo o protagonismo nas folhas dos jornais. A viagem que nasceu por uma questão essencialmente diplomática e humanitária acabou por se ver transformada em mais uma arma de contestação ao «ditador» João Franco e à Coroa. A política interna absorveu e moldou de tal forma o debate em torno da visita a África que os jornais em Lisboa pouca ou nenhuma atenção concederam a tão importante questão.

Apenas a 23 de Outubro, quase um mês após a chegada de Luís Filipe a Lisboa, é mencionada a mão-de-obra forçada em São Tomé, no *Diário Ilustrado*. Esta notícia insere-se numa série de textos, de regularidade incerta, intitulados «*Viagem*

do *Príncipe Real*». Aqui pretendia-se fazer uma reflexão em torno do estado das colónias, mais precisamente sobre o arquipélago santomense. A questão, que tão esquecida fora, surgia naquele jornal como «a mais importante da nossa ilha de S. Tomé. Todos os problemas são subsidiários desta momentosa questão»¹⁹ Mas o periódico regenerador-liberal explicava a necessidade dos trabalhos forçados: “O bispo do Alto-Congo, M. Angouard, tendo vivido perto de trinta anos na África Central, escreveu estas palavras ditadas por uma longa experiência: ‘Não tenhamos ilusões. O preto, abandonado a si mesmo, ficará preguiçoso e ignorante, como tem vivido durante séculos. Em quase toda a África o trabalho, principalmente o trabalho da terra, é uma desonra e este cuidado é reservado às mulheres e escravos’.”²⁰

Ainda no mesmo texto o *Diário Ilustrado* afiançava que: “Todos os que têm uma experiência das coisas de África sabem bem que o início do preto no regime de trabalho só vem pelo incitamento e obrigação que é preciso radicar no seu espírito. Convencido disto, estabelecida a regularidade do seu esforço muscular, provocadas as necessidades por um melhor meio em que viva, a situação há de necessariamente melhorar e assim é com efeito”.²¹

Os jornais e revistas portuguesas que abordaram a questão procuravam justificar o sistema de serviçais como se de um imperativo civilizador se tratasse, ao qual o império português estava obrigado. Ou seja, era fundamental retirar do interior africano homens e mulheres, que viviam num estado selvagem, e submetê-los ao trabalho nas roças, pois só assim criariam família e encontrariam a verdadeira felicidade, que era indissociável do padrão de vida e princípios morais europeus. Isto resume o pensamento da época, onde o darwinismo social predominava em parte como forma de justificação e manutenção dos impérios coloniais.

Ainda que possamos acreditar, pois nada parece contrariá-lo, que nas roças visitadas as descrições de boa alimentação, condições de habitação e cuidados médicos providenciados aos trabalhadores, correspondam à verdade, não podemos deixar de nos questionar acerca das outras roças que foram ignoradas nesta visita. Por serem mais pequenas e com menos poder financeiro, seriam estas roças capazes de conceder iguais condições aos seus serviçais? Teriam estes roceiros capital e interesse para investir nas construções de hospitais, creches, habitações em tijolo e demais cuidados?

A visita a São Tomé e Príncipe demonstrava assim que a participação de D. Luís Filipe naquele projeto se destinava em grande parte a mostrar ao mundo, com uma boa dose de produção e encenação, que as colónias portuguesas estavam modernizadas e sem qualquer sinal de trabalho escravo. Naquele princípio de século, a lógica de então não divergia da atual - aonde vai um príncipe vai a imprensa²². Escolhendo criteriosamente o roteiro a percorrer e as roças a visitar, a imagem transmitida pelas províncias ultramarinas portuguesas era a de progresso e civilidade exemplares. Naturalmente haviam sido escolhidas as roças modelares, onde não havia a apontar uma única reclamação.

Compreendemos assim que Portugal não teria qualquer interesse em alterar o sistema de serviçais, optando, ao invés por uma campanha publicitária ilusória onde se procura mostrar as melhores roças do arquipélago de São Tomé e Príncipe, como que procurando provar o bom tratamento e satisfatória qualidade de vida dos serviçais.

Apesar das associações anti-esclavagistas e da pressão internacional a questão da mão-de-obra escrava não seria solucionada, perdurando ainda sob o regime republicano.

NOTAS

¹ Segundo Augusto Nascimento o problema em torno da mão-de-obra recrutada para S. Tomé tem origem em meados do séc. XIX, na sequência do fecho dos portos brasileiros, que acabaria por se tornar um rude golpe no tráfico transatlântico. A proximidade entre Angola e S. Tomé e Príncipe tal como interesses políticos e económicos levou a que aquele arquipélago se tornasse o novo lar de muitos libertos que para lá eram enviados, vindos de Angola. Cf. NASCIMENTO, A. (2002) – *Poderes e Quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense, p. 82.

² «Projecto de regulamento para os contractos de serviçais e colonos», A.H.U. – cota: 549/SEMU-MU

³ «Viagem do Príncipe Real V», *Diário Ilustrado*, 20.10.1907

⁴ Ver: DUFFY, J. (1967) – *Question of Slavery*. Oxford: The Clarendon Press; DUFFY, J. (1962) – *Portugal in Africa*. Harmondsworth: Penguin Books; DUFFY, J. (1959) – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University.

⁵ «Regulamento para o contracto de serviçais e colonos», A.H.U. – cota: 810/SEMU-MU

⁶ Carta de D. Luís Filipe a D. Manuel II, A.N.T.T. – Cartório da Casa Real, Caixa – 7403. C.R. 2

⁷ «Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias», *O Ocidente*, 30.08.1907

⁸ Veja-se o artigo «No país do cacau» da revista *Ilustração Portuguesa* de 22 de Julho de 1907

⁹ «Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias», *O Ocidente*, 30.08.1907

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*.

¹² «No Paiz do Cacau – A Viagem de S.A. o Príncipe Real», *Ilustração Portuguesa*, 22.07.1907

¹³ Recordemos que o repórter Henry Nevinson, citado pelo professor James Duffy, considerava como um dos culpados, pela escravatura em São Tomé, precisamente o chefe tribal que vendia o seu povo como mão-de-obra. Porém, segundo o mesmo, também os roceiros tinham fortes responsabilidades nesta matéria. Veja-se: DUFFY, J. (1962) – *Portugal in Africa*. Harmondsworth: Penguin Books, p. 135.

¹⁴ *Brasil-Portugal*, 01.09.1907

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ «Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias», *O Ocidente*, 30.08.1907

¹⁹ «A Viagem do Príncipe Real VI», *Diário Ilustrado*, 23.10.1907

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*

²² José Miguel Sardica chama a atenção para a mediatização das figuras de Estado e da política no reinado de D. Carlos, fruto do «*voyeurismo* da imprensa e [d]a divulgação da fotografia». In SARDICA, J. M. (2012) – O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XLVII (2.º), p. 345.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos

Arquivo Histórico Ultramarino. «Projecto de regulamento para os contractos de serviçais e colonos», A.H.U. – cota: 549/SEMU-UM

Arquivo Histórico Ultramarino. «Regulamento para o contracto de serviçais e colonos», A.H.U. – cota: 810/SEMU-MU

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Cartório da Casa Real – Carta de D. Luís Filipe a D. Manuel II, A.N.T.T. – Cartório da Casa Real, Caixa – 7403. C.R. 2

Imprensa

Brasil-Portugal, (01.09.1907).

Diário Ilustrado, (20.10.1907) – Viagem do Príncipe Real V.

Diário Ilustrado, (23.10.1907) – Viagem do Príncipe Real VI.

Ilustração Portuguesa (22.07.1907) – No Paiz do Cacau – A Viagem de S.A. o Príncipe Real.

O Ocidente (30.08.1907) – Viagem de S.A. o Príncipe D. Luís Filipe às colónias

Bibliografia

ALMEIDA, P. R. de (1978) – *Portugal e a escravatura em África: Cronologia do séc. XV ao séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa.

CADBURY, W. A. (1910) – *Os serviçais de S. Thomé*. Lisboa: Bertrand.

CHEVALIER, A. (1906) – *A ilha de S. Thomé*. Lisboa: Typ. Da Livr. Ferin.

CLARENCE-SMITH, G. (1990) – *O III Império Português: 1825-1975*. Lisboa: Teorema.

DUFFY, J. (1959) – *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University.

DUFFY, J. (1962) – *Portugal in Africa*. Harmondsworth: Penguin Books.

DUFFY, J. (1967) – *Question of Slavery*. Oxford: The Clarendon Press.

LAVRADIO, marquês de (1947) – *Memórias do sexto marquês de Lavradio*. Lisboa: Ática.

MARQUES, A. H. de O. (2001) – *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano 1890-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. XI.

NASCIMENTO, A. (2002) – *Poderes e Quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense.

ORNELAS, A. de (1928) – *Cartas de África - Viagem do Príncipe Real*. Lisboa: Escola Tip. das Oficinas de S. José.

PÉLISSIER, R., WHEELER, D. (2009) – *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.

RAMOS, Rui, VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros

SANTOS, M. M. (2004) – Um episódio do “Slave Cocoa” – O Relatório Nightingale de 1906. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. III, p. 967-983.

SARDICA, J. M. (2012) – O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XLVII (2.º), p. 344-368.

VICENTE, A.; VICENTE, A. P. (1998) – *O Príncipe Real Luís Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: Edições Inapa.

**CASAS DE CÂMARA E CADEIA¹:
TRAJETÓRIA DA ROMA ANTIGA AO BRASIL
COLONIAL**

Cecília Barthel C. Campello

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
cecibarthel@hotmail.com

Casas de Câmara e Cadeia¹: Trajetória da Roma Antiga ao Brasil Colonial

Cecília Barthel C. Campello

Historial do artigo:

Recebido a 01 de julho de 2014

Revisto/recebido a 12 de novembro de 2014

Aceite a 19 de novembro de 2014

RESUMO

Este artigo remonta à concepção do modelo de Domus Municipalis em Roma, passando por Portugal, no qual o edifício era denominado na maior parte das vezes como *Concelho* até a sua implantação, quando passou a ser denominada Casa de Câmara e Cadeia no Brasil colônia. Inicia-se a análise pela configuração urbanística mais antiga de que se tem registro como fonte da cultura latina inserida no século XVI através da colonização, a partir do modelo concebido no foro romano. Também discorre sobre o seu papel na dinâmica da cidade e das suas transformações físicas influenciadas por razões políticas e estratégicas considerando o sistema de colonização portuguesa. Essas informações estavam expressas nos códices² que continham o conhecimento sobre as práticas construtivas formais da Idade Média.

Palavras-chave: *Domus Municipalis*, *Concelho*, Casa de Câmara e Cadeia, Arquitetura Formal.

ABSTRACT

This article goes back to the design of the Domus Municipalis model in Rome, passing through Portugal, in which the building was named in most cases as county, until it's deployment was renamed Casa de Câmara e Cadeia in colonial Brazil. Analysis starts with the oldest urban setting on record as a source of inserted Latino culture in the sixteenth century through colonization, from the model designed in the Roman forum. Also talks about its role in the dynamics of the city and its physical transformations influenced by political and strategic reasons considering the system of Portuguese colonization. These information were expressed in the codices containing knowledge on formal construction practices in Middle Ages.

Key-words: *Domus Municipalis*, *Concelho*, Casa de Câmara e Cadeia, Civil Architecture

1. A Origem Romana

O fórum romano concentrava as atividades comerciais, políticas e sociais de grande dinamismo, típicas de uma grande metrópole como Roma. Assim como os edifícios públicos, palco destas atividades. Com o crescimento contínuo das conquistas romanas e consequente aumento da população urbana, surge a necessidade de uma base jurídica para a proteção dos cidadãos, dentro dos muros da cidade. Esta necessidade levou a criação de um modelo de construção denominada *Domus Municipalis*.

Este modelo uniu as funções que correspondiam à cúria, ao cárcere e à basílica, inseridos no fórum, isto é, o edifício que sediava a administração pública e as atividades jurídicas teve sua origem no período da comuna romana. (Barreto, s/d: 19).

A configuração do *Domus Municipalis* na comuna romana até sua inserção como Casa de Câmara e Cadeia no Brasil sofreu transformações em sua forma e suas funções, que se moldavam ao regime político administrativo no qual estava inserida. De acordo com o exemplar localizado em Bragança construída no século XIII, pode-se identificar em seu programa a cadeia, o arsenal de milícias, a sala de reuniões para os magistrados, acompanhada de uma capela (adicionada posteriormente), representando de forma mais primitiva os espaços destinados às funções descritas. Roma atua nas províncias de seu domínio de acordo com critérios urbanísticos bastante delimitados, que são reflexos de sua transformação social.

Os três elementos imprescindíveis a toda cidade romana eram a muralha, o fórum e os edifícios de espetáculos. Coarelli (1983) aponta que o Fórum era o ponto de encontro dos símbolos da dignidade cidadã. Uma referência de Fórum “tripartito” compunha a zona *templaria*, a praça retangular com pórticos e a basílica jurídica. A partir desses três elementos se distribuíam os demais edifícios públicos, com algumas variações recorrentes ao longo do tempo; seu desenho urbano era baseado em um modelo ortogonal.

A praça interna do fórum possuía em média uma dimensão de 40 x 30 metros, abaixo se encontram as lojas bancárias que originaram as atividades de mercado, a cúria que originou a câmara e poderia também contar com cela para gladiadores, local para reuniões do senado, a basílica e os templos (Figura 1).

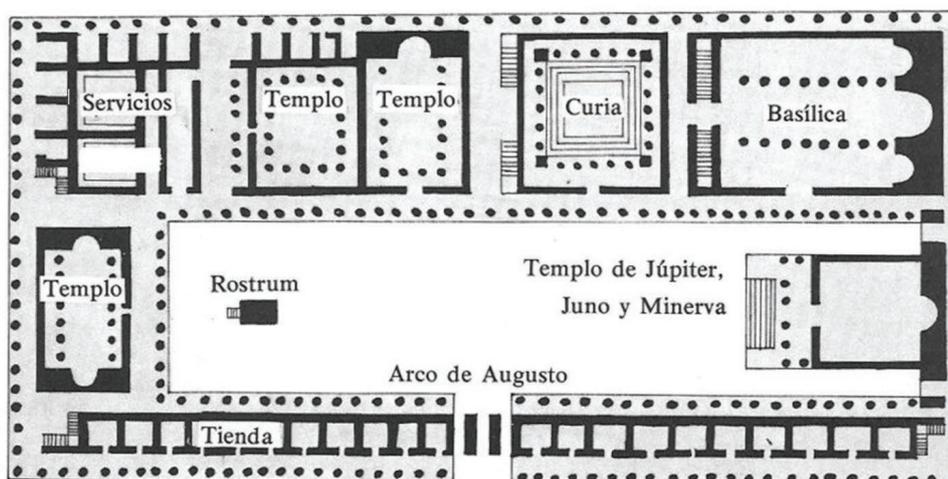


Figura 1. Planta do foro romano. Fonte: http://www.homolaicus.com/storia/antica/roma/foro_romano.htm

A cúria é o local onde eram realizadas as assembleias, embora não fosse o único espaço utilizado para este fim, visto que nem todos os cidadãos possuíam livre acesso ao edifício quando estes eram consagrados.

O *comitium* reunia o grupo composto pelos homens adultos de Roma, para assembleias e votações. Algumas vezes o *comitium* era associado à cúria, porém é representado como um espaço à parte (Figura 2), ou seja, a função administrativa representada pela câmara ou *concelho* se originou dentro de um modelo urbano clássico romano de deliberação sobre as questões públicas.

Outro símbolo que se pode remeter a um antigo elemento romano é a tribuna ou balcões utilizados para anúncios públicos, materializado originalmente na *rostra*, grande plataforma construída na cidade de Roma, erguida durante os períodos republicano e imperial da cidade. Os oradores colocavam-se sobre a *rostra* e voltavam-se para o lado norte do *comitium*, rumo ao edifício que abrigava o senado, e ali faziam seus pronunciamentos às pessoas que estavam reunidas no espaço entre os dois.

A basílica descende das ágoras gregas, mas a adaptação romana a transformou em um espaço coberto. Originalmente eram edifícios multifuncionais que poderiam sediar áreas públicas, políticas, comerciais e sociais. Outras vezes, eram destinadas às funções de tribunal ou espaços comerciais (lota/leilões), tornando-se um edifício central e indispensável em qualquer cidade importante. A função religiosa estava destinada aos templos pagãos e santuários, também localizados no foro.

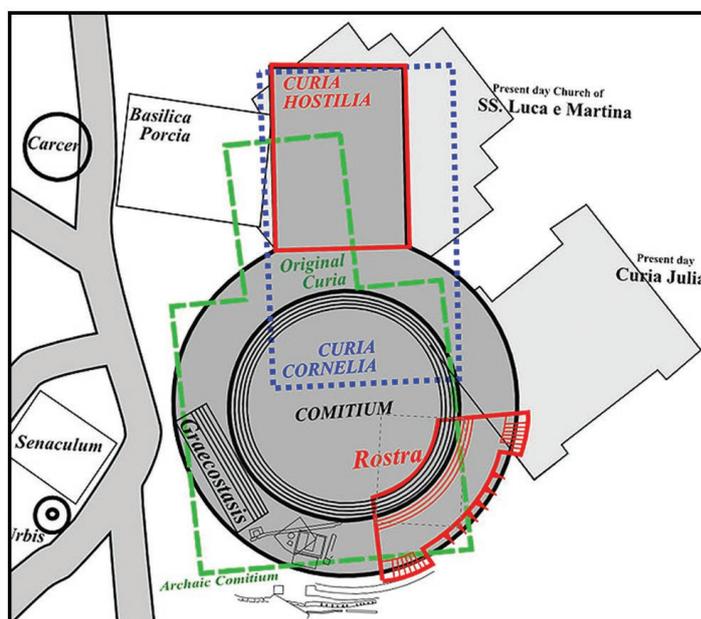


Figura 2. Configuração da Curia Hostilia, Comitium, Basilica e Carcer localizados no VIII Foro Romano, século VII a. C. Fonte: Mark Milles.

1.1. História da Punição

De acordo com Coarelli (1984), uma das prisões mais antiga em Roma é o *Carcere Mamertino*, localizada em Antigo Forum, sob a Igreja de *San Giuseppe dei Falegnami*. Foi construída por volta de 640 a.C. originalmente como uma cisterna para uma fonte no subsolo. O acesso dos prisioneiros fazia-se através de buraco existente no piso superior, também denominado alçapão, através de escada móvel ou corda.

Esta prática foi identificada também nas prisões eclesiásticas, no século XII, com a propagação das prisões subterrâneas e, de acordo com Neuman (apud Bitencourt, 1993: 19): “[...] os réus eram despedidos com as palavras *vade in pace*, porque não saíam mais com vida.” Esse tipo de acesso à prisão, segundo Barreto (s/d), identificou-se, na maior parte das Câmaras e Cadeias no Brasil Colonial.

A punição como repreensão à prática de um comportamento indesejado retrocede a períodos anteriores, no Antigo Egito, na Pérsia e na Babilônia, onde o ato de encarcerar não estava relacionado a julgamento, mesmo porque, não havia ainda um código penal vigente.

Em Bettiol (apud Prado, 1999: 293): “ (...) no passado as verdadeiras penas eram a pena de morte, a mutilação, o exílio, confisco, enquanto o encarceramento tinha escopo meramente processual, porque servia para assegurar, no processo, a presença do réu (...) ”.

As práticas que poderiam levar ao encarceramento do indivíduo estão relacionadas ao não pagamento de impostos, ser estrangeiro, a desobediência ou ser prisioneiro de guerra.

1.2. Os *Concelhos* em Portugal e as Casas de Câmara e Cadeia no Brasil

Em Portugal, o período de construção do Forum inicia-se no século XI com o regime romano de municipalidades e segue em sintonia com as transformações sociais e políticas que compunham o último milênio. Segundo Barreto (s/d), tal regime que configurava a existência das Câmaras foi consolidado pela legislação portuguesa das Ordenações Afonsinas de 1446, Manuelinas de 1514 e Filipinas de 1603.

Ainda afirma que diversas nações foram influenciadas pelo regime administrativo municipal romano, cujas denominações são: *Hotel de Ville na França*, *Palazzo Publico, della Regione* ou *della Comunitá na Itália*, *Casas Consistoriales, de Ayuntamientos* ou *Cabildos* na Espanha, *Paços do Concelho* em Portugal e Casas de Câmara e Cadeia no Brasil. As regiões da Europa que mais conservaram a tradição romana possuem os exemplares de paços municipais mais antigos.

Apesar de símbolo democrático herdado pelos romanos, em Teixeira, Teixeira (2008) é afirmado que os *Concelhos* já começaram com caráter aristocrático, pois só poderiam participar figuras importantes da sociedade, iniciando-se os cavaleiros vilões e posteriormente os peões que residiam nos limites do *Concelho*. Essas consignações estavam expostas na carta de foral³. A qual expunha sobre os

direitos de asilo, liberdade, inviolabilidade do domicílio e os deveres, tributários, serviço militar, etc.

No Brasil, as Casas de Câmara e Cadeia são um marco referencial no processo de urbanização, segundo Barreto (s/d), e caracterizam a elevação de um povoado à vila ou cidade no período colonial. Existem algumas disparidades na monumentalidade das Câmaras em função da localização, do poder econômico, da importância e abrangência administrativa. Essa situação repete-se também em Portugal, onde Câmaras e Cadeias do mesmo período são bastante diferentes na magnitude e materiais construtivos de acabamento.

Essa característica foi citada nos tratados de Pimentel e Vitruvius quando relacionam a proporção dos edifícios do *Concelho* ao número de habitantes.

Outra característica relevante é a localização junto à igreja, que segue desde sua origem, quando Vitruvius (2007) descreveu o templo como parte integrante do fórum. O que se percebe dessa forma é o desmembramento do programa em dois edifícios, mas permanecendo com suas atividades em função da praça, que era palco das atividades cotidianas e também de eventos significativos (Figura 3).



Figura 3. Localização do Concelho (em amarelo) de Vila Viçosa em relação a igreja (em azul) e a praça, 2012. Fonte: Alterado googleearth.com

Segundo Teixeira, Teixeira (2008) era na praça que se montavam tendas e se faziam as trocas comerciais. Era ali que se liam e deitavam os pregões, comunicando aos vilões⁴ os acontecimentos do reino. Também se fazia em tempos carnavalescos as leituras dos episódios caricatos, escarnecendo os mercedores de troças, e finalmente, era na praça que se sentenciavam os malfeitores e louvavam os homens bons. O *concelho* também se relacionava à Santa Casa da Misericórdia, segundo Cabral (2007: 204), esses edifícios funcionavam como os dois pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa.

Um símbolo quase sempre erguido na praça central é o pelourinho, de acordo com Leite (1995), completa as funções das câmaras no ato de punir, normalmente em dia de mercado, expondo o condenado ao escárnio e vergonha; embora tam-

bém tenha funcionado em alguns casos, como símbolo da presença do poder régio, unindo-se aos desígnios das Ordenações Manuelinas (nova coletânea reformada das leis do reino) e à Reforma dos Forais, na tentativa de centralização do poder.

A fácil identificação dos exemplares de Casas de Câmara e Cadeia acontece por algumas características bastante particulares, contrastando com os outros edifícios contemporâneos. Como citado em texto que discute as relações e símbolos de poder no período colonial, Teixeira, Teixeira (2008) compara a arquitetura civil tradicional com a erudita empregada nas Câmaras e Cadeias no Brasil.

“ Por mais precária que fosse ela era assobradada e construída com materiais em geral mais sólidos do que as casas comuns, normalmente térreas. A cobertura das casas de câmara e cadeia, quase sempre em quatro águas e com telhas, era mais um elemento de distinção em relação ao casario humilde, quase sempre de taipa e com cobertura frequentemente de palha, situação que somente começa a mudar no decorrer do século XIX. As residências possuíam duas águas apenas, com a cumeeira paralela à rua... As casas de câmara e cadeia ficavam frequentemente isoladas em relação aos edifícios vizinhos. Algumas vezes, eram edificadas no meio da praça.” (Teixeira, Teixeira, 2008: 18).

Segundo Menezes (1976), a arquitetura civil pode ser caracterizada como de caráter formal/estético regulado pela economia de recursos materiais por uma tradição construtiva transmitida oralmente por mestre de ofícios, possui técnicas e materiais tradicionais, elementos padronizados e simplificados e uso de mão-de-obra comum.

As Casas de Câmara e Cadeia eram consideradas uma arquitetura erudita, por representarem o poder do Estado, projetadas por engenheiros militares com conhecimentos tratadísticos. Essas considerações foram reafirmadas por Araújo (2003), que diz que, apesar de o modelo pertencer à arquitetura civil, os mesmos obtinham seus conhecimentos através de aulas e tratados, segundo modelos de Lisboa. Contudo, a mão-de-obra utilizada era a escrava, que utilizava técnicas como a taipa de pilão ou o pau-a-pique.

1.3. Localização do Edifício e Estruturas Adjacentes

Quanto à sua localização em relação à configuração urbana colonial, a praça, com respectivo pelourinho, era o centro cívico, nascida do zero, a partir do qual a cidade iria ser organizada. A regularidade era uma prioridade independente das construções que teriam que ser sacrificadas. Uma função também relativa ao edifício de Câmara e Cadeia eram os avisos de sinistros através da badalada dos sinos.

O pelourinho era o referencial para demarcações e se encontrava a distância a qualquer lugar. A partir dele, os práticos delimitariam o termo da vila, deixando áreas para as pastagens e baldios e respeitando, assim, os terrenos dos índios.

1.3.1. Características Tipológicas

Considerando as características tipológicas, referentes ao levantamento realizado por Barreto (s/d), pode-se afirmar que o programa básico do edifício de Câmara e Cadeia funcionava em dois pavimentos, sendo o térreo reservado às enxovias e corpo de guarda, e o pavimento superior à localização do poder administrativo da câmara e do punitivo do júri.

Os acessos aos pavimentos geralmente eram independentes. O acesso ao pavimento térreo era realizado através de entrada térrea, ou através de alçapão e escada móvel pelo pavimento superior. E ao pavimento superior, o acesso era feito através de escada externa ou escada interna localizada no *hall* social do edifício, sempre mais suntuosa e de materiais mais significativos diante dos demais. Em frente à edificação se encontrava a praça e o pelourinho, onde eram aplicados os castigos (Figura 4).



Figura 4. Concelho de Esgueira com torre sineira e pelourinho, 2010.
Fonte: pt.wikipedia.org

Em alguns casos, as funções de Câmara e Cadeia foram adaptadas em edifícios já existentes.

Algumas variações e acréscimos em seu programa foram relatados por Barreto (s/d). No térreo se encontra o corpo de guarda, enxovias, segredos e, algumas vezes, o açougue. Já no pavimento superior não há grandes variações, com exceção da casa do carcereiro, que algumas vezes se localizava nesse pavimento.

No início do século XVIII, a determinação da coroa expressava a necessidade de negociação com os arrendadores para que o carcereiro morasse no edifício, devido às constantes fugas dos presos, passando então a existir no programa de algumas a habitação do carcereiro.

O corpo de guarda pode variar de acordo com o tamanho e importância política do edifício. As enxovias ou celas poderiam ser divididas segundo a classe social (geralmente), por sexo ou por gravidade dos delitos cometidos. Não se deve

confundir com outras categorias de cadeia como os Aljubes, que eram cadeias específicas dos clérigos.

Os segredos, bastante utilizados pela inquisição, serviam para interrogatórios com o fim de se conseguir confissões sob aplicação de torturas. Poderia ser comparada à solitária das prisões atuais onde o preso poderia permanecer por longos períodos. Geralmente se localizavam na parte posterior das celas ou entre o pavimento térreo e superior.

Ainda segundo as considerações de Barreto (s/d), os sistemas estruturais referentes ao período de construção desses edifícios eram rudimentares, provenientes da mão-de-obra escrava. Eram geralmente construídos em taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique (Figura 5).



Figura 5. Detalhe do reboco da Casa de Câmara e Cadeia de Brejo da Madre de Deus em Pernambuco, 2011.

Fonte: acervo da autora.

É possível observar os traçados neoclássicos, quando é o caso, limitados apenas às fachadas. As aberturas no térreo, protegidas por espessas grades em ferro eram fundamentais, não apenas para evitar a fuga dos cárceres, mas para possibilitar a alimentação realizada em função da caridade de parentes e transeuntes, já que a coroa não subsidiava a manutenção dos mesmos.

Esse modelo vigorou até 1º de outubro de 1828, quando as Câmaras passaram a serem instrumentos estritamente administrativos. Em 1830, ocorrem transformações nas teorias sobre o sistema penitenciário mundial no intuito de melhorar as condições dos detentos e separar definitivamente as funções de julgamento e punição. Algumas novidades surgem com a criação das colônias agrícolas penitenciárias e a casa de correção no Rio de Janeiro. Contudo, as Casas de Câmara e Cadeia existiram durante todo o período de Monarquia e Império, extinguindo-se apenas na República (Barreto, s/d: 32).

2. Considerações Finais

O modelo construtivo e funcional de Câmara e Cadeia lusitano foi transferido e imposto à colônia, em um período de instabilidade política e territorial que marcou os primeiros séculos de colonização no Brasil. Constata-se que no Brasil não se dispndiam recursos com o enobrecimento do edifício tanto quanto em Portugal.

De uma forma geral, pode-se afirmar que os *Concelhos* possuem materiais e elementos construtivos que revelam, em graus variados, a ostentação em busca de uma monumentalidade (Figura 6).

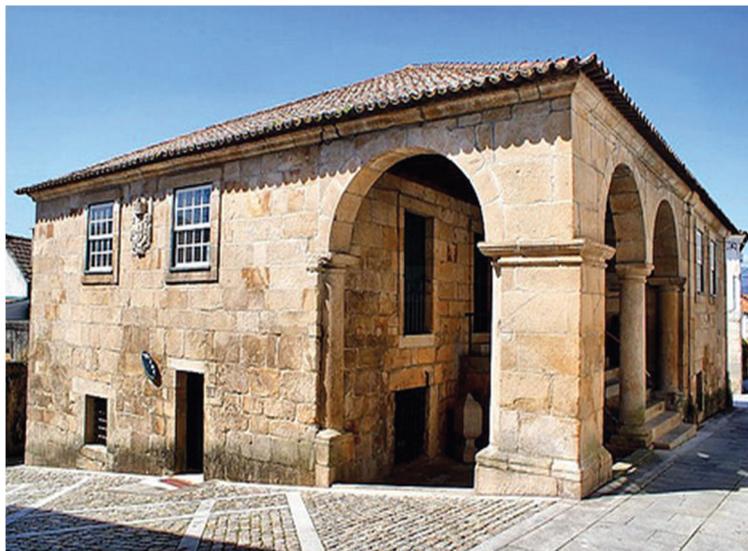


Figura 6. Concelho de Melgaço, Século XVII, 2010. Fonte: Vítor Ribeiro, disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/vribeiro/>> Acesso em 22 jul. 2012

No Brasil, este modelo da arquitetura civil e erudita⁵ foi adaptado à realidade da escassez de recursos técnicos, ou seja, mão-de-obra e finanças em sua implantação na colônia. Diante dessa afirmação surge o questionamento sobre a razão de os edifícios inseridos na colônia não possuírem essas características, apesar de guardarem certo destaque no contexto urbano, contudo, sem a presença de elementos de ostentação, como é o caso dos *Concelhos*.

De acordo com Goulart (Reis, 2000), a arquitetura urbana na colônia revela-se de extrema simplicidade e de caráter utilitário, porém com interesses nitidamente definidos (Figura 6).



Figura 7. Casa de Câmara e Cadeia de Pesqueira, 2009. Fonte: Acervo da autora.

Algumas inferências podem ser realizadas após tais constatações:

A ausência de ornamentação, e elementos rebuscados revela uma falta de preocupação da Coroa em fazer uso desses elementos para demonstração do poder. As mudanças ocorridas nos padrões estéticos⁶ no século XIX, estimularam a transformação das fachadas dos edifícios na colônia, como modo de reafirmar a absorção das mudanças pelo poder público e a autonomia adquirida com a inserção da República.

A arquitetura do século XVII e XVIII, segundo Paiva (2009), foi condicionada pelo contexto histórico colonial, marcado pela dependência econômica, política e cultural em relação à Metrópole.

Desta forma, pode-se assumir que os principais agentes do processo de colonização não expressaram o poder de domínio através da utilização de recursos estéticos nos edifícios de Casas de Câmara e Cadeia, este se caracterizava pela locação e gabarito do edifício importados de Portugal.

NOTAS

¹ Artigo escrito a partir da dissertação: CAMPELLO, C. Barthel C. (2012) – Casas de Câmara e Cadeia: Uma Análise Tipológica de Portugal à Colônia. Recife: UFPE. PParq.

² Os códices utilizados nesta pesquisa foram: O Tratado de Vitruvius, O Método Lusitânico de Desenhar Fortificações de praças regulares e irregulares, O Livro das Fortalezas. Duarte D'armas e o Tratado de Arquitetura que Leu o Mestre & Arquit. Matheus de Couto, o Velho.

³ As cartas significam a existência de grêmios formados pela classe do povo, constituídos com franquias e direitos próprios.

⁴ Termo utilizado para designar os moradores das vilas.

⁵ A Casa de Câmara e Cadeia se trata de um modelo de arquitetura civil, pois o edifício tem função pública e administrativa e trata-se de Arquitetura Erudita por possuir um padrão de construção estabelecido através de recomendações oficiais da Coroa baseada nos Tratados de Construção Militar.

⁶ O ecletismo do final do século XIX foi o estilo consagrado pela elite como representante dos ideais republicanos e dos valores europeus preconizados na época. (Siqueira, 2012).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. (1943) – *O Livro das Fortalezas. Duarte D'armas. 1509*. Lisboa: Ed. Império.

ARAÚJO, R. (2003) – *O Ofício da Construção na Cidade Colonial -Organização, Materiais E Técnicas (O caso pernambucano)* [Documento policopiado]. São Paulo: USP. Tese de Doutorado.

COUTO, M. (s.d.) – *Tratado de Arquitetura que Leu o Mestre & Arquit. Matheus de Couto, o Velho, 1631*. Livro I, Cap. 14 e 15. Livro II, Cap. 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10. BNL – Cód. 946.

- BARRETO, P. T. (s.d.) – Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico de Nacional*. Rio de Janeiro: S.P.H.A.N, nº 11.
- BETTIOL, G. (2000) – *Direito Penal*. São Paulo: Red Livros, 789 p.
- BITENCOURT, C. R. (1993) – *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 352 p.
- BUENO, B. (2001) – *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: FAU/USP.
- BUENO, B. (2009) – *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. São Paulo: FAU/USP.
- CAMPELLO, C.; BARTHEL, C. (2012) – *Casas de Câmara e Cadeia: Uma Análise Tipológica de Portugal à Colônia*. Recife: UFPE. PParq.
- CABRAL, G. (2007) – *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)* [Documento policopiado]. Universidad de Salamanca. Tese de Doutorado.
- COARELLI, F. (1983) – *Il foro romano 2 v. Periodo repubblicano e augusteo*.
- COARELLI, F. (1984) – *Guida archeologica di Roma*. Verona: Arnoldo Mondadori Editore.
- COSTA, F. A. P. (1983) – *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 11 Volumes.
- FUNDARPE (2011) – *Processo de Tombamento do Edifício da Casa de Câmara e Cadeia do Recife*. Recife: FUNDARPE.
- LEITE, A. C. (1995) – Os Centros Simbólicos. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. II.
- MENEZES, J. L. da M. (1976) – Algumas Notas sobre Arquitetura Brasileira. *Revista Arquivos*. Recife: PMR/SEC, nº 1.
- NEUMAN, E. (1976) – *Evolución de la pena privativa de libertad y regímenes carcelarios*. Buenos Aires: Pannedille.
- NAJJAR, R. (2005) – *Arqueologia Histórica: manual*. Brasília: IPHAN.
- ORSER JR., C. E. (2000) – *Introducción a la Arqueología Histórica*. Buenos Aires: AINA.
- PAIVA, R. (2009) – *Arquitetura e Cidade no Brasil: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: FAUUSP.
- PIMENTEL, L. S. (1680) – *Método Lusitânico de Desenhar Fortificações de praças regulares e irregulares*. Lisboa: [s.n.].
- POLLIO, V. (2007) – *Tratado de Arquitetura*. São Paulo: Martins, Coleção Todas as Artes. Tradução, introdução e notas M. Justino Maciel.
- PRADO, L. R. (1999) – *Curso de direito penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, Vol. 1.
- PRADO JR., C. (1976) – *Administração. Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense.

REIS, N. G. (2000) – *Evolução Urbana do Brasil 1500/ 1720*. São Paulo: Pini, 2 ed. rev. e ampl.

SEGURADO, J. E. dos S. (s.d.) – *Alvenaria e Cantaria*. Lisboa: Biblioteca de Instrução Profissional.

TEIXEIRA, R; TEIXEIRA, E. (2008) – A Praça, a igreja e a casa de Câmara e cadeia. Símbolos, usos e relações de poder. *Anais - II Encontro Internacional de História Colonial*. Natal: RN.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

COTTA, F. A. (Em linha, s.d.) - Quando os Filhos de Marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa. *Textos de apoio do PEG (Programa Especial de Graduação)*. [Consultado em 22 Julho 2011]. Disponível na www: <URL: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/quandoosfilhosdemartepar-temdalusitania.pdf> >.

SIQUEIRA, L. (2001) – A expressão sócio-cultural na imagem da arquitetura do ocidente de finais de séculos XIX e XX. *Arquitextos*. Rio de Janeiro: Vitruvius. [Consultado em 22 Julho 2011]. Disponível na www: <URL:www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/896>. ISSN 1809-6298.

HELVÉCIA¹ E A COLÔNIA LEOPOLDINA, DISSONANTES ACORDES SÓCIO-CULTURAIS

Valdir Nunes dos Santos²

Universidade do Estado da Bahia

apoenasantos@oi.com.br

Helvécia¹ e a Colônia Leopoldina, Dissonantes Acordes Sócio-Culturais

Valdir Nunes dos Santos²

Historial do artigo:

Recebido a 03 de outubro de 2014

Revisto/recebido a 12 de novembro de 2014

Aceite a 19 de novembro de 2014

RESUMO

Apresenta-se a performance da dança *bate-barriga/Helvécia, Bahia/Brasil na interface com o contexto da comunidade negra. A partir de comportamentos ritualizados, duplamente exercidos. Considerada patrimônio imaterial pela significação estético-ancestral entre foliões e moradores.*

Palavras-chave: Performance, dança *bate-barriga, Helvécia – Bahia/Brasil, Colônia Leopoldina, Patrimônio imaterial, Significação estético-ancestral.*

ABSTRACT

Shows the performance of belly dance hits/Helvetia, Bahia / Brazil at the interface with the context of the black community. From exercised ritualized behaviors, doubly performed. Considered as intangible heritage by its aesthetic and ancestral significance between revellers and residents.

Key-words: Performance, belly dance hits, Helvetia – Bahia/Brazil, Colonia Leopoldina, Intangible Heritage: Meaning -aesthetic ancestor.

1. Introdução

A incipiência de estudos e pesquisas no universo das academias brasileiras acerca da cultura é uma realidade e não se sabe com clareza o que leva a tamanho descaso desse termo, embora se tenha consciência da ambiguidade que o acompanha e o entrelaça. Neste estudo, mesmo se tratando de um tema originário de uma seara da língua portuguesa situado na América latina – culturas do popular, performance de tradição e patrimônio cultural - Helvécia, Bahia-Brasil; utilizamos os estudos de Reimond Williams em teoria cultural, ao discutir a hostilidade do termo *cultura na língua inglesa, como contribuição ao entendimento deste termo e seus desdobramentos, pois diante desta problemática em que a palavra cultura se situa, julgamos necessário conhecermos melhor o seu trânsito, com o objetivo de entender a sua instabilidade entre a realidade, o conhecimento e as ciências*

na perspectiva de um aprimoramento da materialização do conceito e da prática cultural. Para Williams, o termo “(...) culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa (...)” (2007: 117). O autor argumenta que esta complicação decorre, em certa medida, porque a palavra cultura “(...) passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (...)” (ob. cit., 2007: 117). O que não difere das generalizações, das adaptações incoerentes e das confusões no campo da teoria e da prática, situações vivenciadas nos meios acadêmicos. Essas questões evidenciam a falta de lugar dispensado à cultura e a desconfiança pelos meios científicos e de produção do conhecimento. Acresce-se a isso, a hostilidade indiciada, afirma Williams: “(...) a área central de hostilidade persistiu, e um de seus elementos foi enfatizado pela recente expressão norte-americana culture-vulture [cultura-abutre] (...)” (ob. cit. 2007: 117). Esse sentimento de hostilidade tem origem na inconsistência, no mau uso histórico do termo cultura, e ainda pela estreita relação existente entre os elementos, material e simbólico, intrinsecamente entranhados na sua ação, prático/conceitual, e evolução histórica. “É significativo que praticamente toda a hostilidade (...) tenha sido vinculada aos usos que envolviam afirmações de conhecimento superior, refinamento e distinções entre arte ‘alta’ (cultura) e arte e entretenimento populares (...)” (ob. cit., 2007: 123).

As abordagens ao entorno da situação da palavra cultura e do seu conceito contribuem para a reflexão epistemológica deste campo de saber e espaço enredado de significações, de simbologias e sistemas que o seu desenvolvimento encerra, por isso, são aglutinadores de comportamentos e modos de vida, de os mais diferentes sistemas no fluxo do desenvolvimento da vida e das sociedades humanas.

Diante desta compreensão tomamos por base o conceito de cultura defendido por Geertz, adequado às características e situações do objeto, como sendo uma concepção possível de ser adaptada à realidade em que está situado o fenômeno estudado. Composto de culturas, performance, Helvécia e patrimônio, em suas múltiplas dimensões e, que por isso, melhor contribuiu para que pudéssemos trilhar o processo de análise e de interpretação necessário e desenvolvido neste artigo, pois para este autor “(...) a cultura é uma ciência interpretativa, à procura do significado (...)” (1989: 4).

O estudo apoiou-se no conceito de cultura como uma construção de teias de significações produzidas pela condição humano-social, cuja análise não pôde prescindir da ciência interpretativa em busca do significado como tecido teórico-conceitual. Este tecido possibilitou abarcar o universo do estudo das culturas de tradição, performances culturais, arte e rituais em comunidade negra como base do patrimônio cultural, nela desenvolvido, ao longo de quase três séculos. Em função disso, o conceito de cultura como um contexto foi ampliado em suas dimensões espaciais, assim como, econômicas, sociais, políticas e ambientais. Enfatizamos a dimensão teórico-prática da cultura de modo que a análise seja o resultado do equilíbrio entre a realidade, teoria-prática-realidade, para evitarmos a rotação da teoria. Propomo-nos, portanto, adequar o conceito de cultura como um contexto à realidade investigada em Helvécia.

Neste sentido é dada uma relevância a um conjunto de categorias que entrelaçam as relações quotidianas à comunidade e que em função disso, provocam e

sofrem alterações. Justificamos, de modo reiterado, o lugar de centralidade que a concepção e prática de cultura como um contexto ganhou neste trabalho contribuindo para uma análise mais ampliada.

O objetivo neste artigo é o de apresentar as culturas e as artes performáticas produzidas na comunidade negra de Helvécia, na interface com a realidade construída – o contexto - a partir de comportamentos ritualizados. Ao tempo que discutimos a dança bate-barriga e sua performance como o patrimônio cultural da comunidade entre outras práticas sociais ali realizadas. Essas práticas performativas são produzidas na comunidade desde o início de sua fundação à época da Colônia Leopoldina, 1818 data documental, e são consideradas por seus autores – artistas populares e demais moradores da comunidade - como o patrimônio maior.

Na tentativa de adequar este estudo às discussões atuais, que implicam os conceitos de cultura tradicional, patrimônio e patrimônio imaterial, abordamos questões que interferem na autonomia de produção, significado e autoria dessas culturas e artes performáticas ali produzidas, a partir da criação do PCI - Patrimônio Cultural Imaterial instituído pelo “Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (...)” (Laraia, 2004: 12).

2. Uma Prática de Culturas

Este documento-lei foi criado pelo Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial - RBCNI como estrutura estatal para salvaguardar os bens culturais imateriais brasileiros a partir do “(...) resultado de um anteprojeto elaborado por uma comissão nomeada pelo ministro da Cultura, o sociólogo Francisco Weffort, constituída por Marcos Villaça, Eduardo Portela, Joaquim Falcão e Thomas Farkas (...)” (Laraia, 2004: 12). Com essa intenção institucional deliberada no ano de comemorações de aniversário dos quinhentos anos da colonização portuguesa, embora tenha sido uma questão que fora pensada e iniciada pelo poeta e estudioso da cultura popular, Mário de Andrade, no furor do pensamento modernista; em parte, materializada na *Semana de Arte Moderna*³ de 22 do século passado como nos informa Roque Laraia: “Mário de Andrade, que foi autor do anteprojeto de constituição do SPHAN, já demonstrava esta preocupação desde a sua importante participação no movimento modernista de 1922 (...)” (ob. cit.: 13). Ao fazermos esta tentativa de adequação, consideramos o contexto histórico das produções performáticas, as condições sociais em que elas ocorrem, a situação sócio-econômica dos seus produtores – artistas populares, festeiros, foliões e moradores - assim como a realidade deste contexto após a instituição do conceito de patrimônio imaterial e os motivos pelos quais o foi instituído.

Diante dessa problematização discutimos a possibilidade de entendimento dessas práticas de culturas frente ao contexto de ancestralidade e de sua existência como patrimônio cultural da comunidade, ao tempo que abordamos este patrimônio frente aos critérios estabelecidos pelo conceito teórico governamental de Patrimônio Imaterial – conceito institucionalizado. Relacionamos a esta compreensão as contribuições de Carvalho sobre a evolução histórica e política da ideia e materialização

de registro do patrimônio, diz o autor, “(...) o grande esforço moderno em prol de registro do patrimônio da humanidade sucedeu na época do alto imperialismo, sobretudo na segunda metade do século 19 (...)” (2004: 3).

Para tanto, entendemos por necessário estruturar um breve esboço ao entorno do conceito de patrimônio para que melhor entendamos a discussão proposta na comunidade de Helvécia por se tratar de um tema que se encontra enredado de complexidades político-ideológicas. Apresentamos, portanto, em ligeiras linhas o sistema que engendrou a materialização de patrimônio considerando as questões de tempo, interesse e ideologia, continua Carvalho: “(...) a noção de patrimônio era mundial (ou extranacional): os grandes museus e arquivos de Berlim, Paris e Londres preocupavam-se com os chamados monumentos da humanidade, trazidos pelas grandes expedições científicas e que eram ali catalogados, arquivados e conservado.” (ob. cit.: 3).

A preocupação e a conseqüente criação do registro de patrimônio cultural para arquivar e conservar os bens culturais da humanidade, concretizado na Europa do século XVIII privilegiou a catalogação dos grandes monumentos, e as obras escritas, não se atentando para a produção que não estivesse adequada a estes critérios de interesse. Do mesmo modo, não se registra nenhuma preocupação e lugar para os autores das referidas obras merecedoras de serem arquivadas, uma vez que a importância e o reconhecimento tinham de atender aos objetivos para os quais esses arquivos foram instituídos - arquivar e conservar as obras escritas. “Esses arquivos privilegiavam a obra escrita, com ênfase na compilação dos textos extra-ocidentais: egípcios, chineses, árabes, persas, sumerianos.” (ob. cit.: 3).

Nesta mesma questão, nos referimos à forma de elaboração deste Decreto e, conseqüentemente, do conceito de patrimônio imaterial e suas finalidades, como se pretendesse guardar ou salvar algo que está sendo perdido ou se esmaecendo e, que, com esta deliberação, institucional burocrática, pudesse “salvar o coelho das garras da onça pintada faminta”. Sabemos que a criação desta institucionalização não foi resultado de pedidos de socorro dos artistas populares, aqui em específico os das comunidades negras que estão à deriva de processos e políticas culturais, mesmo porque, os artistas populares e toda a comunidade formam o conjunto de guardiães do seu próprio patrimônio. Suas práticas efetivas como significados de vida e de agradecimentos aos deuses, além de produzidas no interior das comunidades, são também socializadas e consumidas entre os moradores. Salientamos que neste processo em que as culturas são, historicamente, produzidas na comunidade negra de Helvécia, os produtores vivenciam uma condição semelhante a que os seus antepassados vivenciaram nos tempos do Brasil Colônia: trabalham em busca da subsistência e apesar de negros livres há mais de um século, a maioria ainda vive em condições de subalternidade, de dependência econômica e socialmente, “(...) de qualquer modo, ser negro livre era sempre sinônimo de dependência.” (Bosi, 1992: 24).

O que é relevante pensarmos neste processo é que, os três grandes problemas que ainda persistem entre nós da América Latina/Brasil, e que não podem ser desconsiderados em processos de estudos dessa natureza são: “sociais, econômicos e políticos” (Triviños, 1987: 32), eles ainda representam as razões pelas quais mantém a maioria das comunidades negras, africanas ou a maioria de cor

das periferias dos grandes centros urbanos, na dependência e no isolamento, em diferentes partes do país.

*Sobre a ideia de preservação sob o peso de um Decreto-lei, há um paradoxo, pois as mesmas práticas culturais para as quais, a sociedade plasmada pelo pensamento, etnocêntrico, da elite branca, outrora, dissera não entender e aceitar como parte da formação cultural brasileira. Hoje, essa mesma elite, travestida de políticos e intelectuais, decide tardiamente criar um instrumento que se pretende salvaguardar um patrimônio que para esta maioria branca ainda é alheio, diferente ou a este patrimônio é diferente. Haja vista que, para reconhecer a necessidade dessas práticas performativas ou simplesmente a sua significação cultural, histórica e social para os seus autores, comunidades produtoras e, conseqüentemente, para a formação cultural e educativa da sociedade brasileira necessitou da implementação de força legal – Leis 10.639/03 e 11.645/08⁴. O contexto apresentado aponta para a situação de sítios históricos e comunidades negras que produzem culturas subalternas e que são consideradas alheias às demais culturas tidas como as transplantadas pelos colonizadores. E nesta ordem de entendimento, os elementos alheios não podem e nem devem ser as culturas produzidas pelos artistas populares em comunidades negras ou por afroameríndios, mas sim, a avaliação etnocêntrica que a sociedade se utiliza para diferenciar uma cultura da outra. Em análise da história estacionária e história cumulativa, em *raça e história*, o antropólogo estruturalista Lévi-Strauss nos auxilia a entender melhor esta questão ao afirmar que, “(...) a distinção entre as duas formas de história depende da natureza intrínseca das culturas a que esta se aplica, ou resulta, antes, da perspectiva etnocêntrica em que sempre nos colocamos para avaliar uma cultura diferente da nossa (...).” (2012: 33).*

Neste sentido, para a comunidade de trabalhadores em regime de escravidão à época, exercitar a recomposição de suas culturas, a partir dos fragmentos inerentes a cada sujeito vítima dos efeitos da diáspora, seria tão somente uma tentativa que se configurou desde os tempos de interior de senzalas, terreiros e calundus e, que se estendeu até aos nossos dias, numa tentativa de recapturar os elementos culturais perdidos pela dispersão, provocada, aos povos negros e reconstruir a prática de acumulação, como a revitalização da própria vida. Continua Lévi-Strauss, “(...) consideraríamos assim como cumulativa toda a sua cultura que se desenvolvesse num sentido análogo ao nosso, isto é, cujo desenvolvimento fosse dotado de significação para nós (...).” (ob. cit.: 33).

Este autor convida-nos a entendermos os motivos pelos quais as culturas populares, produzidas e praticadas em comunidades negras, não são aceites pela elite brasileira institucionalizada, como culturas significativas para a formação da identidade da nação. Essas culturas são prejudicadas de estagnadas, estanques e estacionárias por tomarem como ponto de partida, para o seu desenvolvimento, os modelos estéticos herdados de seus ancestrais, o que não significa espelharem-se em um passado mortificado e estanque. É, neste sentido, a partir desta compreensão que a sociedade, representada pela elite, desenvolve a sua prática e raciocínio sobre o lugar e os valores das culturas afro-brasileiras, pois “ (...) enquanto as outras culturas nos apareceriam como estacionárias, não porque necessariamente o fossem mas porque a sua linha de desenvolvimento nada significa para nós, não é mensurável nos termos do sistema de referência que utilizamos (...).” (ob. cit.:

33). *Haja vista a necessidade de Leis que obrigam e de Decretos que regulamentam esses mecanismos institucionais legais, embora necessários por se tratarem de demandas políticas implementadas por grupos étnicos organizados, por parte da casta, demonstram atitudes de desconhecimento de que as culturas populares de tradição em sua maioria são originárias das comunidades empobrecidas pelos diferentes cantos do país e que ainda vivem em condições de dependência social, econômica e política, conseqüentemente, de subalternidade. Não obstante serem os autores das práticas performáticas de tradição consideradas de patrimônio cultural imaterial em constante diálogos com as culturas contemporâneas.*

Em Helvécia, a prática ritualizada em performance de agradecimento e traduzida em voz que ecoa do passado, por meio do soar do tambor, como os artistas populares e os moradores acreditam, com base na fidelidade ancestral, o ritual "(...) é uma forma de os povos se conectarem a um estado coletivo e, ao mesmo tempo, a um passado místico e constroem uma solidariedade social, para formar uma comunidade (...)." (Schechner, 2012: 88).

Esta maneira de transportar os significados de suas práticas através da simbologia que o tambor expressa, é o que acontece na comunidade, apesar dos conflitos existentes de toda ordem, provocados pelas empresas de monoculturas de eucaliptos (Santos, 2007). Mesmo assim, Helvécia constitui um lugar social e contexto de solidariedade e de comuna, entre vários no país, de onde surgiu a maioria das matrizes coletivas dos povos afro-brasileiros e afro-ameríndios, o que deu origem às várias práticas de culturas e manifestações populares do Brasil.

3. Culturas em Rituais

O fazer artístico e o fazer cultural, em Helvécia, são experiências que se fundem, quando realizados em práticas efetivas de vivências culturais que não estão sob as ordens da estética dominante ocidental. Ainda, por se tratar de práticas e resultados que emergem de um contexto de realidades – vida, arte e culturas ritualizadas – essas práticas determinam a movência dos comportamentos humanos e evidenciam as características de um extrato identitário. Dissemos que as práticas culturais provocam a *movência dos comportamentos em função das variações, das re-invenções e da re-criação que estes comportamentos expressam no fluxo das relações. Essas práticas têm origem nos quadros de "conservação" dos estilhaços de memórias em processo permanente de reiteração (Zumthor, 2007: 65).*

Neste refazer permanente, em que, a vida, a realidade e as memórias se fundem em artes performáticas afro-brasileiras, é possível construir a indissociabilidade da arte, das culturas e das experiências da vida re-afirmando assim um modus vivendi, na comunidade. Em função dessas nuances que re-atualizam a obediência e a fidelidade ancestral, a arte e as culturas e seus significados estão intrinsecamente imbricados, intimamente em diálogo ritualizado com os comportamentos da vida diária. "As artes retiram seus conteúdos de todas as coisas e todos os lugares. Separar arte e ritual é particularmente difícil (...)." (Schechner, op. cit.: 30-31). Reiterando, uma vez que os conteúdos que as compõem são capturados do mesmo universo de

sensibilidades entre a vida diária, a realidade e rituais, vida e arte, são expressões e significados sinônimos. Todas as práticas de culturas produzidas por moradores das comunidades que compõem o distrito de Helvécia estão contempladas por estas características, pois nestes espaços se produzem culturas desde os tempos em que os núcleos sociais de trabalho eram formados nos interiores das senzalas.

Naquele contexto, as crianças que ali viviam eram iniciadas nas rodas e batuques desde a idade mais tenra para exercitarem a obrigação e a obediência que seria, na fase adulta, continuada sob as ordens culturais, cumprindo assim com o aprendizado e a fidelidade de seus ancestrais, como ensinamentos recebidos de seus pais ou de foliões mais antigos, estes, lhes incumbira de tais obrigações.

Com base nesta prática, considerada, sagrada, os artistas populares criaram o grupo de dança com crianças e o denominaram de bate-barriguinha. A criação deste grupo, retoma e revitaliza a prática de ensinamentos às crianças e, materializa o imbricamento estabelecido entre a arte, as culturas de tradição, realidade e rituais. Prática vivenciada desde os tempos em que se iniciaram o agrupamento das culturas na comunidade. Esta atitude, além de dar continuidade ao que os mais antigos, historicamente, afirmam, de que, as crianças eram iniciadas desde logo cedo nas danças, ofícios e rituais, anuncia também, de certo modo, a continuidade de suas práticas sociais e retomam a máxima acerca da cultura de que os ensinamentos são transmitidos de geração em geração, pois “(...) cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social (...)” (Bosi, 1992: 16).

Se o que é produzido em Helvécia fica relegado ao mundo vivenciado pelos moradores no interior da própria comunidade, como se, para os demais da nação, não tivessem nenhum interesse, isto se deve ao fato de que os conteúdos com os quais as suas práticas são construídas e manifestadas, além de se referirem genuinamente aos seus comportamentos sociais de negros à deriva da suposta civilização ocidental, sua matéria-prima é o sumo da subjetividade dos negros bantos – afro-brasileiros – ainda em prática de resistência às ordens impostas pela estética de dominação política e cultural. Consequentemente, os seus conteúdos são os elementos com os quais a vida diária é cotidianamente vivida. Esses elementos podem ser os mais simples e que dizem respeito às pessoas comuns, ou os que se referem a fatos considerados de interesse coletivo – o trabalho diário com a terra e o plantio, a colheita, as relações diárias entre parentes e de vizinhança; as relações de amizade e até os acontecimentos ritualísticos como o casamento, celebrações da vida e da morte e, os fatos políticos. Com esses conteúdos, os dançantes elaboram as suas toadas que são cantadas/entoadas nas suas práticas – danças e sambas – em especial a dança bate-barriga.

Os conteúdos, portanto, são capturados no fluxo das relações que estruturam o universo simbólico e de sensibilidades que os mantêm em diálogos com a ancestralidade na perspectiva da estética não dominante – ancestral – relação estritamente peculiar, o que os distanciam dos modelos e leis, em certa medida, do Ocidente. Como nos diz Bakhtin ao analisar os gêneros e obras que estão relacionados com o carnaval em *A Cultura popular Na Idade Média E No Renascimento...*, em especial a dramaturgia cômica medieval que está mais voltada para as questões do carnaval e antecipa o contexto que Rabelais viria, no futuro, vivenciar e tratar dos elementos

da vida como essência e conteúdo de sua obra, pois “(...) é uma excelente amostra da visão e da compreensão da vida e do mundo rabelasiano (...)” (2010: 13). O autor assevera que estes gêneros ao produzirem os seus romances ou as suas paródias utilizavam-se de fatos e elementos da vida diária como conteúdos para escarnecer o regime feudal, assim, “(...) os milagres e moralidades são ‘carnavalizados’ em maior ou menor grau (...)” (ob. cit.: 13). A relação estabelecida entre a vida e as culturas desde os tempos medievais se deu, de modo estritamente, a construir a significação da vida por meio da arte e a arte como significado da existência em seus mínimos sentidos, pois “(...) o riso se introduz também nos mistérios; as diabruras-mistérios estão impregnadas de um caráter carnavalesco nitidamente marcado (...)” (ob. cit.: 13).

Ao fazer esta discussão acerca dessas obras literárias e apontar a realidade como um elemento que está na gênese do conteúdo literário e, por isso, indissociável a este fazer, Bakhtin nos sugere, teoricamente, pensar a literatura cômica latina da Idade Média, gênero literário inerente à cultura popular, naquele período, como uma prática artística que construiu os seus conteúdos, enredos, poesias e personagens a partir de uma profunda interação entre o artista e a sociedade. O que nos autoriza relacionar esta experiência à prática de culturas dos artistas populares, da comunidade negra de Helvécia por se tratar de uma prática que remonta os tempos do Brasil Colonial e, por conseguinte, os tempos da escravidão. Esta prática de culturas tem articulado entre a vida diária, a vida religiosa e ritualizada em contexto de realidades para construir os conteúdos de suas performances de significação e estética de ancestralidade, para Bosi: “O culto, em si, na pureza, e enquanto alheio às instâncias de poder que dele se apropriam, significa o respeito pela alteridade das criaturas, pela sua transcendência, o desejo de ultrapassar os confins do próprio ego, e vencer com as forças da alma as angústias da existência carnal e finita (...)” (1992: 19).

A medida que suas práticas se aproximam da herança cultural de seus antepassados, deixam transparecer de modo mais consistente que a estética sustenta o universo simbólico que os mantêm em diálogo com os ancestrais, num desacordo com os instrumentos e propósitos que orientam, avaliam e divulgam a arte e a cultura no Ocidente, por consequência, a estética dominante.

Em Helvécia, os artistas populares conclamam os moradores para construírem as suas significações por meio de suas expressões de arte e de culturas, pois entendendo esta comunidade construtora de suas imagens símbolos, como sustentáculos de uma vida em constante adaptação ancestral é possível estabelecer um diálogo com o que Rabelais desenvolveu em suas obras literárias, comenta Bakhtin, “Rabelais mobiliza todos os meios de imagens populares lúcidas para extirpar de todas as ideias relativas à sua época e aos seus acontecimentos, a mentira oficial, a seriedade limitada, ditadas pelos interesses das classes dominantes (...)” (ob. cit.: 368).

Neste sentido, a arte, resultante da relação homem-contexto-trabalho, “(...) é uma fonte de conhecimento, tal como a ciência, a filosofia, etc. (...)” (Tápies, 2002: 22), mas é também a expressão refinada da cultura por entendê-la um produto originário da subjetividade humana e, por esta ser a essência, a mola propulsora dos universos simbólicos e de sensibilidades, donde surge e reside a criatividade, desde a feitura dos primeiros instrumentos e utensílios, ao ato de pensar e refletir. Neste

modo de pensar, o homem em atividades de trabalho trava fortes diálogos com os diferentes mundos em que as simbologias e as sensibilidades são as ordenadoras da permanência da criação na sociedade, “(...) e a grande luta empreendida pelo homem para ir ajustando a sua concepção da realidade – que é o que o enaltece e torna livre – não pode prosperar se se manipularem ideias que já foram concebidas anteriormente (...)” (ob. cit.: 22).

A arte nesta compreensão apontada por Tápies, a realidade atua como motriz na relação entre o homem e o objeto de arte, uma vez que ela dá o subsídio para a produção ao tempo que faz pulsar o corpo e a alma do artista para refletir sobre o seu próprio feito, na perspectiva da responsabilidade de produzir um novo ponto de ver e entender o mundo. Numa preocupação interativa, tomamos emprestado da psicanálise o termo pulsar para relacionar com a vontade e o desprendimento com que os artistas populares de Helvécia - tomam a vida como lugar de existência para as suas práticas culturais e, estas por sua vez são o significado maior de existência na vida e na comunidade, na condição de remanescentes de ex-trabalhadores escravos. Eles vivem como se estivessem numa interação permanente entre a vida diária, a vida passada, como o lugares das experiências, e a arte como o veículo que faz pulsar a compreensão e a reflexão da vida na perspectiva contínua de um novo objeto, uma nova prática em comunidade negra do aqui e do agora contemporâneos.

Reiterando a palavra cultura apontada por Carlos Rodrigues Brandão, para explicitar a estreita relação deste termo com a arte enquanto produto do trabalho humano, “(...) a palavra cultura deve ser entendida como compreendendo tudo o que existe transformado na natureza pelo trabalho do homem e que, através de sua consciência, ganha significado (...)” (2002: 25). Assim entendendo, a ação da cultura é o resultado do trabalho humano, do mesmo modo, a arte é um trabalho resultante da ação e consciência do homem, o que nos leva a compreender que entre o fazer artístico e o fazer cultural residem distâncias tênues que não nos autorizam estabelecer grandes diferenças entre elas, pois entre os seus resultados como prática cultural coletiva ou como obra artística individual, está a ação indissociável entre homem e realidade.

Desta forma, a compreensão de cultura apontada por Brandão, não apresenta grande discrepância da definição de arte construída por Duarte Jr, ao afirmar que, “(...) a arte é uma expressão do sentimento humano (...)” (1988). Este autor desenvolve e materializa a ideia de que a arte e as culturas de tradição ocorrem a partir da relação entre o artista, a vida e a sua reflexão sobre o mundo – a realidade. Neste sentido, a prática artística e de culturas tem como fonte e substância básica a experiência vivenciada, o resultado do olhar sobre o mundo e “(...) na vocação artística encontramos sempre o sofrimento vivido numa forte experiência; às vezes, esta experiência aparece bruscamente por acidente; outras vezes, tem uma gestação lenta devido a uma predisposição natural (...)” (Tápies, 2002: 28).

Assim, é possível construirmos sentidos comuns, pois a cultura, por contemplar as ações do homem sobre a natureza por meio do trabalho, possibilita transformar a realidade e criar uma outra coerente, possível e relativa com a necessidade dos homens – a realidade cultural - prenhe de subjetividades, de experiências e comportamentos que, “(...) de repente, por causa desta experiência, apercebemo-nos de que se está formando à nossa frente uma nova realidade, descobrimos que as

coisas não são exactamente como queriam convencer-nos que eram (...).” (ob. cit.: 28). Há portanto, um fazer humano por meio do trabalho que tem como matéria-prima, a natureza. Com esta compreensão, de modo, relativo, o sentido que recai sobre a cultura estende-se à arte, uma vez que suas diferenças não alteram de modo absoluto os significados, pois ambas, dependem exclusivamente de um conjunto de poder estético e político para garantir o seu estatuto. Ou seja, os instrumentos que determinam o que é ou não arte, o que é ou não cultura, nacional, identitária de um povo ou sociedade estão intrinsecamente ligados aos interesses ideológicos que sustentam a estética dominante. “(...) Impõe-se, então, um reajustamento, e aqui começa a nossa acção. Para a vocação não pode haver nenhum outro porquê (...).” (ob. cit.: 28). Isto ocorre de modo corriqueiro no Ocidente e muitas das vezes, o que é definido como arte e cultura, por Instituições de Estado, nem sempre corresponde com o que pessoas comuns e, também, artistas, as entende como arte e cultura. Continua Tápies “(...) é estranho, se olharmos com imparcialidade, as exposições internacionais de arte serem organizadas pelos ministérios à base de tratados de intercâmbio cultural, nos quais não consultam nunca os artistas (...).” (ob. cit.: 77-78); a observação feita por Tápies assegura a nossa discussão de que os instrumentos disponibilizados em nossa cultura para dizer o que é ou não arte agem sob o comando de uma ideologia classificatória e excludente sobre objetos e artistas. Definindo-os, classificando-os a procura de quem se enquadram aos critérios rigorosamente estabelecidos sob a lógica do poder e da política. O que entra em jogo a avaliação de quem produziu, o que foi produzido e onde foi produzido. Porém, por se tratar de critérios que o seu rigor se encerra com o processo de elaboração, o poder da lógica econômica e política passam a dominar o centro da arena tanto para o processo de avaliação, classificação e julgamento quanto para o desenvolvimento e promoção, pois é possível neste cenário “(...) que a promoção surja por vezes de um ministério dos Negócios Estrangeiros ou a seleção das obras, conforme o caso, por um ministério do Comércio, sabe-se lá com que filias e com que fobias (...).” (Tápies op. cit.: 78).

A produção artística e cultural oriunda dos povos e contextos de culturas de tradição, em função desses critérios avaliativos para garantir a estética dominante e por se tratarem de práticas estritamente peculiares ao mundo vivenciado e de significação ancestral, às vezes, a depender do contexto e da autoria, nem estão passíveis de tais avaliações. Assim como, esses produtos não aparecem listados como conteúdos escolares, nos corredores acadêmicos, nos salões autorizados e bienais, ou seja, nos espaços institucionalizados; salvo um número ínfimo que consegue atravessar por agradar um gosto e posição pessoal/individual de um professor, donos de espaços e organizador, curador ou por meio de políticas de patrocínios.

No campo da significação, das simbologias, dos sujeitos e dos lugares de ocorrências, as culturas e a arte, dão margens a sentidos muito próximos, indissociáveis, às vezes. Esta questão, a depender da ideologia com a qual se está observando pode criar uma determinada aproximação ou mesmo confusão sinonímia, o que nos levará a perceber possíveis ambiguidades e inconsistências semânticas.

4. Considerações

Diante dos argumentos defendidos neste artigo a partir dos objetivos propostos consideramos que a performance cultural da dança *bate-barriga*, a arte e os rituais produzidos pelos artistas populares compõem o conjunto do patrimônio cultural da comunidade negra de Helvécia.

Com base no estudo feito é possível afirmarmos que o desconhecimento e o descaso dispensados ao termo cultura e, conseqüentemente, à dimensão teórico/prática desta, tem contribuído para dificultar a compreensão da necessidade de estudos da cultura e, sobretudo, das culturas populares, matéria-prima do patrimônio cultural imaterial, como sendo prenhe de significações históricas e de ancestralidade negra para as novas gerações. Do mesmo modo, o descaso e a hostilidade referenciados por Reimond Williams vêm comprometendo a construção de uma concepção-epistemológica acerca da cultura nos centros acadêmicos, assim como impedindo-a de ocupar a centralidade das discussões em diferentes áreas do conhecimento humano e das ciências.

Consideramos, portanto, que a compreensão da diversidade, seja ela cultural, econômica, social ou política, se limitando às compreensões ideológicas de escolas, universidades e da classe dominante, agir assim, estariam construindo uma espécie de mascaramento da realidade, uma camisa-de-força frente às diferenças que emanam destes campos, para atender aos interesses de homogeneização das culturas, das artes e das experiências inerentes aos sujeitos nos diferentes espaços, artísticos e de culturas de tradição nas infinitas ilhas de culturas, no contexto da nação brasileira.

Deste modo, não há abertura para as diversidades no universo do conhecimento, o que pode impedir de criar espaços efetivos para o diálogo com diferentes experiências de arte, sejam elas local, nacional e internacional. Do mesmo modo, impedindo a entrada das diferentes culturas nos espaços de formação humana e a garantia do direito de guardiãs, que as comunidades têm, sobre as suas práticas performativas, não se realiza o que Dan Baron (2004) chama de alfabetização cultural numa relação íntima entre a vida e os seus enredamentos.

*A estratégia criada pela lógica perversa do capital para incutir nos indivíduos a ideia de cumplicidade sobre os interesses elencados pelos ditames da ordem global torna-os alheios às suas próprias realidades, de arte e de culturas, inerentes aos contextos em que se encontram inseridos. Neste fluxo estão: os sambas, as festas, as brincadeiras, os ofícios e rezas – rituais de agradecimentos e, sobretudo, a performance da dança *bate-barriga* como elementos que engendram o patrimônio cultural imaterial de Helvécia. Esses elementos norteiam os comportamentos da vida diária e religiosos ocorrentes na comunidade, desde o período da formação, quando ainda dominada por colonos europeus – suíços e alemães.*

NOTAS

¹ Helvécia é uma comunidade negra situada no noroeste do município de Nova Viçosa no extremo sul da Bahia/Brasil, foi fundada por colonos suíços e alemães em fins e inícios dos séculos: XVIII e XIX (contempladas as informações orais e documentais), quando à época a denominaram de Colônia Leopoldina em homenagem a Imperatriz do Brasil, esposa do então Imperador D. Pedro I.

² Mestre em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Professor Assistente da cadeira de cultura brasileira da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/BRASIL; Doutorando em Belas Artes pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa – FBAUL. Residente temporário em Portugal: Avenida 25 de abril, 45 11D, Cacilhas 2800-303, Almada, Portugal.

³ Refere-se ao movimento modernista realizado em São Paulo no Teatro Municipal de 11 a 18 de fevereiro – SEMANA DE ARTE MODERNA de 1922.

⁴ Leis Federais brasileiras (2003’2008) que obrigam escolas e universidades a incluírem, em seus currículos, a história, a arte e as culturas performáticas afroamerídias.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. (2010) – *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, tradução de Yara Frateschi Vieira.

BARON, D. (2004) – *Alfabetização Cultural: a luta íntima por uma nova humanidade*. São Paulo: Alfarrábio.

BASTIDE, R. (1974) – *As Américas Negras: as civilizações africanas no novo mundo*. São Paulo: Perspectiva.

BOSI, A. (1992) – *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, P. (2010) – *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*. História e Sociedade. Lisboa: Edições 70, Lda., nº 2.

BOURDIEU, P. (2014) – *O poder simbólico*. História e Sociedade. Lisboa: Edições 70, Lda., nº 6.

BRANDÃO, C. R. (2002) – *A educação como cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense.

BRASIL. Lei 11.645/08. [Consultado a 25 de fevereiro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

BURKE, P. (2010) – *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, tradução Denise Bottmann.

CARVALHO, J. J. (2004) – *Metamorfoses das Tradições Performáticas Afro - Brasileiras: De Patrimônio Cultural a Indústria de Entretenimento*. Série Antropologia. Brasília: DAN/UnB, nº 354.

DUARTE JR, J. F. (1988) – *Por que Arte-educação?* Campinas: Papirus, 5ª ed.

FREIRE, P. (1974) – *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- GEERTZ, C. (1989) – *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- LARAIA, R. de B. (2004) – *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 17ª edição.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2012) – *A Antropologia Face aos Problemas do Mundo Moderno*. Lisboa: Circulo de Leitores, Temas e Debates. ISBN: 9789896441685.
- LIGIÉRO, Z. (2000) – *A Performance Afro-Ameríndia*. Rio de Janeiro: *I Encontro de Performance e Política das Américas*.
- MÉSZÁROS, I. (2005) – *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, Trad. Isa Tavares.
- MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. (1993) – *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 19. ed.
- MORRIS, W. (2003) – *As Artes Menores e outros ensaios*. Lisboa, PT: Antígona, Tradução de Isabel Donas Botto.
- SANTOS, V. N. dos (2007) – *As manifestações culturais em Helvécia no Extremo Sul da Bahia: a dança Bate-barriga como “fabricante” de performances afro-descendentes* [Documento policopiado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Teatro.
- SCHECHNER, R. (2003) – *O Que é performance? O Percevejo*. Rio de Janeiro: UNIRIO; PPGT, Ano 11, nº 12.
- SCHECHNER, R. (2012) – *Performance e Antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, seleção de ensaios organizada por Zeca Ligiéro. Tradução de Augusto Rodrigues da Silva Júnior.
- TÁPIES, A. (2002) – *A Prática da Arte*. Lisboa, PT: Cotovia, Tradução de Artur Guerra, 2ª ed.
- TEIXEIRA, J. G. L. C.; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. (org) (2004) – *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: TRANSE, CEAM, ICS, Instituto de Ciências Sociais, IdA, Instituto de Artes, UnB, Universidade de Brasília.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987) – *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- WILLIAMS, R. (2007) – *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, tradução de Sandra Guardini Vasconcelos.
- ZUMTHOR, P. (2007) – *Performance, Recepção, Leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed.

DOCUMENTO ELETRÔNICO

- SANTOS, Valdir Nunes dos (2010) – *Performance e Ancestralidade na comunidade de Helvécia*. Salvador, Bahia: ABRACE/Associação Brasileira de Pesquisa e Artes Cênicas, <URL: <http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/estudosperformance/Valdir%20Nunes%20dos%20Santos%20-%20PERFORMANCE%20E%20ANCESTRALIDADE%20NA%20COMUNIDADE%20DE%20Helvecia.pdf>>.

